



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

LEI Nº 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019.

**Institui o Plano Diretor de
Desenvolvimento Urbano do
Município de Morada Nova e dá
outras providências.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORADA NOVA. Faço saber que a Câmara Municipal de Morada Nova aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA URBANA**

Art. 1º São princípios expressos da política de desenvolvimento urbano e rural:

- I - o princípio da função social da propriedade;
- II - o princípio da gestão democrática da cidade;
- III - o princípio do desenvolvimento sustentável.

Art. 2º A propriedade atenderá ao princípio da função social quando cumprir com o zoneamento e demais disposições deste Plano Diretor.

Art. 3º O princípio da gestão democrática da cidade é garantido com a participação permanente dos cidadãos do município nos processos de planejamento urbano assim como na sua execução, mediante:

- I - a publicidade dirigida aos cidadãos, especialmente aos que possam ser afetados;
- II - a consulta e efetiva negociação junto às populações afetadas nos processos de planejamento e execução da política urbana e rural;
- III - garantia de consulta de qualquer cidadão às informações públicas relativas ao desenvolvimento urbano.

Art. 4º O princípio do desenvolvimento sustentável é verificado quando a política de desenvolvimento urbano e rural for elaborada e executada em atendimento à tutela equilibrada dos bens jurídicos, sociais, econômicos e ambientais, visando:

- I - a garantia difusa de uma cidade sustentável;
- II - a garantia difusa do meio ambiente equilibrado.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

**TÍTULO II
DOS EIXOS ESTRATÉGICOS E DAS DIRETRIZES DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL MUNICIPAL**

**CAPÍTULO I
DOS EIXOS ESTRATÉGICOS**

Art. 5º Para consecução dos objetivos deste Plano Diretor são eixos estratégicos do desenvolvimento municipal:

- I - Eixo Estratégico Socioambiental;
- II - Eixo Estratégico Socioeconômico;
- III - Eixo Estratégico Sócio Territorial Urbano;
- IV - Eixo Estratégico da Gestão.

**Seção I
Do Eixo Estratégico Socioambiental**

Art. 6º Ordenar o território do Município, protegendo o meio ambiente e utilizando os recursos naturais, para as atividades econômicas, sociais, rurais e urbanas, observando suas potencialidades e limites.

**Seção II
Do Eixo Estratégico Socioeconômico**

Art. 7º Qualificar o desenvolvimento econômico do Município para um crescimento equilibrado da composição do PIB municipal, através da manutenção de percentuais similares para as atividades industriais, agropecuárias e serviços, públicos e privados, ampliando o papel de Morada Nova como um dos Centros de Polarização Regional do Vale do Jaguaribe, em especial como centro industrial ligado à pecuária, polo de apoio aos centros produtores do setor primário e incorporação ao Eixo Turístico do Castanhão.

**Seção III
Do Eixo Estratégico Sócio Territorial Urbano**

Art. 8º Ordenar o espaço urbano do Município para cumprir a função social da cidade e da propriedade e para estimular o desenvolvimento socioeconômico, priorizando a complementação e qualificação da estrutura urbana existente, na sede municipal e nos distritos, com vistas a uma cidade melhor, mais justa, com boa qualidade de vida para todos e superação das desigualdades sócio territoriais.

**Seção IV
Do Eixo Estratégico de Gestão**

Art. 9º Adequar e capacitar a gestão pública municipal para implementação deste Plano Diretor, pela criação de condições administrativas, pela criação de uma



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

Comissão Municipal de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor, pela promoção de uma gestão participativa, através da criação do Conselho da Cidade e pela participação na gestão regional do Vale do Rio Jaguaribe e outras instâncias de gestão e pelo estabelecimento de uma ação contínua de Educação Ambiental, Urbana e Rural.

**CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES**

**Seção I
Das Diretrizes Socioambientais**

Art. 10. São diretrizes ambientais:

I - a preservação, recuperação e impedimento de ocupação das Áreas de Preservação Permanente (APP), nas áreas rurais e urbanas, por meio de fiscalização e educação ambiental, não permitindo nessas áreas o lançamento de esgotos e a deposição de lixo, priorizando as APPs de todos os corpos d'água no interior e no entorno da malha urbana e a do Rio Banabuiú;

II - a recuperação prioritária da Lagoa da Salina protegendo suas nascentes e cursos d'água, impedindo ocupações indevidas, e a proteção da Lagoa da Felipa;

III - a restrição à ocupação de áreas inundáveis por meio de fiscalização e educação ambiental;

IV - a inibição do adensamento e expansão de áreas urbanas nas regiões de afloramentos rochosos pelo risco de queda de blocos e pela dificuldade de implantação de redes de infraestrutura urbana nessas condições;

V - a intensificação do licenciamento ambiental e mineral no município;

VI - a intensificação da fiscalização ambiental, inclusive da poluição sonora e visual;

VII - o apoio e a educação da população rural e urbana para a proteção ao meio ambiente, integrando as ações dos órgãos de meio ambiente, de agricultura e de desenvolvimento urbano com apoio dos órgãos de educação e saúde;

VIII - a promoção e cobrança de medidas para recuperação de áreas degradadas;

IX - o desenvolvimento de estudos necessários à proteção do meio ambiente e à proteção da população de riscos ambientais;

X - a realização de intervenções para minimização do risco geológico relacionado à queda e rolamento de blocos rochosos, onde for necessário;

XI - a remoção de moradias sujeitas ao risco de inundação nas faixas de maior recorrência do fenômeno;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

XII - a ampliação da arborização urbana, preferencialmente com árvores nativas e frutíferas;

XIII - a manutenção, prioritariamente, da pavimentação de paralelepípedos e pedra tosca, na maior parte das vias;

XIV - a manutenção e reforço do dique como elemento de proteção da cidade contra inundação;

XV - a intensificação do controle da criação de animais e matadouros ilegais.

**Seção II
Das Diretrizes Socioeconômicas**

Art. 11. São diretrizes socioeconômicas:

I - a consolidação, modernização e expansão das áreas irrigadas;

II - a qualificação da atividade de pecuária e de agricultura de sequeiro;

III - o apoio à agricultura familiar e de subsistência;

IV - a melhoria da integração de Morada Nova ao processo produtivo do Vale do Baixo Jaguaribe;

V - a manutenção do equilíbrio das contas públicas e investimento na melhoria e qualificação dos gastos públicos;

VI - a valorização do potencial turístico, ampliando os atrativos urbanos e a promoção da identidade e dos símbolos da cidade;

VII - a diversificação do comércio;

VIII - a melhoria e articulação da política de inclusão social e de geração de emprego;

IX - o estímulo ao empreendedorismo, em especial nas áreas em que o município pode ser mais competitivo.

**Seção III
Das Diretrizes Sócio Territoriais Urbanas**

Art. 12. São diretrizes para a Estruturação Sócio Territorial Urbana:

I - a complementação e a qualificação da estrutura urbana atual da sede municipal e da sede dos distritos, por:

a) estabelecimento de uma política de preservação, proteção, valorização e revitalização do Patrimônio Histórico, incluindo a manutenção e valorização dos traços de identidade da sede do município, em especial: a Lagoa da Salina, o Vaqueiro e o





**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

Divino Espírito Santo;

- b) melhoria da infraestrutura urbana;
 - c) tratamento específico das vias estruturais;
 - d) efetuar estudos para abrir um via estruturante de leste a oeste, iniciando na via do Contorno Leste (CE-265), nas proximidades da Rótula do Divino Espírito Santo, até a rodovia CE-138;
 - e) qualificação urbanística das centralidades de comércio e serviços, institucionais, histórico culturais, inclusive dos bairros;
 - f) estímulo ao adensamento demográfico, com utilização dos vazios urbanos e construção de mais de um pavimento mantendo na legislação urbana a característica atual de convivência, no mesmo bairro, de pessoas de rendas diferentes;
 - g) contenção, ordenação e qualificação da expansão urbana;
 - h) ampliação do controle de novos loteamentos, não permitindo loteamentos clandestinos;
 - i) ampliação do controle e fiscalização de ocupações, atividades e edificações;
 - j) ampliação da convivência urbana, através da construção de novos espaços públicos para lazer e utilização com mais intensidade das praças e das quadras cobertas e para atividades de cultura e esportes;
 - k) construção de pista de cooper com espaços verdes entre a praça Maestro Coutinho e a rótula do Divino Espírito Santo;
- II - estabelecimento de Unidades de Desenvolvimento Local (UDL), na área da sede e consideração de cada distrito como UDL, respeitando seus traços fundamentais de identidade;
- III - a promoção de moradia adequada para a população de baixa renda, incluindo a complementação da urbanização e regularização fundiária;
- IV - a contenção de ocupações ou invasões nas ruas, na área do aeroporto, nas margens da Lagoa da Salina e nas áreas de preservação ao longo dos cursos d'água;
- V - a melhoria da fiscalização do parcelamento do solo e da subdivisão informal de lotes;
- VI - a exigência de contrapartidas de grandes empreendimentos com impacto urbano ou demanda de serviços públicos;
- VII - o estabelecimento de Unidades de Desenvolvimento Urbano, reforçando a identidade local e com representação no Conselho de Desenvolvimento Urbano;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

VIII - melhorar as condições do Bairro Planalto Aeroporto, com identificação e iluminação pública no acesso ao bairro, resolução do problema da estação de tratamento dos esgotos da Empresa CBL(Betânia).

Art. 13. São diretrizes para as Áreas Centrais:

- I - a sua requalificação;
- II - o estímulo à distribuição de centralidades de comércio e serviços na cidade;
- III - a ampliação e qualificação das praças e espaços culturais e de lazer nos bairros;
- IV - a ampliação e melhoria da utilização do parque de exposições.

Art. 14. São diretrizes para a proteção do Patrimônio Histórico-cultural:

- I - a criação do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de Morada Nova;
- II - a proposição de legislação e promoção de ações de proteção, valorização e revitalização do Patrimônio Histórico, em especial para:
 - a) os imóveis do Centro, que estão sendo desfigurados pelo comércio;
 - b) as principais referências de identidade municipal, da sede: a Praça do Vaqueiro, o Museu do Vaqueiro, o Hotel Municipal, a Praça do Leão ou Largo do Vaqueiro, a praça da matriz, a Ermida Mãe Rainha, o prédio da Intendência, a Cachoeira do Vaqueiro e a Estrada de Cima; o mercado de peixe, a Pedra do Castelo e o espaço Cristo Rei, como espaço de lazer e mirante;
 - c) as principais referências nos distritos, dentre outros: em Boa Água, a Igreja de São Sebastião e Olho d'água.
- III - a valorização do patrimônio imaterial como a Festa de São João, a Banda Expedito Raulino, a Festa do Divino, a Festa do Vaqueiro e o artesanato.

Art. 15. São diretrizes para a Habitação de Interesse Social:

- I - a garantia de condições mínimas de moradia adequada por meio da complementação da urbanização e da regularização fundiária;
- II - o estabelecimento de normas e instrumentos legais que favoreçam a provisão habitacional de interesse social, entre os quais:
 - a) exigência de percentual obrigatório de transferência de área destinada à habitação de interesse social quando da aprovação de novos parcelamentos ou, como contrapartida, quando da regularização fundiária de interesse específico de loteamentos privados;
 - b) permissão de parâmetros urbanísticos especiais para empreendimentos



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

habitacionais de interesse social;

c) definição de áreas vazias com a função de destinar-se à habitação de interesse social.

III - a implantação, por meio de parcerias com instituições afins, do serviço público de assistência técnica em arquitetura e engenharia;

IV - a qualificação dos profissionais da construção (técnicos, pedreiros, etc.) para ajudar a construir a cidade dentro da legislação e da técnica;

V - a alocação dos programas habitacionais nas áreas definidas como Áreas de Interesse Social, inseridas na malha urbana do Município, preferencialmente, em conjuntos compactos, com poucas casas e bem distribuídos na malha urbana;

VI - o estabelecimento, nos Conjuntos Habitacionais, de comissões de orientação do Pós Uso;

VII - a promoção da regularização fundiária urbana e rural;

VIII - o controle de riscos pela Defesa Civil Municipal;

IX - o desenvolvimento de alternativas de menor custo da Habitação de Interesse Social para o município;

X - o estabelecimento de programas de manutenção nas casas sede dos assentamentos e possibilitar a construção de novas casas;

XI - o estabelecimento de programas de construção de banheiros em casas sem esse equipamento;

XII - a atualização do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), inclusive para:

a) precisar o valor do Déficit Habitacional;

b) precisar o valor da Inadequação de Domicílios;

c) considerar a Demanda Demográfica, negativa em Morada Nova, incorporando na política habitacional a possibilidade de adquirir moradias vagas.

Art. 16. São diretrizes para a Mobilidade Urbana:

I - a promoção de um caminhar mais atrativo, seguro e confortável para todos;

II - a ampliação da atratividade e a segurança dos deslocamentos por bicicleta;

III - a ampliação da acessibilidade física à infraestrutura e aos serviços;

IV - a estruturação de um sistema público de transporte coletivo que articule as



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

regiões da cidade;

V - o desestímulo ao uso de motocicletas e automóveis na medida em que sejam possibilitadas outras possibilidades de deslocamentos, mais sustentáveis;

VI - a redução dos impactos da circulação dos veículos de carga e das operações de carga e descarga na área central da cidade;

VII - a redução dos acidentes no trânsito e do número de vítimas fatais;

VIII - a adequação do sistema viário à priorização dos modos não motorizados e coletivo;

IX - a estruturação da administração municipal para fortalecer a gestão das políticas de mobilidade;

X - o fortalecimento do marco regulatório através da regulamentação dos diversos componentes do sistema de mobilidade: transporte coletivo, mototáxi, táxi, escolar;

XI - a criação de um sistema de transporte formado por serviço urbano e serviço distrital, com as seguintes características:

a) o serviço urbano terá 04 (quatro) linhas circulares;

b) o serviço distrital terá 05 (seis) linhas: Morada Nova/Aruaru, Morada Nova/Boa Água, Morada Nova/Pedras, Morada Nova/Lagoa Grande (Via Juazeiro de Baixo), Morada Nova/Roldão e Morada Nova/Uiraponga.

XII - a promoção do desenvolvimento dos distritos através da melhoria e manutenção das estradas de acesso, pavimentando as estradas de acesso a Boa Água, Juazeiro de Baixo, Lagoa Grande, Uiraponga e Pedras;

XIII - a implantação de sentido único e operação em binários nas ruas Coronel José Ambrósio e Expedicionário Moreno;

XIV - o tratamento urbanístico e viário do entorno da Lagoa Salina;

XV - a estruturação e organização da gestão do sistema de mobilidade urbana através da criação da Secretaria de Mobilidade Urbana.

Art. 17. São diretrizes para o Saneamento:

I - a promoção do acesso da população às ações e serviços de saneamento;

II - a ampliação e adequação dos sistemas de tratamento, reservação e rede de distribuição da sede;

III - o planejamento de alternativas de médio e longo prazo que garantam o abastecimento de água adequado, principalmente nos distrito e localidades;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

IV - a incorporação e o incentivo às técnicas sustentáveis, na área rural, para aproveitamento de água pluvial;

V - a definição de estratégias de reuso da água;

VI - a implantação do projeto de esgotamento sanitário separado da rede de drenagem pluvial, inclusive para despoluição da Lagoa da Salina, e a adequação da ETE do Proub, conforme as exigências previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico;

VII - a ampliação da cobertura de atendimento pelo sistema de redes de drenagem pluvial, onde for viável, na área urbana da sede, hoje bastante restrito:

a) diante das limitações de uso de rede tubular devido à predominância de pouca profundidade de rocha na área urbana da sede, viabilizar, sempre que possível, técnicas sustentáveis de drenagem avaliadas em função do conhecimento das características do solo.

VIII - a resolução da destinação final de resíduos sólidos por meio do Consórcio Municipal de Aterro de Resíduos Sólidos. Assim que implementar a CTR do Vale do Jaguaribe, desativar o lixão e efetivar a recuperação da respectiva área;

IX - o impedimento da queima de resíduos sólidos, evitando poluição atmosférica;

X - a revitalização dos riachos da área urbana, com prioridade para o Riacho da Malhada;

XI - o apoio à organização da atividade dos catadores de resíduos recicláveis;

XII - o estabelecimento de mecanismos para responsabilizar o setor comercial e industrial pelos seus resíduos sólidos, inclusive a coleta seletiva e logística reversa;

XIII - a obrigatoriedade de que os proprietários de terrenos vagos limpem suas propriedades;

XIV - a obrigatoriedade de que os resíduos de podas e de obras sejam de ônus de quem os produziu;

XV - a promoção da manutenção de uma frota adequada de coleta e transporte dos resíduos ao destino final, de forma regular, tanto na sede quanto nos distritos e localidades;

XVI - a atualização do Plano Municipal de Saneamento.

**Seção IV
Das Diretrizes de Gestão do Plano Diretor**

Art. 18. São diretrizes para a gestão do Plano Diretor:



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

I - a ampliação da presença do Poder Público:

- a) na implementação desse plano e da legislação urbana;
- b) no licenciamento e fiscalização das atividades urbanas, do parcelamento, do uso e da ocupação do solo urbano;
- c) no desenvolvimento de projetos e diretrizes para a qualificação da estrutura urbana e dos espaços públicos;
- d) implantação do Setor de Geodados de Morada Nova, responsável pelo Catálogo de Dados Geoespaciais "conjunto de tecnologias para coleta, processamento, análise e disponibilização de informação geográfica", seus cadastros, atualizações, controle de acesso e demais funções pertinentes, influenciando diretamente em diversas áreas ligadas à engenharia civil e ambiental, como: cartografia, análise de recursos naturais, agricultura de precisão, transportes, comunicação, etc;
- e) gestão integrada entre SEINFRA, IMAMN, Setor de Tributação, Cartórios e demais órgãos que participem do sistema de construção, reforma, compra e venda de imóveis, através do Setor de Geodados Municipal e da utilização do Catálogo de Dados Geoespaciais (sistema topovision), que permite o uso de informações cartográficas (mapas, cartas topográficas e plantas) e informações a que se possa associar coordenadas;
- f) na qualificação constante dos servidores públicos.

II - o estabelecimento, na Administração Pública Municipal, de Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI), para integração de ações e para subsidiar o Conselho da Cidade;

III - a promoção de uma gestão participativa do Plano Diretor, através do Conselho da Cidade, promotora de sinergia entre as ações do poder público, dos agentes econômicos e da comunidade municipal que, inclusive, colabore na formulação do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, considerando em especial:

- a) a implementação desse Plano Diretor e da legislação Urbana;
- b) a promoção da eficiência e qualidade do gasto público, em especial da saúde, educação, urbanização e saneamento básico;
- c) a promoção da continuidade administrativa das políticas públicas;
- d) a promoção prioritária de uma Educação Ambiental Rural e Urbana articulada, no mínimo, com as áreas de educação, saúde, desenvolvimento urbano e atividades rurais.

IV - a participação na gestão regional do Vale do Jaguaribe, tendo como prioridade os seguintes aspectos:





**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

a) evoluir na gestão do uso da água, por meio da elaboração de um plano de bacia hidrográfica e um plano de gestão dos recursos hídricos englobando, entre outras medidas: o aprofundamento dos estudos hidrológicos visando dimensionar as vazões do Rio Jaguaribe e de seus principais afluentes, inclusive para disciplinar a construção de açudes;

b) retomar ou reforçar os comitês de bacia hidrográfica para discussão conjunta das necessidades e possibilidades do uso da água na bacia hidrográfica do Rio Jaguaribe.

c) elaborar planos de contingência associados à realização dos estudos hidrológicos para diversos cenários;

d) melhorar a segurança na região, em articulação com o estado;

e) promover fiscalização integrada entre estado e municípios;

f) estabelecer uma instância regional que promova a troca de experiências e auxilie os municípios na implementação e no apoio operacional ao planejamento urbano, à implementação de planos e da legislação urbana.

**TÍTULO III
DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 19. O ordenamento territorial do Município está expresso neste Plano Diretor por meio: da Zona Rural e da Zona Urbana, do Zoneamento Rural, do Zoneamento Urbano, das Áreas Especiais, do Sistema Viário e das Normas para o Parcelamento, a Ocupação e o Uso do Solo.

Art. 20. O ordenamento territorial do Município, definido neste Plano Diretor, composto por suas divisões e subdivisões deverá estar contidos no Catálogo de Dados Geoespaciais.

Art. 21. O Município fica subdividido em Zonas Urbanas e Zona Rural.

§ 1º A Zona Rural abrange a área externa aos perímetros urbanos, da sede e dos distritos.

§ 2º As Zonas Urbanas são as áreas contidas no interior dos perímetros urbanos da sede e dos distritos.

§ 3º A descrição do perímetro das Zonas Urbanas está contida nos Anexos X a XVII desta Lei.

§ 4º A delimitação das Zonas Urbanas e da Zona Rural está contida no Anexo I desta Lei.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

§ 5º O Perímetro Urbano somente poderá ser alterado quando da revisão deste Plano Diretor.

Art. 22. A subdivisão das zonas integrantes da Zona Rural está representada no Mapa de Zoneamento Rural constante do Anexo II desta Lei.

Art. 23. A subdivisão das zonas integrantes da Zona Urbana está representada no Mapa de Zoneamento Urbano, Áreas Especiais e Vias Estruturais, constante do Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. Os parâmetros urbanísticos de ocupação e uso do solo das zonas pertencentes à Zona Urbana constam dos Anexos IV, V, VI e VII desta Lei.

Art. 24. A delimitação das Áreas Especiais está representada no Mapa do Anexo III desta Lei.

Art. 25. A alteração do Zoneamento somente poderá ocorrer mediante lei de revisão deste Plano Diretor.

Art. 26. O parcelamento do solo, a execução, reforma ou ampliação de edificação e o exercício de atividades no Município somente poderão ser iniciados ou efetuados mediante concordância da Administração Pública Municipal por meio da concessão de licenças e condicionado a previa consulta ao Catálogo de Dados Geoespaciais, através do Setor de Geodados Municipal, pois permite corrigir irregularidades do cadastro técnico municipal, melhorar o planejamento urbano, visualização espacial de dados socioeconômicos, distribuição de postos de atendimento e serviços sociais, projetos sanitários, coordenação de atividades, investimentos e ações, apoio à tomada de decisões.

§ 1º Os procedimentos e instrumentos para aplicação das normas de parcelamento, ocupação e uso do solo para fins de obtenção de licenças pelos interessados, estão contidos no Anexo VIII desta Lei.

§ 2º Os procedimentos e instrumentos para fiscalização e aplicação das sanções pelo cometimento de infrações às normas de parcelamento, ocupação e uso do solo estão contidos no Anexo IX desta Lei.

Art. 27. Os conceitos necessários ao entendimento do ordenamento territorial instituído estão contidos no Glossário constante do Anexo XX desta Lei.

**CAPÍTULO II
DO ZONEAMENTO DA ZONA RURAL**

Art. 28. A Zona Rural é a porção do território municipal destinada, prioritariamente, à exploração de atividades agrícolas, silvicultura, pecuária, aquicultura, pesca, agroindústrias e proteção ambiental, conforme legislações vigentes.

Art. 29. A Zona Rural fica subdividida, a partir das fragilidades e das potencialidades ambientais, em:



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

I - Zona Rural 1;

II - Zona Rural 2;

III - Zona Rural 3.

**Seção I
Da Zona Rural 1**

Art. 30. A Zona Rural 1 é o conjunto das áreas pertencentes à Zona Rural preferencialmente para proteção da paisagem: do relevo, do solo, da cobertura vegetal e da fauna.

§ 1º Nessas zonas serão admitidos usos e edificações de apoio à proteção ambiental e usos turísticos desde que tenham licenciamento ambiental e atividades extrativas minerais, com licenciamento mineral e ambiental.

§ 2º Quando junto aos Serrotes a execução de atividades em geral e a construção de edificações deverão ter licenciamento ambiental, pelo risco de queda e rolamento de blocos rochosos.

**Seção II
Da Zona Rural 2**

Art. 31. A Zona Rural 2 é o conjunto das áreas pertencentes à Zona Rural preferencialmente para produção agrícola, inclusive por irrigação, preservação da APP do Rio Banabuiú e proteção das áreas de solo de aluvião.

Parágrafo único. Nessas zonas serão admitidos usos e edificações de apoio à produção de alimentos, atividades de extração de areia e saibro com licenciamento ambiental;

**Seção III
Da Zona Rural 3**

Art. 32. A Zona Rural 3 é o conjunto das áreas pertencentes à Zona Rural preferencialmente para criação de animais, preservação de matas de caatinga e proteção do solo e recuperação de áreas em processo de desertificação.

Parágrafo único. Nessas zonas a extração de matas nativas, a execução de açudes com mais de 5 hectares e a extração de areia ficam sujeitas a licenciamento ambiental. Outras atividades extrativas minerais ficam sujeitas a licenciamento mineral e ambiental.

Art. 33. Não são permitidos na Zona Rural 1, 2 e 3:

I - o parcelamento do solo para fins urbanos;

II - a constituição de condomínio imobiliário com fração ideal menor que o módulo rural legalmente definido para o Município.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

Art. 34. São permitidos na Zona Rural 1, 2 e 3:

I - o parcelamento do solo para fins rurais, observado o módulo rural definido legalmente para o Município de 40.000m² e demais exigências de legislação pertinente;

II - empreendimentos econômicos, respeitadas todas as disposições legais, desde que não resultem em impacto negativo aos atributos ambientais e à atratividade para turismo e lazer, inerentes à área.

**CAPÍTULO III
DO ZONEAMENTO DA ZONA URBANA**

Art. 35. A Zona Urbana é a porção do território municipal destinada prioritariamente à ocupação e ao uso do solo urbano.

Art. 36. A Zona Urbana fica subdividida, em função dos potenciais para ocupação e para adensamento, nos seguintes usos:

I - Zona de Usos Diversificados (ZUD);

II - Zona de Usos Econômicos (ZUE);

III - Zona de Expansão Urbana (ZEU);

IV - Zona de Proteção Ambiental (ZPA)

**Seção I
Zona de Usos Diversificados (ZUD)**

Art. 37. A Zona de Usos Diversificados (ZUD) é o conjunto das áreas internas ao Perímetro Urbano, destinadas à instalação de usos múltiplos residenciais e não residenciais, segundo critério de compatibilidade, tendo como referência o uso residencial.

Art. 38. Os terrenos situados na ZUD estarão sujeitos, dentre outros, aos seguintes instrumentos:

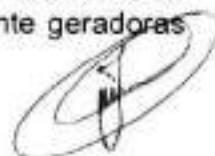
I - Direito de Preempção;

II - Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios/IPTU Progressivo no Tempo/Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;

III - Operação Urbana Consorciada.

**Seção II
Zona de Usos Econômicos (ZUE)**

Art. 39. A Zona de Usos Econômicos (ZUE) compreende áreas destinadas, prioritariamente, ao desenvolvimento de indústrias e serviços de produção, notadamente atividades não conviventes com o uso residencial por serem potencialmente geradoras





**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

de poluição ambiental e volume significativo de tráfego de cargas.

Parágrafo único. Os terrenos situados na ZUE ficam sujeitos às seguintes disposições específicas quanto ao uso do solo:

I - é vedado o uso residencial;

II - o licenciamento de atividades se dará através de análise individual e licenciamento ambiental.

Art. 40. Os terrenos situados na ZUE estarão sujeitos, dentre outros, aos seguintes instrumentos:

I - Direito de Preempção;

II - Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios/IPTU Progressivo no Tempo/Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;

III - Operação Urbana Consorciada.

Parágrafo único. A implantação de atividade econômica na ZUE poderá ser estimulada por meio de incentivos fiscais, demonstrado o interesse público no empreendimento.

**Seção III
Zona de Expansão Urbana (ZEU)**

Art. 41. A Zona de Expansão Urbana (ZEU) é o conjunto de áreas não urbanizadas internas ao Perímetro Urbano e propícias ao parcelamento, à ocupação e ao uso do solo.

Art. 42. Ao ser parcelado o terreno situado na ZEU passa a compor a Zona de Uso Diversificado (ZUD).

Parágrafo único. Os critérios e parâmetros urbanísticos básicos que caracterizam as zonas integrantes da Zona Expansão Urbana (ZEU) são os constantes do Anexo IV desta Lei.

**Seção IV
Zona de Proteção Ambiental (ZPA)**

Art. 43. A Zona de Proteção Ambiental (ZPA) é o conjunto de áreas correspondentes às Áreas de Preservação Permanente (APP) de corpos d'água.

§ 1º Na Zona de Proteção Ambiental já ocupada admite-se a canalização dos córregos com tratamento paisagístico de seu entorno.

§ 2º Na Zona de Proteção Ambiental correspondente às margens da Lagoa da Salina admite-se a continuidade do tratamento urbanístico existente na Área Central.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

§ 3º Na Zona de Proteção Ambiental correspondente às margens da Lagoa de Baixo deverá ser implantado um parque, incluindo as áreas de risco de inundação já ocupadas, cujas residências deverão ser realocadas.

**CAPÍTULO IV
DAS ÁREAS ESPECIAIS**

**Seção I
Disposições Gerais**

Art. 44. São Áreas Especiais as que, por suas características específicas, demandam políticas especiais de intervenção e, quando necessário, parâmetros urbanísticos diferenciados, os quais prevalecem sobre os do Zoneamento.

Art. 45. Em complementação ao Zoneamento municipal ficam estabelecidas as seguintes categorias de Áreas Especiais, que, por suas características específicas, demandam políticas de intervenção.

I - Área Central (AC)

II - Área Especial de Interesse Ambiental (AIA);

III - Área Especial de Interesse Social (AIS);

§ 1º As áreas especiais instituídas estão delimitadas no mapa do Anexo III desta Lei.

§ 2º A alteração de limites de Áreas Especiais existentes bem como a delimitação de novas Áreas Especiais poderão ser feitas por leis específicas, com parecer favorável da Comissão e Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI), aprovação, por maioria simples do Conselho da Cidade e atualização no Catálogo de Dados Geoespaciais do município.

**Seção II
Da Área Central (AC)**

Art. 46. A Área Central compreende a área identificada e vivenciada como centro urbano, definido pela concentração de atividades comerciais e de serviços e configuração do sistema viário.

Art. 47. A Área Central é prevista como área especial com o objetivo de preservação da ambiência e da paisagem construída e manutenção da vitalidade do centro como lugar do encontro e das trocas, mediante:

I - privilégio ao pedestre, incluindo a melhoria das condições de circulação por meio do tratamento de calçadas e regulamentação de sua utilização;

II - manutenção da diversificação de atividades, de modo a manter e fortalecer a atratividade da área como centro urbano, assegurada sua qualidade ambiental;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

III - impedimento de instalação de atividades atradoras de tráfego pesado ou de grande número de veículos, potencialmente poluidoras ou incompatíveis com a ambiência desejada;

IV - ordenamento da circulação de veículos, com restrições ao tráfego de passagem e de caminhões de grande porte;

V - regulamentação do estacionamento e das operações de carga e descarga;

VI - valorização dos bens que compõem o patrimônio histórico-cultural, incluindo inibição à sua substituição;

VII - valorização dos espaços públicos, incluindo o tratamento urbanístico e paisagístico das praças existentes.

Parágrafo único. Deverá ser elaborado e implementado pelo Poder Público municipal um Plano Urbanístico para a Área Central, integrando as diretrizes e ações previstas neste artigo.

Art. 48. Os terrenos situados na Área Central estarão sujeitos, dentre outros, aos seguintes instrumentos:

I - Direito de Preempção;

II - Operação Urbana Consorciada;

III - Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) reduzido, para edificações tombadas como patrimônio histórico cultural, desde que mantidas em boas condições.

**Seção III
Da Área de Interesse Ambiental (AIA)**

Art. 49. As áreas de Interesse Ambiental ficam subdivididas em:

I - Área Especial de Interesse Ambiental Um (AIA-1);

II - Área Especial de Interesse Ambiental Dois (AIA-2);

III - Área Especial de Interesse Ambiental Três (AIA-3).

§ 1º A AIA-1 é composta pelas áreas de afloramentos rochosos em que existe risco geológico, cuja ocupação deverá obedecer aos estudos de risco a serem promovidos pela Administração Pública Municipal.

§ 2º A AIA-2 é composta pelas áreas em que existe risco de inundação, cuja ocupação deverá obedecer aos estudos de risco a serem promovidos pela Administração Pública Municipal.

§ 3º A AIA-3 corresponde à área de interesse cultural e ambiental do Mirante do Alto Cristo Reis e Mirante da Mãe Rainha, onde existe risco de queda de blocos e cuja ocupação deverá obedecer aos estudos de risco a serem promovidos pela



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

Administração Pública Municipal.

§ 4º As AIA-1, AIA-2 e AIA-3 estão delimitadas no Anexo III desta Lei.

Art. 50. A Administração Pública Municipal promoverá a realização de estudos técnicos visando à caracterização das Áreas Especiais de Interesse Ambiental instituídas nesta Lei, com o intuito de estabelecer critérios especiais de ocupação e proteção.

§ 1º A delimitação precisa da Área Especial de Interesse Ambiental desta Lei será efetuada quando da aprovação de projeto de parcelamento ou ocupação do terreno em que a mesma estiver situada, com anuência da Comissão Técnica de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI).

§ 2º Outras áreas poderão ser delimitadas como Área Especial de Interesse Ambiental por lei municipal, desde que tenha parecer favorável da Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI), aprovação por maioria simples do Conselho da Cidade e atualização no Catálogo de Dados Geoespaciais do município.

Art. 51. Na Área Especial de Interesse Ambiental são admitidas somente atividades consideradas compatíveis com a preservação ambiental e proteção a riscos de inundação e geológico, a saber:

I - atividades de pesquisa e educação ambiental, compreendendo empreendimentos realizados por períodos de tempo limitados e em instalações ou territórios específicos, a saber: educação ambiental, manejo sustentável de espécies nativas, pesquisa científica sobre biodiversidade;

II - atividades cujo desenvolvimento se relaciona à conservação de condições ambientais específicas, viabilizando também o seu aproveitamento econômico.

Parágrafo único. As eventuais intervenções realizadas em área de interesse ambiental deverão observar as diretrizes estabelecidas na lei municipal de licenciamento ambiental.

Art. 52. Os terrenos situados na Área Especial de Interesse Ambiental estarão sujeitos, dentre outros, aos seguintes instrumentos:

I - Direito de Preempção;

II - Operação Urbana Consorciada, sujeito regulamentação do município;

III - IPTU Reduzido.

**Seção IV
Da Área de Interesse Social (AIS)**

Art. 53. As Áreas de Interesse Social (AIS) correspondem às áreas urbanas predominantemente ocupadas por população de baixa renda onde haja interesse



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

público em promover a regularização fundiária integrada à recuperação físico-ambiental e/ou a construção de novas moradias de interesse social em porções das AIS ainda não ocupadas.

Art. 54. São objetivos da Área de Interesse Social:

- I - adequar a propriedade do solo à sua função social;
- II - integrar à cidade os assentamentos precários de interesse social, promovendo sua regularização fundiária e urbanização, propiciando a recuperação física e ambiental de áreas degradadas, a oferta de equipamentos e espaços públicos;
- III - evitar a expulsão indireta dos seus moradores, mediante a utilização de instrumentos jurídicos e urbanísticos próprios.

Art. 55. Os lotes em AIS deverão atender aos seguintes parâmetros:

- I - área mínima: 90m² (noventa metros quadrados);
- II - frente mínima: 5m (cinco metros).

§ 1º Nos processos de regularização fundiária de interesse social em AIS os lotes com área inferior aos limites definidos no *caput* deste artigo deverão ser objeto de aprovação pelo Município mediante parecer técnico fundamentado, assinado por profissional habilitado, que ateste as condições básicas de habitabilidade e justifique a necessidade de aprovação dos referidos lotes.

§ 2º Os lotes resultantes dos processos de regularização fundiária de interesse social em AIS não poderão ser objeto de remembramento, ressalvados os casos em que a área de um dos lotes a ser remembrado for menor do que a mínima prevista no Inciso I deste artigo.

Art. 56. Somente serão admitidos nas AIS usos não residenciais compatíveis com o uso residencial.

Art. 57. Os terrenos situados na AIS estarão sujeitos, dentre outros, aos seguintes instrumentos:

- I - Direito de Preempção;
- II - Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios/IPTU Progressivo no Tempo/Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;
- III - Operação Urbana Consorciada.

**CAPÍTULO V
DO SISTEMA VIÁRIO**

**Seção I
Das Vias Estruturais**





**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

Art. 58. São consideradas Vias Estruturais, pelo seu papel de estruturação da malha urbana, independentes de sua classificação viária, conforme, as seguintes vias:

I - conjunto de vias, interno à Zona Urbana, composto pelas ruas e avenidas: Bartolomeu Aquino dos Santos ou Avenida Francisco Galvão, binário formado pela rua Cipriano Maia, Avenida Manoel Castro Gomes de Andrade até a Praça Maestro Coutinho;

II - conjunto de vias composto pelas: Rua Cel. José Ambrósio e sua continuidade na Avenida Agostinho Chagas;

III - Avenida Santos Dumont;

IV - conjunto de vias composto pelas: Rua Expedicionário Moreno e sua continuação na Av. Manoel de Castro Filho;

V - Rodovia CE-138, conhecida também como Rua Paulino Maçaranduba ou Av. do Contorno Oeste, da rótula onde se encontra com a CE-265 até a Rua Bartolomeu Aquino dos Santos ou Avenida Francisco Galvão;

VI - Conjunto das rodovias CE-265 e CE-371, também conhecidas como Via de Contorno Leste, no trecho da Praça Maestro Coutinho até o cruzamento da CE-265 com a CE-138.

Parágrafo único. São previstas duas novas vias cujo esboço de diretriz, no Anexo III, deverá orientar o desenvolvimento de projeto para implantação das mesmas:

I - via para promover a articulação da malha urbana e estimular a utilização de vazios urbanos, na região norte da cidade, interligando a CE-265 (Av. do Contorno Leste) à CE-138 (Av. do Contorno Oeste);

II - via interligando a região do Pavilhão do Vaqueiro à Praça Maestro Coutinho, na região sul da cidade.

**Seção II
Da Classificação Viária**

Art. 59. A hierarquia viária do Município contém as seguintes classes de vias:

I - Vias Arteriais Regionais: são as Rodovias Federais, Estaduais e Municipais, que conectam as áreas urbanizadas entre si, com prioridade em todos os cruzamentos;

II - Vias Arteriais Urbanas: são as vias de distribuição do fluxo na malha viária urbana que conectam as diversas regiões da cidade, sendo caracterizadas pela presença de intersecções em nível, geralmente controladas por semáforo ou rotatória. Nelas, passam os corredores de transporte coletivo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias coletoras e locais;

III - Vias Coletoras: são as vias que articulam, conectam as Vias Arteriais às vias locais;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

IV - Vias Locais: são as de acesso pontual, de interesse limitado aos moradores ou de interesses específicos e caracterizadas por interseções em nível não preferencial;

V - Vias de Pedestre: vias destinadas ao tráfego prioritário de pedestres e ciclistas, sendo admitida a presença de veículos motorizados para o acesso local;

VI - Vias Vicinais: são as estradas municipais, geralmente em ambiente rural e sujeitas a interseções em nível.

Art. 60. A Classificação Viária da Sede do Município está representada no Mapa de Classificação Viária constante do Anexo 3.1 desta Lei.

§ 1º A Classificação Viária desta Lei poderá ser revista no Plano de Mobilidade.

§ 2º Não foi definida a classificação viária da sede dos distritos; caso venha a ser necessária deverá ser estabelecida por lei específica desde que tenha parecer favorável da Comissão Técnica de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI) e aprovação do Conselho da Cidade, por maioria simples de seus membros, antes de encaminhado o Projeto de Lei de alteração do perímetro, à Câmara Municipal.

**CAPÍTULO VI
DAS NORMAS DE PARCELAMENTO DO SOLO**

**Seção I
Disposições Gerais**

Art. 61. O parcelamento do solo para fins urbanos é permitido dentro do perímetro urbano do Município, desde que, cumulativamente, a gleba a ser parcelada atenda aos seguintes quesitos:

I - esteja registrada no Cartório de Registro de Imóveis e tenha matrícula individualizada;

II - tenha acesso por via pública oficial existente;

III - possua projeto de água e esgoto (origem e destino), devidamente aprovado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE.

Art. 62. O parcelamento do solo para fins urbanos pode ser feito por loteamento ou desmembramento.

§ 1º Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinada à edificação, com abertura de novas vias de circulação e logradouros públicos, bem como prolongamento, modificação ou ampliação de vias existentes.

§ 2º Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação com aproveitamento do sistema viário existente, que não implique, necessariamente, a abertura de novas vias e logradouros públicos nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

Art. 63. Não é permitido o parcelamento do solo para fins urbanos:

I - em terrenos onde o parcelamento do solo é vedado por legislação estadual ou federal, em especial a Lei Federal 6.766/1979 e suas alterações;

II - em terrenos situados na Zona Rural.

Art. 64. O projeto de parcelamento do solo para fins urbanos deve atender aos critérios referidos no presente capítulo e às normas específicas para Zonas e Áreas Especiais.

Art. 65. As áreas *non aedificandi* podem ser incorporadas ao lote, desde que seja garantida uma área passível de ocupação correspondente ao lote mínimo exigido.

**Seção II
Do Loteamento para Fins Urbanos**

Art. 66. Quando o terreno a ser loteado tiver área superior a 20.000,00m² (vinte mil metros quadrados) é obrigatória a transferência ao Município, além das áreas destinadas ao sistema de circulação, de:

I - área correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) da área total do loteamento, no mínimo, para instalação de equipamentos urbanos e comunitários e espaços livres de uso público, excluindo canteiros centrais ao longo das vias, rotatórias e áreas nas interseções viárias;

II - área correspondente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) da área total do loteamento para implantação de empreendimentos de produção habitacional de interesse social, que no ato da aprovação do parcelamento será classificada como AIS.

Art. 67. O sistema viário do loteamento deve ser projetado em conformidade com os parâmetros definidos no Anexo V desta Lei, bem como deverá integrar-se ao sistema viário municipal, articulando-se com as vias oficiais adjacentes.

Art. 68. A via veicular deve ser interceptada por outra via veicular no máximo a cada 200,00m (duzentos metros).

Art. 69. As Vias de Pedestres devem ter largura mínima de 3,00m (três metros) e extensão máxima de 200,00m (duzentos metros).

Art. 70. As calçadas do loteamento devem ter, no mínimo, de acordo com o Anexo V desta Lei:

I - 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de largura para Vias Arteriais Regionais e Vias Arteriais Urbanas;

II - 2,00m (dois metros) de largura para Vias Coletoras e Vias Locais.

Art. 71. Nos loteamentos com área acima de 20.000m² (vinte mil metros quadrados) o órgão municipal competente deverá avaliar a necessidade de implantação de ciclovia e indicar diretrizes para sua localização e articulação com o sistema existente



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA

ou projetado,

Art. 72. O loteador é responsável pela urbanização do loteamento conforme o previsto no projeto aprovado, sendo obrigatório, no mínimo:

I - a demarcação de todos os lotes, inclusive daqueles destinados a equipamentos urbanos e comunitários, espaços livres de uso público e empreendimentos de produção habitacional de interesse social, quando for o caso;

II - a implantação da infraestrutura urbana básica constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação pavimentadas;

III - a implantação de obras e medidas complementares relativas a:

a) fechamento das áreas públicas transferidas ao Município destinadas a equipamentos, espaços livres de uso público e empreendimentos de produção habitacional de interesse social, quando for o caso;

b) estabilização de encostas, quando necessário;

c) arborização dos logradouros públicos;

IV - manutenção da infraestrutura básica e das áreas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários, espaços livres de uso público e empreendimentos de produção habitacional de interesse social, quando for o caso, até a liberação total do parcelamento pela Administração Pública Municipal quando da finalização das obras previstas.

Parágrafo único. O loteador, após o cumprimento do disposto no inciso II deste artigo, deverá efetuar a doação de toda infraestrutura de esgotamento sanitário e de abastecimento de água potável ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE.

Art. 73. Quando da aprovação do loteamento será exigida do loteador a prestação de garantia em favor do Município, por meio da vinculação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos lotes do empreendimento mediante instrumento público de caução, conforme detalhado no Anexo VIII desta Lei, com cláusula de inalienabilidade a ser averbada na matrícula de cada lote no Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo único. A liquidação do instrumento de caução e liberação dos lotes caucionados para alienação, edificação ou utilização se dará mediante a execução das obras de urbanização de responsabilidade do loteador.

Art. 74. No prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do decreto de aprovação do loteamento, deverá o proprietário dar início ao processo de seu registro em Cartório de Registro de Imóveis, de acordo com o previsto na Lei Federal 6.766/1979 e suas alterações, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 75. O Setor de Geoprocessamento Municipal deverá atualizar o Catálogo





**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

de Dados Geoespaciais do Município, quando da execução do projeto do loteamento.

**Seção III
Do Desmembramento para Fins Urbanos**

Art. 76. Os desmembramentos para fins urbanos estão sujeitos ao cumprimento do disposto nas Seções I e II deste Capítulo, no que couber.

Art. 77. É vedado o desmembramento de terreno superior a 10.000,00m² (dez mil metros quadrados).

§ 1º O parcelamento de terreno superior a 10.000,00m² (dez mil metros quadrados) é admitido somente através de loteamento.

§ 2º A maior testada do terreno a ser desmembrado não pode ultrapassar 200,00m (duzentos metros).

§ 3º Quando a soma das testadas de dois terrenos desmembrados contíguos ultrapassar 200,00m (duzentos metros) é obrigatório observar um intervalo, descrito no anexo V entre um e outro para fins de futura implantação de via.

Art. 78. No prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do decreto de aprovação do desmembramento, deverá o proprietário dar início ao processo de seu registro em Cartório de Registro de Imóveis, de acordo com o previsto na Lei Federal 6.766/1979 e suas alterações, sob pena de caducidade da aprovação.

**Seção IV
Do Desdobro e do Remembramento de Lotes Urbanos**

Art. 79. Para efeito desta Lei considera-se:

I - desdobro o fracionamento de lote resultante de parcelamento registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sem abertura de novas vias nem prolongamento das vias já existentes;

II - remembramento a união de dois ou mais lotes para formação de um único lote em parcelamento registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sem abertura de nova via ou prolongamento de via já existente, desde que garantida a frente dos lotes resultantes para via pública.

Art. 80. O lote resultante de desdobro ou desmembramento deve atender aos critérios definidos nesta Lei.

Art. 81. O Setor de Geoprocessamento Municipal deverá atualizar o Catálogo de Dados Geoespaciais do Município, sempre que houver o desdobro ou desdobramento do solo.

Art. 82. No prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do decreto de aprovação do desdobro ou do remembramento, deverá o



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

proprietário dar início ao processo de seu registro em Cartório de Registro de Imóveis, sob pena de caducidade da aprovação.

**CAPÍTULO VII
DAS NORMAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO**

**Seção I
Disposições Gerais**

Art. 83. Na Zona Urbana é permitida a construção em terreno que, cumulativamente, atenda aos seguintes quesitos:

I - corresponda a lote ou conjunto de lotes integrante de parcelamento registrado no Cartório de Registro de Imóveis ou de gleba situada na Zona Urbana que tenha máximo 10.000,00m² (dez mil metros quadrados) e cuja face de maior dimensão não ultrapasse 200,00m (duzentos metros);

II - não esteja situado em área *non aedificandi* ou de preservação permanente, nos termos da legislação federal, estadual e municipal;

III - tenha projeto de edificação aprovado pela Administração Pública Municipal e o respectivo Alvará.

§ 1º Não se aplica a exigência do inciso I à construção de edificação na Zona Rural.

§ 2º A ocupação de terreno na Zona Urbana com área superior a 10.000,00m² (dez mil metros quadrados) é admitida somente após seu parcelamento.

§ 3º A face de maior dimensão da gleba urbana a ser edificada, referida no inciso I deste artigo, não pode ultrapassar 200,00m (duzentos metros).

Art. 84. São áreas *non aedificandi*, além daquelas definidas por legislação federal e estadual:

I - as áreas destinadas a ou ocupadas por equipamentos públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, sistemas de drenagem pluvial, energia elétrica, rede telefônica e gás canalizado e oleoduto;

II - as áreas delimitadas por alças de interseções viárias em nível ou em desnível.

Art. 85. Nenhum elemento construtivo poderá ser implantado de forma a ultrapassar os limites do terreno a ser edificado, bem como ocupar o balanço sobre a calçada ou qualquer área *non aedificandi*.

Art. 86. Os empreendimentos destinados a uso residencial que tenham mais de 100 (cem) unidades ficam sujeitos ao licenciamento urbanístico segundo os procedimentos do Anexo VIII desta Lei.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

§ 1º O licenciamento urbanístico está condicionado à elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) pelo empreendedor.

§ 2º O conteúdo do EIV está indicado nesta Lei, no Capítulo VI do Título IV - Dos Instrumentos de Implementação do Plano Diretor.

**Seção II
Dos Parâmetros de Ocupação do Solo**

Art. 87. Os parâmetros urbanísticos aos quais estão submetidas as edificações no Município estão definidos no Anexo IV.

Parágrafo único. Parâmetros diferentes poderão ser estabelecidos para as Áreas Especiais definidas nesta Lei ou para novas Áreas Especiais não previstas nesta Lei desde que estabelecidas por lei específica que tenha tido parecer favorável da Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI) e aprovação do Conselho da Cidade, por maioria simples de seus membros, antes de encaminhado o Projeto de Lei de Alteração do Zoneamento, à Câmara Municipal.

**Subseção I
Do Coeficiente De Aproveitamento**

Art. 88. O valor do Coeficiente de Aproveitamento Máximo atribuído a cada terreno varia de acordo com a Zona e Área Especial em que o terreno se localiza e com a área do mesmo.

Parágrafo único. A aplicação do Coeficiente de Aproveitamento resultará na área total máxima que pode ser edificada no terreno.

**Subseção II
Do Número Máximo de Pavimentos**

Art. 89. O número máximo de pavimentos permitido nas edificações no Município será feito na forma do Anexo IV desta Lei.

§ 1º Edificações a partir de 4 (quatro) pavimentos deverão ser precedidas por estudos de viabilidade, impactos ambientais, de vizinhança e de trânsito.

§ 2º Para efeito deste artigo:

I - o subsolo não será computado no número de pavimentos;

II - o pilotis será computado no número de pavimentos.

**Subseção III
Do Afastamento Frontal**

Art. 90. O afastamento frontal é a distância mínima em metros entre a edificação e a testada do terreno.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

§ 1º O afastamento frontal das edificações situadas em ZUD deverá observar os seguintes critérios:

I - quando a fachada frontal da edificação tiver altura máxima de 7m (sete metros) será permitido o afastamento frontal nulo;

II - quando a fachada frontal da edificação tiver altura maior que 7m (sete metros) será exigido o afastamento frontal de no mínimo 3m (três metros).

§ 2º Na hipótese de o primeiro pavimento obedecer ao afastamento frontal mínimo de 3m (três metros) como prolongamento do passeio e tiver pé direito de no mínimo 3,5m (três metros e cinquenta centímetros), será permitido o afastamento nulo para os demais pavimentos mesmo que a altura da fachada frontal da edificação ultrapasse 7,00m (sete metros) de altura.

Art. 91. O afastamento frontal das edificações situadas em Zona de Usos Econômicos, ZUE deverá ser, no mínimo de 5m (cinco metros).

**Subseção IV
Dos Afastamentos Laterais Mínimos, da Altura Máxima na Divisa Lateral e da
Extensão Máxima da Parede na Divisa Lateral**

Art. 92. Os afastamentos mínimos da edificação em relação à divisa lateral do terreno variam em função do número de pavimentos, observando-se os seguintes critérios:

I - No caso de terreno situado na ZUD o afastamento mínimo é de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) ou nulo;

II - no caso de terreno situado na ZUE, o afastamento mínimo é de 3m (três metros) ou nulo.

Parágrafo único. Somente podem avançar sobre o afastamento lateral mínimo: beirais, saliências, ressaltos de vigas, pilares e jardineiras.

Art. 93. Para utilização do afastamento lateral nulo em terreno situado na ZUD devem ser observados os seguintes critérios:

I - altura máxima da edificação na divisa: 9,00m (nove metros), incluindo a cobertura;

II - extensão máxima da soma dos segmentos de edificação que tocam cada divisa lateral do terreno: 75% (setenta e cinco por cento) do comprimento da respectiva divisa.

Parágrafo único. A altura máxima da edificação na divisa é medida a partir do ponto médio do terreno natural na respectiva divisa.

**Subseção V
Dos Afastamentos de Fundo Mínimos**





**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

Art. 94. O afastamento mínimo da edificação em relação à divisa de fundo é de 3m (três metros) na ZUD e 5m (cinco metros) na ZUE.

Parágrafo único. Somente podem avançar sobre o afastamento mínimo de fundo: beirais, saliências, ressaltos de vigas, pilares e jardineiras.

**Subseção VI
Da Taxa Mínima de Área Vegetada**

Art. 95. Taxa Mínima de Área Vegetada é a relação entre a área do terreno destinada obrigatoriamente à implantação e/ou manutenção de vegetação e a área total do mesmo, de modo a contribuir para o equilíbrio climático e melhoria do ambiente e da paisagem urbana.

Art. 96. É exigida a aplicação da Taxa Mínima de Área Vegetada de 15% (quinze por cento) em terrenos com área superior a 1.000m² (mil metros quadrados) situados na ZUE ou na ZUD.

**Subseção VII
Das Vagas de Estacionamento de Veículos nas Edificações**

Art. 97. As edificações devem dispor de vagas de estacionamento e acomodação de veículos e, quando for o caso, de: faixas de acumulação de veículos, áreas para carga e descarga e área de embarque e desembarque de passageiros, nas proporções mínimas estabelecidas no Quadro 6.1 do Anexo VI desta Lei.

Parágrafo único. Não se aplicam às exigências do *caput* deste artigo à edificação destinada a residência unifamiliar.

Art. 98. As dimensões mínimas das vagas de estacionamento são:

I - para veículo de passeio ou utilitário, largura mínima de 2,30m (dois metros e trinta centímetros) e comprimento mínimo de 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros);

II - para veículo na função de carga e descarga, largura mínima de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) e comprimento mínimo de 12,00 (doze metros);

III - para moto, comprimento mínimo de 1,80m (um metro e oitenta centímetros).

Art. 99. O corredor de circulação dos veículos deve ter largura mínima de 3,00m (três metros), 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) ou 5,00m (cinco metros), quando as vagas de estacionamento formarem, em relação ao mesmo, ângulos de 30° (trinta graus), 45° (quarenta e cinco graus) ou 90° (noventa graus), respectivamente.

**CAPÍTULO VIII
DAS NORMAS DE USO DO SOLO**

**Seção I
Disposições Gerais**



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

Art. 100. São as seguintes as categorias de usos:

- I - Residencial;
- II - Não Residencial.

Parágrafo único. A coexistência dos usos residencial e não residencial no terreno ou edificação configura o Uso Misto.

Art. 101. O uso residencial comporta as subcategorias:

- I - Residencial Unifamiliar;
- II - Residencial Multifamiliar, podendo ser:
 - a) Residencial Multifamiliar Horizontal;
 - b - Residencial Multifamiliar Vertical.

Art. 102. O uso não residencial é constituído por atividades das subcategorias:

- I - Comércio Varejista;
- II - Comércio Atacadista;
- III - Serviços;
- IV - Serviços de Uso Coletivo;
- V - Indústrias;
- VI - Agricultura Urbana.

Parágrafo único. A instalação e o funcionamento das atividades ficam condicionados à adoção de medidas que minimizem suas potenciais repercussões negativas.

Art. 103. As repercussões negativas e as medidas mitigadoras de impactos relativas às atividades urbanas estão apresentadas no quadro abaixo e no Anexo VII desta Lei.

**REPERCUSSÕES NEGATIVAS DAS ATIVIDADES E RESPECTIVAS MEDIDAS
MITIGADORAS**

Repercussões negativas	Medidas mitigadoras das repercussões negativas
1 - atração de alto número de veículos leves	A - implantação de alternativa de estacionamento e controle de acesso de veículo à edificação
2 - atração de alto número de veículos pesados	B - realização de medidas para viabilizar a carga e a descarga



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA

3 - atração de alto número de pessoas	C - realização de medidas para viabilizar embarque e desembarque
4 - geração de risco de Segurança	D - realização de medidas para prevenção e combate a incêndio, comprovada mediante apresentação de laudo elaborado por profissional habilitado, relativo às condições de segurança, prevenção e combate a incêndio
5 - geração de efluentes atmosféricos	E - adoção de processo de umidificação F - adoção de sistema de controle de efluentes atmosféricos
6 - geração de efluentes líquidos especiais	G - adoção de sistema de tratamento de efluentes líquidos especiais resultantes do processo produtivo da atividade
7 - geração de resíduos sólidos especiais e de saúde	H - adoção de procedimentos para gerenciamento de resíduos sólidos, como segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final adequada de acordo com a legislação específica
8 - geração de radiações ionizantes ou não ionizantes	I - realização de medidas de controle dos níveis de emissões radiométricas, comprovadas por laudo elaborado por profissional habilitado em medicina nuclear, radioterapia e aplicações industriais, acompanhado, no caso de atividade com fontes de radiação ionizante, da respectiva autorização emitida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)
9 - geração de ruído e vibrações	J - implantação de medidas de controle de ruído e atenuação da vibração, tais como proteção ou isolamento acústico e de vibração, confinamento ou realocação de equipamentos e operações ruidosas, observadas as normas legais de construção, iluminação e ventilação

§ 1º A análise específica da atividade poderá indicar a necessidade de medidas mitigadoras adicionais ou a dispensa de medidas que se mostrem desnecessárias.

§ 2º Sempre que necessário, poderá ser exigida adequação da calçada para acesso à atividade e, quando houver interferência significativa na circulação de veículos ou pedestres, poderá ser exigida implantação de sinalização ou equipamentos de controle do tráfego.

§ 3º Bares, restaurantes e similares, hipermercados e supermercados, açougues e peixarias ficam sujeitos a licenciamento especial para funcionamento, devendo apresentar projeto de instalação de acordo com esta Lei e com as normas vigentes da vigilância sanitária e normas ambientais.

Seção II
Da Classificação dos Usos Urbanos

Art. 104. Com base no potencial de geração de incômodos atribuído a cada atividade, os usos não residenciais urbanos são enquadrados em um dos seguintes grupos:

I - Grupo I, compreendendo atividades compatíveis com o uso residencial, sem potencial de geração de repercussões negativas ou com potencial de geração de incômodos de relevância pouco significativa, sendo consideradas usos conviventes sem restrição de localização;

II - Grupo II, compreendendo atividades que têm potencial de geração de



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

impactos ambientais ou incômodos de média relevância e maior atração de veículos e pessoas, sendo consideradas usos conviventes sem restrição de localização e com condições de instalação em áreas predominantemente residenciais;

III - Grupo III, compreendendo atividades potencialmente causadoras de repercussões negativas de alto grau, impacto nocivo à vizinhança e/ou ao sistema viário, ou que geram riscos à saúde ou ao conforto da população, sendo considerados incompatíveis com o uso residencial.

Art. 105. A classificação das atividades urbanas nos Grupos de Uso é apresentada no Anexo VII desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito da aplicação do disposto no Anexo VII desta Lei, considera-se área da atividade ou área útil a área edificada ocupada pela mesma, acrescida dos espaços descobertos envolvidos no seu exercício.

Art. 106. As atividades não listadas no Anexo VII desta Lei devem ser classificadas pela Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI) para efeito de localização, devendo ainda ser definidas medidas mitigadoras para eventuais repercussões no meio urbano, identificadas de acordo com critérios definidos no art. 103, conforme Quadro de Repercussões Negativas das Atividades e Respectivas Medidas Mitigadoras.

**Seção III
Da Localização e Condições de Instalação dos Usos Urbanos**

Art. 107. A localização e as condições de instalação dos usos urbanos estão sintetizadas nos quadros apresentados a seguir.

LOCALIZAÇÃO ADMISSÍVEL DAS ATIVIDADES URBANAS SEGUNDO SUA CLASSIFICAÇÃO

Classificação	Localização Admissível
Grupo I	Qualquer terreno situado na Zona Urbana ou na Zona Rural
Grupo II	
Grupo III	Zona de Uso Econômico (ZUE) Terrenos lindeiros às Rodovias Estaduais ou Federais, fora da zona Urbana e fora das Zonas Rurais 1 e 2.

ÓRGÃOS E INSTÂNCIAS ENVOLVIDOS NO LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES URBANAS, SEGUNDO SUA CLASSIFICAÇÃO

Classificação	Órgão municipal Responsável pelo Licenciamento de Atividades	Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI)	Estado
Grupo I	Sempre	Participação obrigatória no caso de indústria, mediante emissão de	-



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA

		Parecer	
Grupo II	Sempre	Participação obrigatória no caso de indústria, mediante emissão de Parecer	Participação eventual, a critério do CAI
Grupo III	Sempre	-	Participação obrigatória no caso de licenciamento ambiental
		Participação obrigatória no licenciamento urbanístico / EIV	

Subseção I
Do Grupo I

Art. 108. As atividades enquadradas no Grupo I são admitidas em todos os locais da Zona Urbana e da Zona Rural do Município, mediante processo expedito e simplificado junto ao órgão municipal responsável pelo licenciamento de atividades.

Parágrafo único. As indústrias enquadradas no Grupo I estão sujeitas a análise e diretrizes emitidas pela Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI), processo que poderá ou não resultar na indicação da necessidade de licenciamento ambiental.

Subseção II
Do Grupo II

Art. 109. É permitida a localização de atividades do Grupo II em qualquer local da Zona Urbana e da Zona Rural do Município, mediante processo de licenciamento junto ao órgão municipal responsável pelo licenciamento de atividades, que deverá indicar medidas mitigadoras de impactos a serem implantadas, conforme previsto no Anexo VII desta Lei.

Parágrafo único. As indústrias enquadradas no Grupo II estão sujeitas a análise e diretrizes emitidas pela Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor.

Subseção III
Do Grupo III

Art. 110. As atividades enquadradas no Grupo III são permitidas somente:

I - na Zona de Uso Econômico (ZUE);

II - Terrenos lindeiros às Rodovias Estaduais ou Federais, fora da zona Urbana e fora das Zonas Rurais 1 e 2.

Art. 111. A instalação e o funcionamento das atividades do Grupo III ficam sujeitos a:

I - licenciamento ambiental pelo órgão competente, quando exigido na legislação ambiental municipal, estadual ou federal;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

II - licenciamento urbanístico pela Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI), nos casos em que, cumulativamente, o empreendimento não se enquadre no inciso I deste artigo:

§ 1º O licenciamento urbanístico está condicionado à aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) pela CAI, por meio de emissão de parecer favorável e de diretrizes.

§ 2º O conteúdo do EIV está indicado nesta Lei, no Capítulo VI do Título IV - Dos Instrumentos de Implementação do Plano Diretor.

Art. 112. Os serviços de uso coletivo de iniciativa do poder público que estejam enquadrados no Grupo III podem se localizar em locais diversos dos indicados no art. 110, sem prejuízo dos ritos de licenciamento previstos e desde que sejam implantadas todas as medidas necessárias à mitigação dos impactos potenciais.

**Subseção IV
Disposições Gerais**

Art. 113. Ficam vedadas na Zona Urbana do Município as seguintes atividades:

- I - abatedouro de animais e frigoríficos, salvo quando ligadas à piscicultura;
- II - atividades de prospecção e extração mineral.

Art. 114. Fica vedado o uso residencial multifamiliar horizontal ou vertical em lote com frente para via de pedestre.

**Seção IV
Dos Usos Não Conformes**

Art. 115. Poderá permanecer no local, sendo considerada o uso não conforme, independentemente de vedação estabelecida por esta Lei, a atividade admitida nesse local por lei vigente à época de sua implantação e que atenda ainda a uma das seguintes condições:

- I - possuir Alvará emitido em data anterior à da entrada em vigor desta Lei;
- II - ser desenvolvida por empresa regularmente constituída e comprovadamente instalada em data anterior à da entrada em vigor desta Lei;
- III - estar instalada em edificação construída especificamente para uso admitido à época de sua instalação.

Art. 116. A permanência do uso não conforme é condicionada à:

- I - mitigação dos impactos da atividade no meio ambiente e na vizinhança;
- II - adequação às normas ambientais, sanitárias, de posturas, de segurança e demais disposições aplicáveis.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

Art. 117. A edificação na qual se exerça o direito de permanência de uso é passível de alteração e acréscimo da área utilizada pela atividade, dentro dos limites dos parâmetros urbanísticos fixados por esta Lei, mediante parecer prévio favorável da Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI).

Parágrafo único. Os impactos da atividade gerados pela modificação devem ser mitigados.

Art. 118. A atividade que usufruir do direito de permanência poderá ser substituída por outra, desde que, cumulativamente:

I - seja da mesma natureza, a nova atividade;

II - esteja classificada no mesmo Grupo ou em Grupo inferior ao da atividade a ser substituída, conforme o Anexo VII desta Lei.

**TÍTULO IV
DOS INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 119. São instrumentos de implementação do Plano Diretor, dentre outros previstos nos incisos III, IV e V do art. 4º do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001):

I - a legislação urbanística do Município;

II - os Planos Plurianuais de Investimento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os orçamentos anuais;

III - a legislação tributária do Município, na sua dimensão extra-fiscal.

§ 1º Os Planos Plurianuais de Investimento conterão as intervenções prioritárias definidas pelo planejamento global da cidade, relativas à implantação de infraestrutura e de equipamentos estruturantes.

§ 2º Os instrumentos de política tributária, além de seu aspecto fiscal e tributário, deverão cumprir função complementar aos instrumentos urbanísticos, visando a atingir os objetivos de desenvolvimento urbano e ordenamento territorial definidos nesta Lei.

§ 3º Os incentivos tributários aos quais se fez referência no parágrafo anterior devem ser concedidos, sobretudo, com os objetivos de:

I - estimular a preservação ambiental na Zona de Proteção Ambiental;

II - criar mecanismos de compensação na Área Central;





**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

III - contribuir para a política de habitação de interesse social.

§ 4º O Catálogo de Dados Geoespaciais do Município.

**CAPÍTULO II
DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS, DO IPTU
PROGRESSIVO NO TEMPO E DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**

Art. 120. Ficam instituídos os instrumentos:

I - do parcelamento e edificação compulsórios;

II - da utilização compulsória;

III - do IPTU progressivo no tempo;

IV - e da desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública.

§ 1º Todos os instrumentos mencionados neste artigo serão regulamentados na mesma lei específica, que deverá articulá-los e dotá-los de plena aplicabilidade, definindo as condições e os prazos para implementação da obrigação de parcelar ou edificar de que trata este Capítulo, considerando o disposto na Seção II do Capítulo II do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001.

§ 2º O Poder Público imporá, através de Decreto Municipal, a ordem compulsória do parcelamento, edificação ou utilização compulsória do solo urbano não utilizado ou subutilizado, localizado em áreas definidas como ZUD, ZUE e AIS; dessa forma induzirá a propriedade a cumprir sua função social.

**Seção I
Parcelamento e Edificação Compulsórios**

Art. 121. Considera-se, para os efeitos deste instrumento:

I - não utilizados, a gleba não parcelada e o lote não edificado;

II - subutilizado, o lote ocupado em que a área total edificada seja inferior a 15% da área permitida pela fórmula "área do lote x 0,8 x nº máximo de pavimentos".

Parágrafo único. Não serão considerados subutilizados os lotes ocupados por uso não residencial com área total edificada inferior ao definido no inciso II deste artigo, desde que a área não edificada seja comprovadamente necessária ao funcionamento da atividade nele instalada.

Art. 122. Os instrumentos parcelamento ou edificação compulsórios não incidirão nos casos de:

I - gleba ou lote onde haja impossibilidade técnica de implantação de infraestrutura básica;

II - gleba ou lote com impedimento de ordem legal ou ambiental;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

III - lote cujo proprietário seja pessoa física e não possua outro imóvel no Município, fazendo-se provar por certidões fiscais municipais e certidões das serventias cartoriais competentes.

**Seção II
Utilização Compulsória**

Art. 123. Considera-se não utilizada a edificação totalmente desocupada e que atenda a uma das seguintes condições:

I - esteja sem uso comprovado há 3 (três) anos ou mais;

II - caracterize-se como obra paralisada, assim entendida como aquela que não apresente licença de construção em vigor e não possua baixa de construção.

Art. 124. A incidência da utilização compulsória fica vedada no caso de:

I - edificação tombada;

II - edificação cujo proprietário, pessoa física, não possua outro imóvel no Município, fazendo-se provar por certidões fiscais municipais e certidões das serventias cartoriais competentes.

**Seção III
IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação com Pagamento em Títulos da
Dívida Pública**

Art. 125. Em caso de descumprimento das condições e prazos previstos na lei específica de que tratam as Seções I e II deste Capítulo, aplica-se o disposto nas Seções III e IV do Capítulo II do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº10.257/2001).

**CAPÍTULO III
DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA**

Art. 126. Operação Urbana Consorciada é o conjunto articulado de instrumentos da política urbana, intervenções e medidas coordenadas pela Administração Pública Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental, podendo ocorrer em todo o território do Município.

Art. 127. Cada Operação Urbana Consorciada será instituída por lei específica, de acordo com o disposto nos arts. 32 a 34 do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001, para viabilizar intervenções que contemplem:

I - tratamento urbanístico de áreas estratégicas na estruturação urbana;

II - abertura de vias ou melhorias no sistema viário;

III - produção habitacional de interesse social ou intervenções em assentamentos precários;





**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

- IV - implantação de equipamentos públicos;
- V - recuperação do patrimônio cultural;
- VI - proteção ambiental;
- VII - reurbanização e regularização fundiária;
- VIII - regularização de edificações.

Art. 128. Nas Operações Urbanas Consorciadas os índices e características do parcelamento, uso e ocupação do solo, bem como os demais parâmetros relativos a edificações, poderão ser modificados, considerado o impacto ambiental decorrente.

Art. 129. Para garantir o cumprimento do art. 43 do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) e, em especial, a participação da população afetada, os estudos previstos e o projeto de lei para sua instituição serão submetidos à apreciação e deliberação do Conselho da Cidade e serão objeto de audiências públicas.

**CAPÍTULO IV
DO DIREITO DE PREEMPÇÃO**

Art. 130. O Direito de Preempção será exercido pela Administração Pública Municipal conforme a Seção VIII do Capítulo II do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) em todo o território do Município, especialmente nos casos de:

- I - regularização fundiária de interessesocial;
- II - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- III - constituição de reserva fundiária;
- IV - ordenamento e direcionamento da expansão urbana nas zonas que constituem a Zona Urbana;
- V - implantação de equipamentos urbanos e comunitários e criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- VI - criação de unidades de conservação ou proteção de áreas de interesse ambiental;
- VII - proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

§ 1º O Direito de Preempção confere ao Poder Público Municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

§ 2º O Direito de Preempção, os modos de sua implementação, as áreas sobre as quais ele será aplicado bem como seu prazo de vigência, serão definidos em lei municipal.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

§ 3º O prazo de vigência não superior a 5(cinco) anos, renovável a partir de 1(um) ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

§ 4º O Direito de Preempção fica assegurado durante o prazo de vigência independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

§ 5º A lei municipal prevista neste artigo deverá enquadrar cada área em que incidirá o Direito de Preempção em uma ou mais das finalidades enumeradas por este artigo.

§ 6º A aplicação do Direito de Preempção em determinado imóvel urbano deverá se dar de acordo com os seguintes procedimentos e condições:

I - proprietário do imóvel deverá notificar sua intenção de aliená-lo para que o Município, no prazo máximo de 30(trinta) dias, manifeste por escrito seu interesse em adquiri-lo;

II - à notificação mencionada no inciso anterior será anexada proposta de compra assinada por terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade;

III - o Município fará publicar, em órgão oficial e em pelo menos um jornal local ou regional de grande circulação, edital de aviso da notificação recebida e da intenção de aquisição do imóvel nas condições da proposta apresentada;

IV - transcorridos 30 (trinta) dias sem manifestação, fica o proprietário autorizado a realizar a alienação para terceiros, nas condições da proposta apresentada;

V - concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a apresentar ao Município, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do instrumento público de alienação do imóvel;

VI - a alienação processada em condições diversas da proposta apresentada será nula de pleno direito, hipótese em que o Município poderá adquirir o imóvel pelo valor da base de cálculo do IPTU ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

**CAPÍTULO V
DO IPTU REDUZIDO**

Art. 131. Fica instituído o instrumento do IPTU Reduzido, de dimensão extra fiscal, visando ao estímulo do desenvolvimento urbano no sentido pretendido por este Plano Diretor e, em especial:

I - estimular a preservação ambiental na Área Especial de Interesse Ambiental e a preservação do patrimônio histórico-cultural na AIC;

II - criar mecanismos de compensação na Área Central;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

Parágrafo único. As hipóteses de redução e isenção de IPTU mencionadas pelos incisos do *caput*, com exceção do inciso II, serão instituídos por Decreto Municipal.

Art. 132. Os imóveis submetidos ao processo de regularização fundiária de interesse social na Área de Interesse Social poderão ser isentos do IPTU pelo prazo de 5 (cinco) anos.

**CAPÍTULO VI
DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV)**

Art. 133. Fica instituído o Estudo de Impacto de Vizinhaça (EIV) como instrumento para o licenciamento urbanístico de atividades e empreendimentos que impliquem repercussões preponderantemente urbanísticas.

§ 1º O licenciamento urbanístico das atividades e dos empreendimentos referidos no *caput* deste artigo está condicionado à aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhaça pela Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI), segundo procedimentos definidos no Anexo VIII desta Lei.

§ 2º As atividades e os empreendimentos referidos no *caput* deste artigo estão definidos nos Capítulos desta Lei que tratam das normas de parcelamento, ocupação e uso do solo.

Art. 134. O Estudo de Impacto de Vizinhaça deverá ser elaborado por responsável técnico habilitado, apresentado pelo empreendedor, e deve conter a análise de impactos positivos e negativos do empreendimento ou atividade bem como a definição de medidas mitigadoras dos impactos negativos e medidas potencializadoras dos impactos positivos.

Parágrafo único. O conteúdo do Estudo de Impacto de Vizinhaça deverá abordar as condições funcionais, paisagísticas e urbanísticas bem como a qualidade de vida da população residente na área em estudo e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões, conforme prevê o Art. 37 do Estatuto da Cidade:

- I - adensamento populacional;
- II - equipamentos urbanos e comunitários;
- III - uso e ocupação do solo;
- IV - valorização imobiliária;
- V - geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI - ventilação e iluminação;
- VII - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Art. 135. É de responsabilidade do empreendedor a efetivação das medidas indicadas no Estudo de Impacto de Vizinhaça.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

Art. 136. Para garantir a participação da sociedade e, em especial, da população afetada pelo empreendimento, deverão ser realizadas audiências públicas no decorrer do processo de elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança.

Parágrafo único. Será prevista em regulamento a forma de realização de audiência pública, que poderá também ser solicitada por entidade civil, ministério público, ou por um número pré-estabelecido de cidadãos.

Art. 137. Deve-se dar publicidade aos documentos integrantes do Estudo de Impacto de Vizinhança, que ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, no órgão municipal competente.

Art. 138. O Conselho da Cidade é a instância de recurso contra as decisões relativas ao licenciamento dos empreendimentos sujeitos ao Estudo de Impacto de Vizinhança.

**TÍTULO V
DA GESTÃO**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 139. Para implementação das diretrizes e normas constantes deste Plano Diretor e demais instrumentos da legislação urbanística municipal, a Administração Pública Municipal deverá:

I - estruturar a Administração Pública Municipal para viabilizar a efetiva aplicação das normas urbanísticas municipais;

II - atuar de forma integrada entre as políticas urbanas setoriais – políticas de mobilidade, habitação, saneamento, patrimônio histórico-cultural, planejamento urbano e regulação urbana – bem como entre estas e as políticas econômica, ambiental e sociais;

III - promover a participação da sociedade civil na implementação das políticas urbanas por meio de um sistema de gestão participativa integrando conferências, conselhos e/ou outras instâncias colegiadas;

IV - manter comissão técnica interna à Administração Pública Municipal para colaborar na aplicação e no cumprimento das normas urbanísticas municipais;

V - desenvolver gestões junto ao Governo do Estado no sentido de formação de uma estrutura no âmbito dessa esfera do Poder Público que preste apoio técnico e operacional permanente à Administração Pública de Morada Nova, e dos demais municípios da região no tocante à aplicação das normas urbanísticas;

VI - acompanhar e avaliar sistematicamente a realidade da cidade e a implementação das normas urbanísticas municipais para subsidiar o processo de planejamento do desenvolvimento territorial;

VII - estruturar sistema eficaz de fiscalização do cumprimento das normas urbanísticas municipais;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

VIII - implantar e manter o Setor de Geodados, responsável pelo Catálogo de Dados Geoespaciais do município de Morada Nova.

Art. 140. Na implementação das diretrizes de estruturação urbana, a Administração Pública Municipal adotará Unidades de Desenvolvimento Local (UDL), a serem delimitadas por Decreto, como unidades territoriais de referência para a concepção e implementação de políticas e intervenções setoriais, de forma integrada, nas diversas instâncias da Administração Pública Municipal.

§ 1º Como unidades territoriais de gestão da política urbana, as Unidades de Desenvolvimento Local deverão ser adotadas também como referências para a aglutinação da população em torno das questões urbanas.

§ 2º As intervenções públicas, além dos objetivos setoriais específicos, procurarão ampliar a autonomia das UDL e fortalecer sua estrutura interna, segundo propostas definidas com a participação da população.

§ 3º No Diagnóstico efetuado para a elaboração deste Plano Diretor há referências às Unidades de Diferenciação Espacial que podem subsidiar o estabelecimento das Unidades de Desenvolvimento Local.

**CAPÍTULO II
DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO
DIRETOR**

Art. 141. Fica criada a Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI), com as seguintes competências:

I - acompanhar a implementação e participar do monitoramento do Plano Diretor e demais normas urbanísticas municipais;

II - analisar e elaborar propostas sobre casos omissos e/ou que necessitem de avaliações específicas do Plano Diretor e demais normas urbanísticas municipais;

III - analisar e elaborar propostas para revisão e atualização do Plano Diretor e demais normas urbanísticas municipais;

IV - solicitar aos órgãos da Administração Pública Municipal informações necessárias à implementação do Plano Diretor e demais normas urbanísticas municipais;

V - emitir diretrizes em processos de licenciamento de parcelamentos;

VI - emitir diretrizes em processos de licenciamento urbanístico a partir da análise e aprovação de Estudos de Impacto de Vizinhança;

VII - emitir parecer em processos de licenciamento de atividades industriais enquadradas nos Grupos I e II;

VIII - classificar atividades não listadas no Anexo VII desta Lei, devendo ainda definir medidas mitigadoras para eventuais repercussões no meio urbano, se for o caso;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

IX - emitir parecer sobre alteração e acréscimo de área utilizada por atividade em edificação na qual se exerça o direito de permanência de uso, dentro dos limites dos parâmetros urbanísticos fixados por esta Lei;

X - anuir propostas de alteração da delimitação das Áreas Especiais de Interesse Ambiental apresentadas nos Anexos III desta Lei, elaboradas a partir da definição mais precisa das áreas inundáveis nelas contidas com base em estudos futuros.

§ 1º Caberá à Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor propor seu regimento interno.

§ 2º O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento da comissão deve ser prestado diretamente pelo órgão municipal responsável pelo planejamento urbano.

Art. 142. A comissão será composta por no mínimo 07 (sete) membros, dos quais a maioria deverá corresponder a servidores do quadro efetivo da Administração Pública Municipal, nomeados pelo Prefeito, com mandato de tempo indeterminado, constituídos necessariamente por representantes de órgãos municipais responsáveis pelas políticas de planejamento urbano, regulação urbana, habitação, mobilidade, patrimônio, saneamento e meio ambiente.

Parágrafo único. A comissão será presidida por representante do órgão municipal responsável pelo planejamento urbano.

**CAPÍTULO III
DO CONSELHO DA CIDADE**

Art. 143. Fica criado o Conselho da Cidade como entidade de coordenação e monitoramento do processo de gestão do desenvolvimento do Município, com as seguintes competências:

I - participar do monitoramento da implementação do Plano Diretor e de suas revisões, sugerindo alterações em seus dispositivos;

II - coordenar as revisões do Plano Diretor, do Código de Obras e do Código de Posturas em intervalos de no máximo dez anos, por meio de processo participativo nos termos do Estatuto da Cidade;

III - opinar sobre a compatibilidade das propostas contidas nos planos plurianuais e orçamentos anuais com as diretrizes do Plano Diretor;

IV - opinar sobre projetos de lei municipal que versem sobre normas urbanísticas;

V - elaborar seu regimento interno.

§ 1º O Conselho da Cidade deverá reunir-se, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

§ 2º O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho da Cidade deve ser prestado diretamente pelo órgão municipal responsável pelo planejamento urbano.

Art. 144. O Conselho da Cidade será composto por 12 (doze) membros efetivos, além dos seus respectivos suplentes, com mandato de 04 (quatro) anos, distribuídos da seguinte forma:

I - 06 (seis) representantes da sociedade civil, eleitos na Conferência da Cidade, sendo:

- a) 02 (dois) representantes de entidades do setor popular;
- b) 02 (dois) representantes de entidades do setor técnico;
- c) 02 (dois) representantes de entidades do setor empresarial;

II - 06 (seis) representantes do Poder Público Municipal, sendo:

a) 04 (quatro) representantes dos órgãos da Administração Pública Municipal mais diretamente relacionados com o ordenamento territorial;

b) 02 (dois) representantes da Câmara Municipal.

§ 1º O Conselho da Cidade será presidido pelo titular do órgão municipal responsável pelo planejamento urbano.

§ 2º Os membros do Conselho da Cidade deverão exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada a percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

§ 3º Os membros representantes do poder público serão designados pelo Prefeito Municipal, no caso dos representantes da Administração Pública Municipal, e indicados pelo Presidente da Câmara Municipal, no caso dos representantes dessa instituição.

§ 4º Os membros representantes da sociedade civil serão eleitos entre seus pares em reuniões públicas promovidas pela Administração Pública Municipal com essa finalidade.

§ 5º O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho da Cidade deve ser prestado diretamente pelo órgão municipal responsável pelo planejamento urbano.

**TÍTULO VI
DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS**

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

Art. 145. A atuação da Administração Pública Municipal, no tocante ao desenvolvimento urbano e à prestação de serviços públicos será orientada pelas diretrizes desta Lei e pelos respectivos planos setoriais.

Art. 146. A atuação da Administração Pública Municipal, na implementação deste Plano Diretor, deverá integrar sempre que possível as ações dos 04 (quatro) Eixos Estratégicos, para promover o desenvolvimento sustentável.

Art. 147. As ações prioritárias, nos quatro Eixos Estratégicos, ficam organizadas, em ações de curto, médio e longo prazo.

§ 1º As prioridades de curto prazo são obrigatórias.

§ 2º As prioridades de médio prazo são obrigatórias mas poderão ser revistas pelo Conselho da Cidade, ouvida a Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI), e de acordo com o disposto nesta Lei.

§ 3º As prioridades de longo prazo são sugeridas e serão estabelecidas pelo Conselho da Cidade, ouvida a Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI), e de acordo com o disposto nesta Lei.

§ 4º Os prazos citados no caput são considerados sempre a partir da promulgação deste Plano Diretor, considerando: curto prazo os dois anos seguintes à promulgação do plano, médio prazo os 6 anos seguintes e longo prazo até completar os 10 anos seguintes, quando deverá esta Lei ser revista.

**CAPÍTULO II
DAS AÇÕES DE CURTO PRAZO**

Art. 148. Ficam estabelecidas como Ações Prioritárias de Curto Prazo:

I - No Eixo Estratégico Socioambiental:

a) promover um Ciclo de Debates para definir como estabelecer no município uma política de Educação Ambiental, Urbana e Rural, como ação contínua que incorpore, obrigatoriamente e no mínimo: as áreas responsáveis pelo meio ambiente, saneamento, proteção do patrimônio histórico cultural, mobilidade, habitação de interesse social, desenvolvimento econômico, desenvolvimento urbano e rural, saúde, educação e outras áreas pertinentes;

b) iniciar a implementação da Educação Ambiental, Urbana e Rural;

c) nas Áreas de Interesse Ambiental, efetuar os estudos necessários à caracterização detalhada dos riscos de inundação e geológicos visando mapear as faixas de maior recorrência de riscos e as diretrizes para proteção da população, indicando inclusive a necessidade de remoção de moradias sujeitas aos riscos ambientais.

d) iniciar as ações de proteção da Lagoa da Salina, pela recuperação e proteção de suas nascentes, recuperando as APP e impedindo ocupações indevidas;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

e) iniciar ações de recuperação da Lagoa da Felipa;

f) estabelecer as diretrizes para o projeto de implantação do Parque da Lagoa de Baixo, incluindo o estudo de realocação das edificações nas áreas inundáveis;

g) preparar a gestão municipal para melhorar a fiscalização ambiental e o acompanhamento técnico, o licenciamento e a fiscalização das atividades econômicas, inclusive relativas ao turismo, com vistas a um desenvolvimento responsável ambientalmente e prevenção de riscos geológicos, em conjunto com a Defesa Civil;

II - No Eixo Estratégico Socioeconômico:

a) promover um Ciclo de Debates no Município sobre a evolução da Economia Municipal debatendo e estabelecendo as ações para:

1. melhoria da integração de Morada Nova ao processo produtivo do Vale do Baixo Jaguaribe, como um dos Centros de Polarização Regional do Vale do Jaguaribe, em especial como centro industrial ligado à pecuária e polo de apoio aos centros produtores do setor primário;

2. condições para incorporação ao Eixo Turístico do Castanhão e para valorização do potencial turístico da cidade;

3. condições para melhoria e diversificação do comércio;

4. condições para a consolidação, modernização e expansão das áreas irrigada, a qualificação;

5. como estimular o empreendedorismo para as atividades definidas nos itens anteriores;

6. como melhorar a articulação da política de inclusão social e de geração de emprego;

7. como manter o equilíbrio das contas públicas melhorando, simultaneamente, os serviços públicos;

b) estabelecer programas de qualificação:

1. da atividade de pecuária;

2. da agricultura de sequeiro;

3. apoio à agricultura familiar e de subsistência.

III - No Eixo Estratégico Sócio Territorial Urbano:

a) elaborar ou revisar os Planos de Mobilidade, de Meio Ambiente, de Saneamento, de Habitação de Interesse Social, obedecendo às diretrizes deste Plano Diretor e à medida que estiverem prontos definir as prioridades;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

b) estabelecer um projeto de melhoria das áreas de expansão urbana nas áreas de interesse social;

c) criar o Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de Morada Nova, definir a política proteção do patrimônio e efetuar o cadastro de bens históricos e culturais e estabelecer as diretrizes de preservação, proteção e revitalização do patrimônio histórico cultural e do patrimônio Imaterial.

d) estabelecer as diretrizes para:

1. efetuar um projeto urbanístico de qualificação da Área Central, orientado pelas diretrizes desta Lei;

2. a abertura de via estruturante de leste a oeste, iniciando na via do Contorno Leste (CE-265), nas proximidades da Rótula do Divino Espírito Santo, até a rodovia CE-138;

3. para um plano de melhoria da arborização urbana.

e) ampliar e melhorar o controle e fiscalização dos novos loteamentos, das ocupações, das atividades e das edificações;

f) precisar os limites dos bairros e definir as Unidades de Desenvolvimento Local, na sede e nos distritos, respeitando os traços de identidade local;

IV - No Eixo Estratégico da Gestão:

a) adequar e organizar administrativamente a Administração Pública Municipal para implementar esta Lei;

b) estabelecer a Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI) e iniciar sua atuação;

c) definir o Conselho da Cidade, qualificar seus membros e iniciar sua atuação.

**CAPÍTULO III
DAS AÇÕES DE MÉDIO PRAZO**

Art. 149. Ficam estabelecidas como Ações Prioritárias de Médio Prazo:

I - No Eixo Estratégico Socioambiental;

a) delimitar, de preferência com elementos naturais, as Zonas de Proteção Ambiental e as Áreas Especiais de Interesse Ambiental da Zona Urbana envolvendo a Educação Ambiental Urbana e Rural; priorizando a demarcação, a recuperação e a proteção das APP de todos os corpos d'água no interior e no entorno da malha urbana, restringindo sua ocupação, com prioridade para as Lagoas da Salina, Lagoa de Baixo e Lagoa da Felipa e de seus formadores;

b) promover de forma integrada, com as áreas pertinentes da Administração Pública Municipal, as ações indicadas nos estudos sobre riscos ambientais, efetuado na



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

etapa anterior;

c) qualificar os agentes econômicos vinculados às atividades rurais e urbanas para um desenvolvimento sustentável, inclusive para recuperação de áreas degradadas;

d) proteger e valorizar na zona urbana e na zona rural os elementos de interesse histórico cultural, ambiental e turístico;

e) intensificar o licenciamento e a fiscalização ambiental;

f) iniciar a ampliação da arborização urbana.

II - No Eixo Estratégico Socioeconômico:

a) promover as ações indicadas no Ciclo de Debates da etapa anterior;

b) estimular as atividades e o empreendedorismo dos nichos econômicos definidos no curto prazo;

c) implementar o programa de melhoria da pecuária;

d) implementar o programa de apoio à agricultura familiar;

e) implementar o programa de melhoria dos serviços públicos, mantendo o equilíbrio das contas públicas;

III - No Eixo Estratégico Sócioterritorial Urbano:

a) desenvolver e implantar os projetos cujas diretrizes foram estabelecidas no curto prazo;

b) implantar o projeto de requalificação da Área Central, cujas diretrizes foram definidas no curto prazo;

c) implantar a via estruturante leste oeste;

d) implementar as ações de proteção aos riscos ambientais de inundação e geológicos definidos na etapa anterior;

e) implantar o projeto de melhoria da infraestrutura das áreas de expansão urbana nos bairros nas sedes dos distritos;

f) implementar os programas definidos pelos: Planos de Mobilidade, de Meio Ambiente, de Habitação de Interesse Social, de Saneamento,

g) implantar o plano de arborização urbana;

IV - No Eixo Estratégico da Gestão:

a) rever e aprimorar os processos de gestão interna da Administração Pública Municipal e as instâncias de gestão deste Plano Diretor;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

b) monitorar a implementação das prioridades estabelecidas para curto prazo, redefinir as prioridades de médio prazo, se for o caso, e definir o quadro de prioridades de longo prazo, considerados: o disposto nesta Lei e o disposto nos planos setoriais, em especial os de Habitação de Interesse Social, de Meio Ambiente, de Mobilidade e de Saneamento.

**CAPÍTULO IV
DAS AÇÕES DE LONGO PRAZO**

Art. 150. Ficam estabelecidas como Ações Prioritárias de Longo Prazo:

I - No Eixo Estratégico Socioterritorial Urbano:

a) melhorar e efetuar a manutenção das estradas de acesso, pavimentando as estradas de acesso a Boa Água, Juazeiro de Baixo, Lagoa Grande, Uiraponga e Pedras;

b) Duplicar, em conjunto com o governo do Estado, a Avenida do Contorno Leste.

**TÍTULO VII
DOS PROCESSOS REFERENTES À APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 151. As normas do processo administrativo de controle do parcelamento, da ocupação, do uso do solo, das obras e das atividades no Município de Morada Nova têm o objetivo de disciplinar a aplicação e o cumprimento das normas materiais deste Plano Diretor e dos demais instrumentos da legislação urbanística municipal.

Art. 152. O processo administrativo previsto no artigo anterior será de dois tipos:

I - processo de anuência;

II - processo de correção.

§ 1º O processo de anuência será iniciado pelo interessado e visará a obtenção da autorização, da permissão e da licença.

§ 2º O processo de correção será iniciado pela Administração Pública Municipal e visará identificar, impedir, corrigir e punir as infrações indicadas no Anexo IX desta Lei.

§ 3º O contraditório e a ampla defesa estão assegurados na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 153. A infração das normas mencionadas no art. 151, poderá implicar sanções administrativas, sem prejuízo das sanções cíveis e penais.

**CAPÍTULO II
DO PROCESSO DE ANUÊNCIA**



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

Art. 154. O processo de anuência tem como finalidade a obtenção de autorização ou permissão para atividades no espaço público e também para obtenção de licença de parcelamento, ocupação e uso do espaço privado.

§ 1º Entende-se por espaço público os logradouros públicos.

§ 2º Entende-se por logradouro público o bem público de uso comum do povo, no qual seja permitida a permanência ou o trânsito livre, tal como praça e área de via composta por calçada, pista de rolamento, acostamento e, se existente, faixa de estacionamento, ilha e canteiro central e o espaço aéreo nele limitado.

§ 3º Considera-se o espaço privado todo aquele que não se enquadra no conceito de espaço público, notadamente as glebas rurais e urbanas e os lotes e quadras urbanizados.

§ 4º Considera-se autorização a anuência simples da Administração Pública Municipal.

§ 5º Considera-se permissão a anuência mediante contrato.

§ 6º Considera-se licença a anuência da Administração Pública Municipal baseada nos direitos dominiais sobre o imóvel.

Art. 155. Todas comunicações serão feitas, obrigatoriamente, dentro do processo, mas o interessado poderá ser informado delas através de correspondência eletrônica ou por telefone.

**Seção I
Do Requerimento**

Art. 156. O processo de anuência se inicia com o requerimento simples do interessado diretamente na Administração Pública Municipal, em local de fácil acesso e de fácil visualização dos cidadãos.

§ 1º O requerimento será protocolado pelo servidor responsável, que lhe atribuirá um número e entregará ao interessado um comprovante.

§ 2º O requerimento deverá conter os dados suficientes para identificação do interessado e caracterização do objeto.

§ 3º O requerimento poderá ser digitado ou manuscrito pelo interessado ou atermado pelo servidor responsável.

§ 4º O servidor responsável deverá ler o requerimento ao interessado no caso de tê-lo atermado.

Art. 157. Sendo lícito e possível o pedido do interessado, estando constantes as condições de processamento, o servidor responsável deverá abrir o processo administrativo de anuência, cujo número deverá ser informado ao interessado.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA
Seção II
Da Instrução do Processo

Art. 158. A instrução do processo será feita com a juntada dos documentos na ordem em que são expedidos pela Administração Pública Municipal ou protocolados pelo interessado, devendo constar a numeração de página e a rubrica do servidor responsável pela instrução.

Art. 159. Qualquer falha, incompletude ou desorganização no processo de anuência poderá ser solucionada a qualquer momento mediante a solicitação de informações, documentos ou complementações diversas a qualquer órgão da Administração Pública Municipal bem como ao interessado.

Parágrafo único. O interessado poderá interpor, mediante petição simples e justificada, pedido de esclarecimento sobre a solicitação a que se refere este artigo.

Seção III
Das Fases do Processo de Anuência

Art. 160. Após a abertura do processo de anuência, o mesmo se desenvolverá observando até três fases:

- I - fase de orientação;
- II - fase de obtenção de Alvará;
- III - fase de execução e confirmação.

§ 1º Na fase de orientação o interessado deverá ser informado de todas as fases do processo e deverá receber instruções claras e objetivas de como obter a anuência da Administração Pública Municipal.

§ 2º Na fase de obtenção do Alvará o interessado deverá cumprir com todos os requisitos necessários para a obtenção da anuência da Administração Pública Municipal.

§ 3º Na fase de execução e confirmação a Administração Pública Municipal:

I - verifica se as condições impostas pelo Alvará foram cumpridas e se estão mantidas;

II - nos casos de parcelamentos e edificações, conforme indicado no Anexo VIII desta Lei, haverá a confirmação definitiva da anuência com a baixa do Alvará, por meio do recebimento do parcelamento pela Administração Pública Municipal ou da emissão da Certidão de Baixa e Habite-se no caso de edificações.

Art. 161. Os procedimentos e instrumentos específicos do processo de anuência para obtenção de licença de parcelamento, ocupação e uso do espaço privado, também denominado licenciamento, estão definidos no Anexo VIII desta Lei.

CAPÍTULO III
DOS PROCESSOS DE CORREÇÃO



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA

Seção I
Disposições Gerais

Art. 162. O processo de correção tem como finalidade identificar, impedir, corrigir e punir o dano à ordem urbana e ambiental.

§ 1º Considera-se dano à ordem urbana e ambiental o descumprimento das normas deste Plano Diretor.

§ 2º Para a finalidade do *caput* deste artigo, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- I - multa;
- II - revogação ou cassação;
- III - demolição.

§ 3º As penalidades e o valor das multas estão estabelecidos no Anexo IX desta Lei.

§ 4º A prática simultânea de duas ou mais infrações resultará na aplicação cumulativa das penalidades cabíveis.

Art. 163. Para garantir o êxito do processo de correção, poderão ser aplicadas as seguintes medidas cautelares, quando cabíveis, a qualquer tempo no processo até a sua baixa:

- I - embargo;
- II - interdição;
- III - apreensão.

Seção II
Da Fiscalização

Art. 164. Os servidores responsáveis pela fiscalização deverão identificar as irregularidades ocorridas no território do Município nos termos deste Plano Diretor e demais instrumentos da legislação urbanística municipal.

Art. 165. Constatada a infração, o fiscal irá lavrar o auto de infração, no qual constará:

- I - a data, a hora e a descrição detalhada da infração;
- II - os dispositivos violados;
- III - o nome do Interessado responsável pela infração, caso já tenha sido identificado, ou o nome do proprietário ou possuidor do imóvel;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA

IV - as instruções para a regularização da infração;

V - o prazo para o Interessado iniciar e finalizar a regularização;

VI - a penalidade cabível, podendo ser aplicadas mais de uma penalidade simultaneamente;

VII - assinatura do interessado ou testemunha.

§ 1º A todo auto de infração precederá, sempre que possível, uma notificação, concedendo prazo para o cumprimento das exigências legais.

§ 2º Até prova em contrário, feita no máximo em 48 (quarenta e oito) horas, pelo infrator, presumem-se verdadeiros os fatos e indicações contidos na notificação regularmente expedida.

§ 3º O auto será lavrado em 03 (três) vias, sendo a primeira encaminhada ao autuado ou seu representante legal, imediatamente após sua lavratura, e as restantes retidas pelo órgão municipal autuante.

§ 4º A responsabilidade da infração é atribuída:

I - a pessoa física ou jurídica;

II - aos pais, tutores, curadores quando incidir sobre as pessoas de seus filhos menores, tutelados ou curatelados.

Art. 166. Caso seja necessário apurar a ocorrência de uma possível irregularidade o fiscal deverá tomar as providências cabíveis para entender melhor a situação, podendo:

I - entrevistar cidadãos e autoridades municipais;

II - marcar reuniões dentro das repartições da Administração Pública Municipal e em horário comercial com os responsáveis pela irregularidade ou com servidor a fim de coletar informações e documentos;

III - exigir informações e dar vista de documentos de qualquer órgão da Administração Pública Municipal;

IV - entrar em qualquer repartição da Administração Pública Municipal;

IV - tirar fotos e gravar vídeos.

Parágrafo único. A recusa de qualquer servidor ou autoridade da Administração Pública Municipal de conceder ao fiscal acesso a informações e documentos de caráter público que sejam importantes para a apuração da situação em questão configurará infração funcional grave.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

§ 1º Os bens, máquinas, aparelhos, equipamentos e animais poderão ser retidos pela Administração Pública Municipal até a correção da irregularidade e do pagamento das multas.

§ 2º Os bens, máquinas, aparelhos, equipamentos e animais poderão ser devolvidos ao interessado, sob condições, caso sejam necessários para a correção da irregularidade.

§ 3º Se o interessado descumprir a ordem a que se refere o *caput* a multa será cobrada em dobro.

§ 4º Será acrescida à multa 1/10 de seu valor para cada dia em que a ordem mencionada no *caput* for descumprida.

Art. 170. Decreto Municipal irá regulamentar a guarda do que foi apreendido.

Art. 171. As multas deverão ser pagas pelo interessado no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da notificação ou, caso a contestação ou o recurso sejam julgados improcedentes, 10 (dez) dias após a notificação da decisão.

§ 1º Decreto Municipal poderá definir condições especiais para o pagamento das multas, podendo, inclusive, definir a compensação por meio de permuta ou serviço à comunidade.

§ 2º O prazo ficará suspenso se o interessado iniciar a correção da irregularidade nos termos determinados pela autoridade competente.

Art. 172. A penalidade de cassação de licença será aplicada nos casos de funcionamento de atividade ou obra em desacordo com o Alvará existente, se após 30 (trinta) dias da notificação da autuação persistir a irregularidade.

Parágrafo único. O prazo ficará suspenso se o interessado iniciar a correção da irregularidade nos termos determinados pela autoridade competente.

Art. 173. A revogação da autorização e da permissão será aplicada nos casos de funcionamento de atividade em desacordo com o Alvará existente, se após 30 (trinta) dias da notificação da autuação persistir a irregularidade.

Parágrafo único. O prazo ficará suspenso se o interessado iniciar a correção da irregularidade nos termos determinados pela autoridade competente.

Art. 174. A demolição total ou parcial da obra será imposta conforme Anexo IX desta Lei.

Parágrafo único. Havendo recusa ou inércia imotivada do interessado, a Administração Pública Municipal poderá proceder às obras de demolição, diretamente ou através de terceiros, devendo o respectivo custo ser ressarcido pelo interessado.

Art. 175. As penalidades aplicáveis no caso de cada infração às normas de parcelamento, ocupação e uso do solo bem como o valor das multas estão indicadas no





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA

Anexo IX desta Lei.

Seção IV
Do Processo

Art. 176. A instrução do processo será feita com a juntada dos documentos na ordem em que são expedidos ou protocolados, devendo as páginas serem numeradas e rubricadas.

Parágrafo único. Antes da juntada de documento, deverá ser juntada uma folha de rosto esclarecendo o seu conteúdo e o motivo de sua juntada, sempre que isso for necessário para que o processo seja compreensível.

Art. 177. Qualquer falha, incompletude ou desorganização no processo de correção poderá ser solucionada a qualquer momento pela autoridade competente mediante a solicitação de informações, documentos ou complementações diversas a qualquer órgão da Administração Pública Municipal bem como ao interessado.

Parágrafo único. O interessado poderá interpor, mediante petição simples e justificada, pedido de esclarecimento sobre a solicitação a que se refere este artigo no prazo de 05 (cinco) dias após a sua notificação

Art. 178. O processo de correção se inicia a partir da confirmação do auto de infração pela autoridade competente e da respectiva notificação do interessado.

§ 1º Após a notificação o interessado terá 10 (dez) dias para questionar o auto de infração através de contestação, que deverá conter:

- I - a descrição dos motivos da improcedência do auto de infração;
- II - as provas, caso existam;
- III - outras informações que julgar pertinentes.

§ 2º A contestação poderá ser realizada por escrito e será protocolada em lugar de fácil acesso e visualização determinado pela Administração Pública Municipal.

§ 3º A autoridade competente terá 30 (trinta) dias para julgar a contestação.

§ 4º Caso a autoridade competente entenda ser improcedente ou parcialmente procedente a contestação, a decisão deverá indicar:

- I - as instruções para a regularização da infração;
- II - o prazo para o Interessado iniciar e finalizar a regularização;
- III - a penalidade cabível, podendo ser aplicadas mais de uma penalidade simultaneamente.

§ 5º Da notificação do interessado sobre a decisão da autoridade competente caberá recurso ao colegiado recursal no prazo de 10 (dez) dias.



**ESTADO DO CEARA
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

§ 6º O colegiado recursal terá 30 (trinta) dias para julgar o recurso.

§ 7º Caso o colegiado recursal entenda ser improcedente ou parcialmente procedente o recurso, a decisão deverá indicar:

I - as instruções para a regularização da infração;

II - o prazo para o Interessado iniciar e finalizar a regularização;

III - a penalidade cabível, podendo ser aplicadas mais de uma penalidade simultaneamente e, inclusive, aumentada a penalidade anteriormente aplicada.

Art. 179. Decreto municipal irá definir o funcionamento do colegiado recursal, composto por 03 (três) membros.

Art. 180. Nos casos em que a obra ou a atividade precisem cessar imediatamente a autoridade competente poderá aplicar, liminarmente, as medidas cautelares de ordem de interdição ou de apreensão, de forma isolada ou simultaneamente.

§ 1º Se a medida cautelar não for cumprida pelo interessado, independentemente do recurso, será aplicada multa equivalente a 5 (cinco) vezes o valor da primeira multa, sendo acrescida de 1/10 (um décimo) da primeira multa para cada dia de infração continuada.

§ 2º Não caberá a multa do parágrafo anterior se o interessado estiver executando o trabalho necessário à correção da irregularidade.

Art. 181. Da decisão que determinar a medida cautelar pela autoridade competente caberá recurso ao colegiado recursal no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da notificação ou ciência do interessado.

Parágrafo único. O colegiado recursal terá 30 (trinta) dias para julgar o recurso.

Art. 182. O colegiado recursal em decisão fundamentada poderá dilatar ou devolver qualquer prazo ao interessado nos casos:

I - em que problemas de saúde tenham impedido ou dificultado o recurso ou contestação;

II - em que a convalescência ou falecimento de cônjuge ou dependente tenham impedido ou dificultado o recurso ou contestação;

III - em que motivo de grande relevância moral e social, claramente demonstrado e explicado no processo, impeça ou dificulte o recurso ou contestação.

Art. 183. A multa será cobrada na ausência de contestação ou recurso ou caso os mesmos sejam julgados improcedentes.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

§ 1º O interessado que concordar com a penalidade imposta, renunciando ao direito de defesa, poderá requerer desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa, desde que a pague no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação.

§ 2º A multa será inscrita em dívida ativa e encaminhada para o órgão competente providenciar a execução fiscal, com as cominações legais se o interessado não a satisfizer no prazo legal.

Art. 184. A multa poderá ser cancelada se o interessado não contestar ou recorrer e se regularizar a infração no prazo determinado pela autoridade competente.

Parágrafo único. Este artigo só será aplicável se o interessado não for reincidente e se a infração se referir:

I - à atividade sujeita à autorização;

II - à edificação sujeita ao licenciamento do Tipo 1, de acordo com o Plano Diretor; e

III - à atividade sujeita ao licenciamento do Tipo 1, de acordo com o Plano Diretor.

Art. 185. A fase de correção será finalizada após a aplicação das penalidades cabíveis, da interrupção da infração e do atendimento da legislação aplicável.

§ 1º Constatado o cumprimento da condição do *caput* deste artigo será dada baixa no processo.

§ 2º No caso de reincidência na infração o processo de correção será reaberto e a nova infração será ali processada, com a finalidade de se registrar o histórico infracional do interessado.

**Seção V
Das Comunicações**

Art. 186. O interessado é responsável por informar seu endereço para receber as comunicações da Administração Pública Municipal.

Art. 187. A Administração Pública Municipal dará ciência das suas decisões ou exigências por meio de notificação, através da consulta do interessado ao processo e mediante sua assinatura de qualquer declaração de ciência.

§ 1º Qualquer pessoa que resida ou trabalhe no domicílio informado pelo interessado poderá receber a notificação.

§ 2º Quando o endereço do interessado for desconhecido a notificação será realizada por meio de edital datado, que deverá ser fixado em local de fácil visualização do público, presumindo-se a ciência após 15 (quinze) dias da fixação.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

§ 3º A notificação poderá, alternativamente, ser realizada por meio de comunicação de grande circulação local.

Art. 188. A linguagem da Administração Pública Municipal a ser utilizada no processo deverá ser de fácil compreensão para a população do Município.

**CAPÍTULO IV
DA PUBLICIDADE OBRIGATÓRIA**

Art. 189. O acesso aos processos de anuência e de correção é garantido a todos os cidadãos para que tomem ciência de seu conteúdo e para que façam cópias reprográficas, caso desejem, sendo vedada a sua retirada do órgão responsável.

§ 1º O acesso aos processos poderá ser negado por, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, contando-se o dia do pedido de vista, caso o processo de anuência esteja recolhido pelo servidor responsável para instrução ou a autoridade competente para as decisões.

§ 2º O acesso ao processo só poderá ser negado mediante expedição de certidão ao solicitante, constando a data, o motivo e o nome e a assinatura do servidor responsável pela instrução ou decisão.

**TÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 190. Este Plano Diretor e os seus respectivos anexos deverão estar disponíveis para a consulta dos cidadãos.

Parágrafo único. A Administração Pública Municipal deverá assegurar a consulta a que se refere este artigo nas seguintes condições:

- I - em meio físico e digital;
- II - completo e em bom estado de conservação;
- III - sem impor nenhuma restrição ou burocracia.

Art. 191. São partes integrantes desta Lei os Anexos I a XX, com a seguinte denominação:

- I - Anexo I - Mapa de Zonas Urbana e Rural;
- II - Anexo II - Mapa de Zoneamento Rural;
- III - Anexo III - Mapa de Zoneamento Urbano, Áreas Especiais e Vias Estruturais;
- IV - Anexo 3.1 - Mapa de Classificação Viária;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

V - Anexo IV - Parâmetros Urbanísticos de Zonas pertencentes à Zona Urbana;

VI - Anexo V - Parâmetros Viários;

VII - Anexo VI - Áreas para Estacionamento e Manobra de Veículos nas Edificações:

a) Quadro 6.1 - Vagas de Estacionamento e Pátio de Carga e Descarga;

b) Quadro 6.2 - Parâmetros para Atividades Atratoras de Veículos;

c) Quadro 6.3 - Faixas de Acumulação de Veículos;

VIII - Anexo VII - Classificação das Atividades Urbanas e Repercussões Negativas com Respectivas Medidas Mitigadoras;

IX - Anexo VIII - Procedimentos e Instrumentos para Licenciamento de Parcelamento, Edificações e Atividades;

X - Anexo IX - Infrações e Penalidades:

a) Quadro 9.1 - penalidades por infrações a normas de parcelamento do solo

b) Quadro 9.2 - penalidades por infrações a normas de ocupação do solo

c) Quadro 9.3 - penalidades por infrações a normas de uso do solo;

XI - Anexo X - Descrição do Perímetro Urbano da Sede;

XII - Anexo XI - Descrição do Perímetro Urbano de Uiraponga;

XIII - Anexo XII - Descrição do Perímetro Urbano de Roldão;

XIV - Anexo XIII - Descrição do Perímetro Urbano de Lagoa Grande;

XV - Anexo XIV - Descrição do Perímetro Urbano de Juazeiro;

XVI - Anexo XV - Descrição do Perímetro Urbano de Pedras;

XVII - Anexo XVI - Descrição do Perímetro Urbano de Boa Água;

XVIII - Anexo XVII - Descrição do Perímetro Urbano de Aruaru;

XIX - Anexo XVIII - Marcos Municipais;

XX - Anexo XIX - Nova Divisão dos Bairros de Morada Nova;

XXI - Anexo XX - Glossário.

Parágrafo único. Os Anexos V e VI desta Lei poderão ser alterados pela lei que instituir o Plano de Mobilidade do Município.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

Art. 192. O processo que, na data de entrada em vigor desta Lei, estiver em andamento para licenciamento de empreendimento poderá ser analisado de acordo com a legislação vigente na data em que o processo tenha sido iniciado.

§ 1º No caso de aprovação de loteamento considerar-se-á em andamento o processo de licenciamento de empreendimento cujas diretrizes já tenham sido emitidas pela Administração Pública Municipal, devendo o projeto ser analisado com base nas referidas diretrizes, no limite do prazo de validade das mesmas.

§ 2º No caso de implantação de edificação, considerar-se-á em andamento o processo protocolizado na Administração Pública Municipal com a documentação completa, de acordo com as exigências legais.

Art. 193. As licenças concedidas anteriormente à vigência desta Lei somente poderão ser renovadas se as respectivas obras estiverem iniciadas dentro de seu prazo de validade.

Art. 194. A regulamentação desta Lei será estabelecida em Decretos Municipais.

Art. 195. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 196. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.142/2000, a Lei nº 1.143/2000, a Lei nº 1.144/2000, a Lei nº 1.145/2000 e a Lei nº 1.148/2000.

PAÇO DO GOVERNO MUNICIPAL DE MORADA NOVA, em 27 de maio de 2019.


JOSÉ VANDERLEY NOGUEIRA
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

ANEXO I – MAPA DE ZONAS URBANA E RURAL



LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

ANEXO II - MAPA DE ZONEAMENTO RURAL



LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

**ANEXO III - MAPA DE ZONEAMENTO URBANO, ÁREAS ESPECIAIS E VIAS
ESTRUTURAIS**



LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

ANEXO III.I - MAPA DE CLASSIFICAÇÃO VIÁRIA



- LEGENDA
- 1. BAIRRO CARLOS BARREIRA
 - 2. DISTRITO URBANO PROPOSTO
 - 3. LAROUX DO EQUINO
 - 4. CENSO 2010
 - 5. SOTERIA VILAR
 - 6. ESTIMATIVA DE IMPLANTAÇÃO DO TERMO
 - 7. RUA DE ENCONTRO
 - 8. CLASSIFICAÇÃO DE RUA
 - 9. VIA INTERMUNICIPAL
 - 10. VIA INTERMUNICIPAL
 - 11. VIA LOCAL

LEI Nº 1.488, DE 27 DE MARÇO DE 2018

ANEXO II - MAPA DE LOCALIZAÇÃO

1. BAIRRO CARLOS BARREIRA

2. DISTRITO URBANO PROPOSTO

3. LAROUX DO EQUINO

4. CENSO 2010

5. SOTERIA VILAR

6. ESTIMATIVA DE IMPLANTAÇÃO DO TERMO

7. RUA DE ENCONTRO

8. CLASSIFICAÇÃO DE RUA

9. VIA INTERMUNICIPAL

10. VIA INTERMUNICIPAL

11. VIA LOCAL

LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

ANEXO IV - PARÂMETROS URBANÍSTICOS DE ZONAS PERTENCENTES À ZONA URBANA

QUADRO DE PARÂMETROS URBANÍSTICOS POR ZONA URBANA

Parâmetros	ZUD		ZUE***		ZEU		
	Lotes entre 125 m² e 250m²	Lotes >250 m²	Lotes entre 500 m² e 1.000 m²	Lotes >1.000 m²	Lotes entre 125 m² e 250m²	Lotes >250 m²	
Área Mínima de Lote	125 m2		500 m2		125 m2		
Testada Mínima do Lote	5 m	10 m	10 m	20 m	5 m	10 m	12 m
Coefficiente de Aproveitamento Máximo	1,5	2	1		1,5	2	2,5
Nº Máximo de Pavimentos	2	4	-		2	4	6
Afastamento Frontal Mínimo	3 m ou nulo*		5 m		3 m ou nulo*		
Afastamento de Fundo Mínimo	3 m		5 m		3 m		
Afastamento Lateral Mínimo	1,5 m ou nulo**		3 m ou nulo		1,5 m ou nulo**		
Altura Máxima nas Divisas Laterais	9 m		-		9 m		
Extensão Máxima de Parede nas Divisas Laterais	75% de cada divisa lateral		-		75% de cada divisa lateral		
Taxa Mínima de Área Vegetada	5% para lotes<500m² 10% para lotes entre 500 m² e 1.000 m² 15% para lotes>1.000 m²						

* É admitido o afastamento nulo nas seguintes situações:

I - quando a altura da fachada no alinhamento for até 7m;

II - para o 2º pavimento em diante, ainda que a altura da fachada no alinhamento ultrapasse 7 m, desde que o 1º pavimento:

a) obedeça ao afastamento frontal mínimo de 3 m dando continuidade ao passeio;

b) tenha pé direito mínimo de 3,5m.

** Na hipótese do afastamento nulo deverão ser observadas as normas referentes a altura máxima e extensão máxima nas divisas.

*** As áreas não parceladas situadas em ZUE quando parceladas obedecerão aos parâmetros de ZUE.

LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

ANEXO V – PARÂMETROS VIÁRIOS

Quadro de Parâmetros Viários

PARÂMETROS VIÁRIOS - PLANO DE MOBILIDADE URBANA - CEARÁ						
	Unidade	ARTERIAL REGIONAL	ARTERIAL URBANA	COLETORA	LOCAL	
Largura mínima da caixa da via	m	17,20	18,00	16,00	14,00	
Velocidade diretriz mínima de projeto	km/h	70	60	60	30	
Número mínimo de faixas	unid.	Uma faixa por sentido				
Acostamento externo	m	2,50	-	-	-	
Largura mínima do canteiro central	m	1,00 (se houver)	1,00	-	-	
Largura mínima da faixa de rolamento	m	3,60	3,50	3,50	3,00	
Raio mínimo de curva	m	120,00	80,00	80,00	30,00	
Largura mínima da calçada	m	2,50	2,50	2,00	2,00	
Parada de ônibus	-	Em via marginal ou baia	Permitida			
Estacionamento	-	Em via marginal	Permitido			
Acesso às propriedades adjacentes	-	Através de via marginal ou direto	Direto			
Largura mínima da faixa de estacionamento	m	-	2,50	2,50	2,00	
Travessia de Pedestres	-	Em desnível ou em nível controlado	Controlada ou com faixa zebra			
Controle de tráfego nas Interseções	-	Cruzamento regulamentado	Semáforo ou placa de parada	Placa de parada		
Exigências adicionais	-	Implantação de área verde no canteiro central ou calçada (grama e arborização)	Arborização e instalação de mobiliário urbano na calçada			

Obs.: O raio de giro mínimo nas áreas urbanas será de 3,00 metros.



Figura 1 - Seção Mínima Via Local

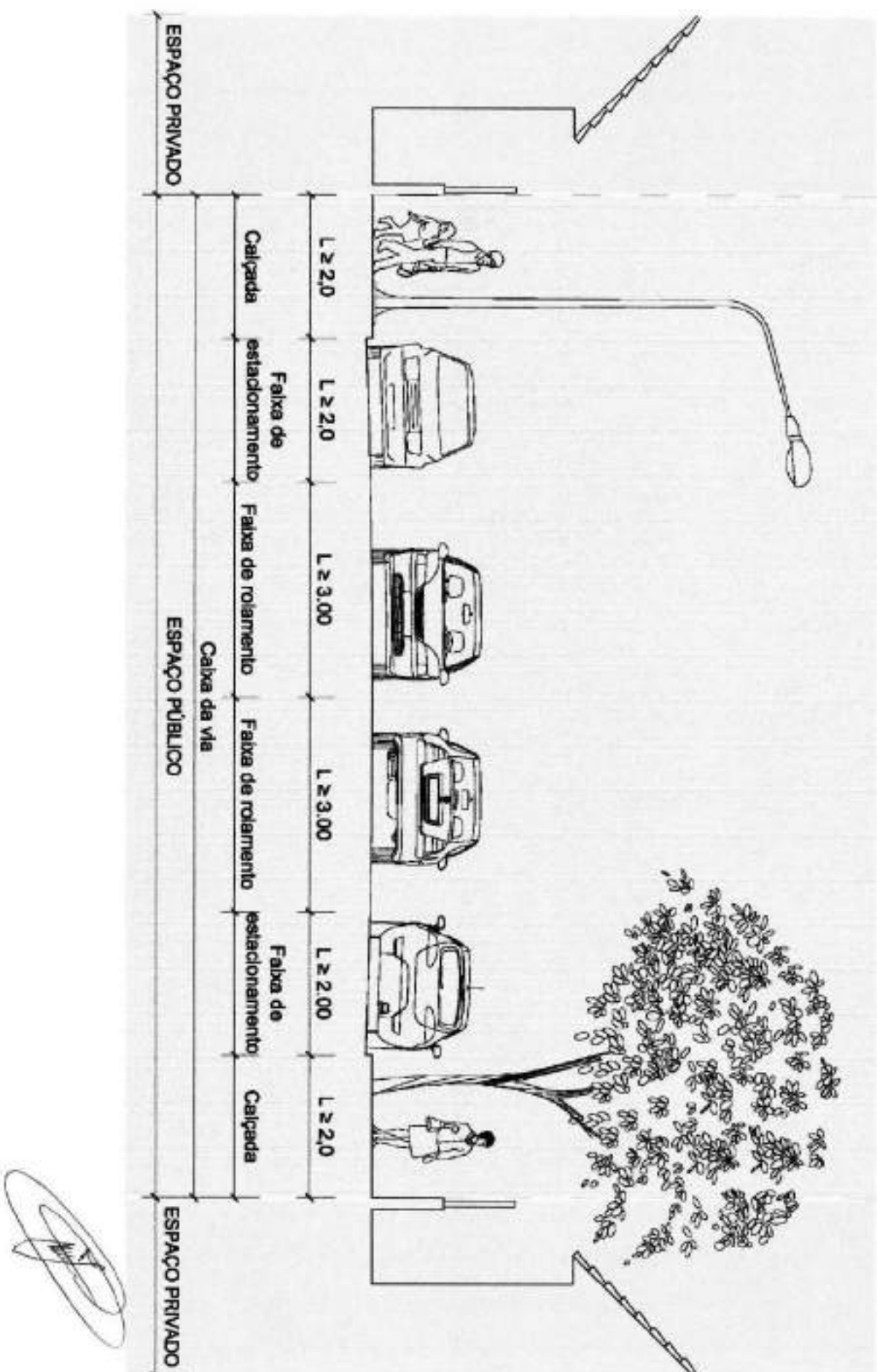


Figura 2 - Seção Mínima Via Coletora

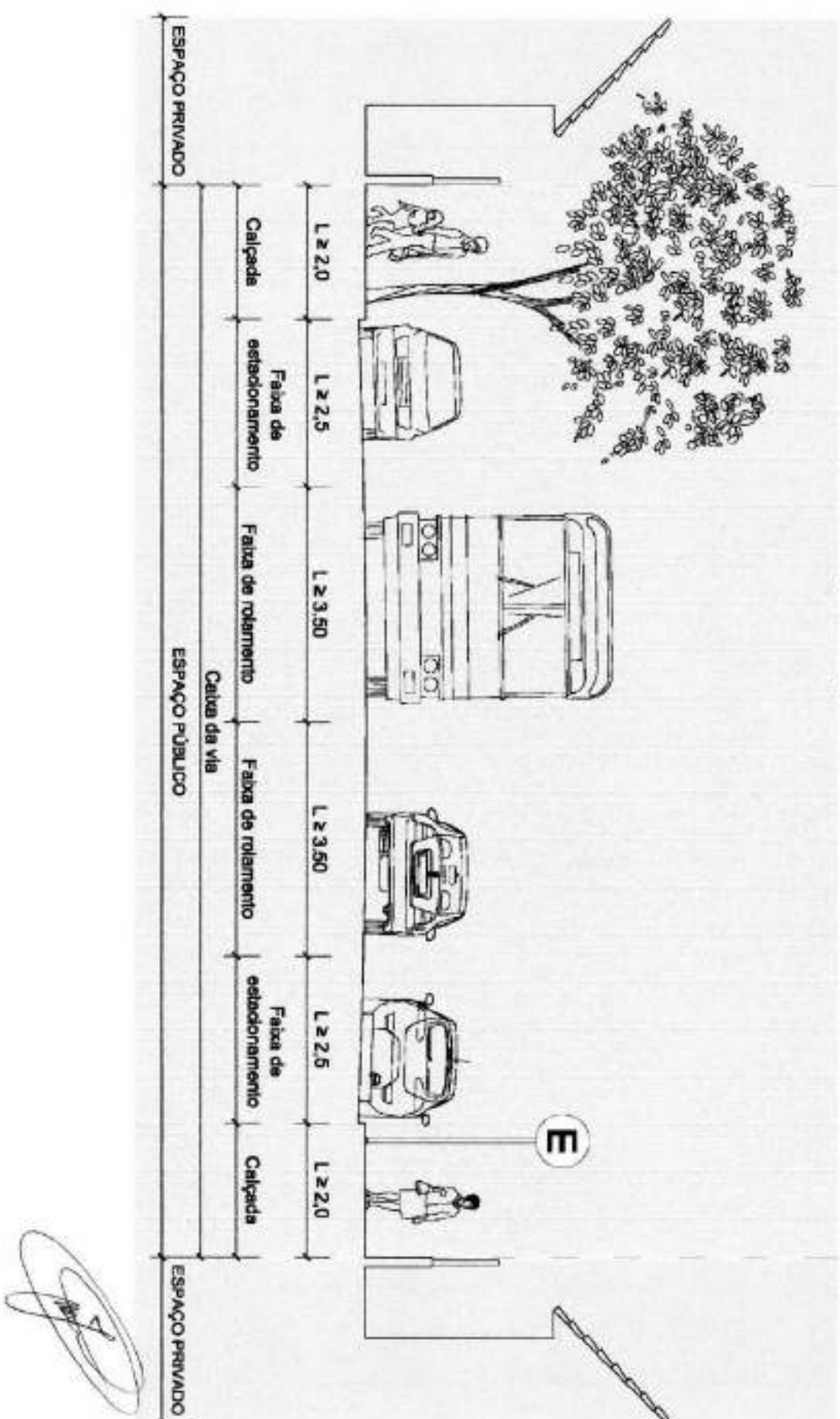
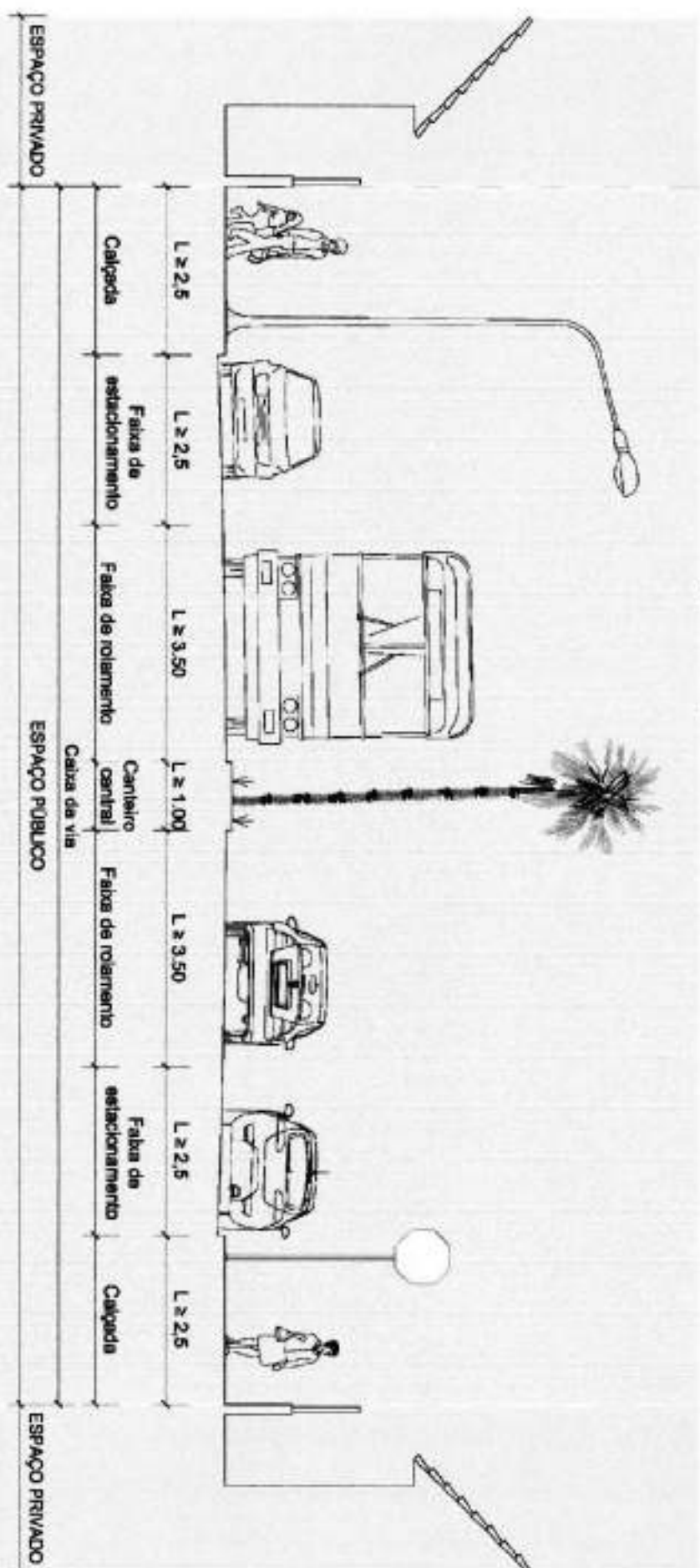
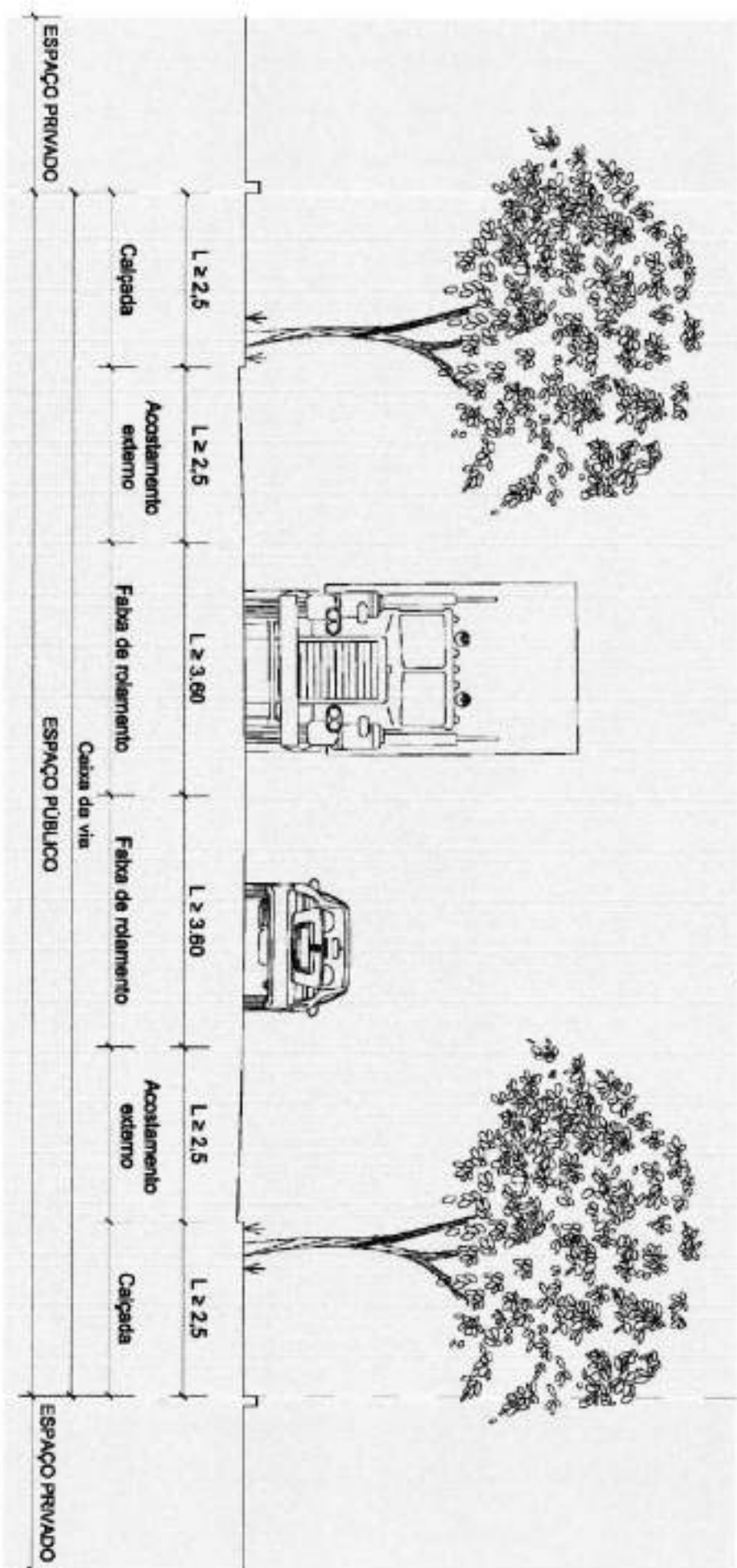


Figura 3 - Seção Mínima Via Arterial Urbana



[Assinatura]

Figura 4 - Seção Mínima Via Arterial Regional



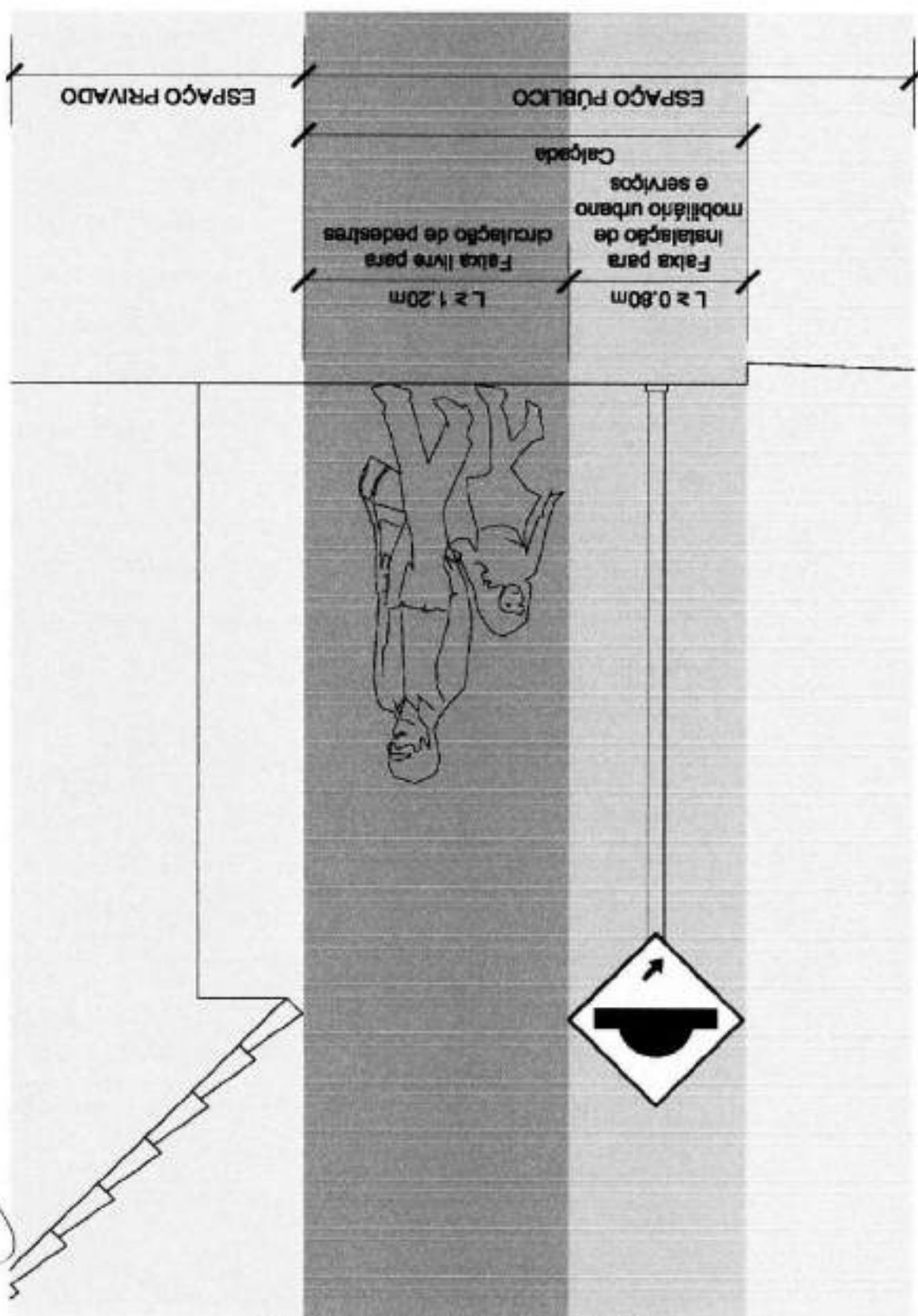


Figura 5 – Detalhe Seção Mínima Calçada

LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

ANEXO VI - ÁREAS PARA ESTACIONAMENTO E MANOBRA DE VEÍCULOS NAS EDIFICAÇÕES

QUADRO 6.1. VAGAS DE ESTACIONAMENTO E PÁTIO DE CARGA E DESCARGA

Atividades Urbanas	Classificação Da via de Acesso à Edificação	Parâmetros	
		Vagas para Estacionamento/ Garagem	Pátio de Carga e Descarga
1 – USO RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR			
Residencial Multifamiliar	Via Local	1 vaga para cada 60m² de área líquida construída	
	Via da Área Central, Via Coletora, Via Arterial Municipal	1 vaga para cada 60m² de área líquida construída	
	Via Arterial Metropolitana	1 vaga para cada 3 (três) unidades habitacionais	
	AIS		
2 – USO NÃO RESIDENCIAL			
Comércio Varejista	Via Local	1 vaga para cada 120m² de área útil	Para área útil maior ou igual a 1.000m², 1 vaga para cada 2.000m² de área útil
	Via da Área Central Via Coletora	1 vaga para cada 100m² de área útil	Para área útil maior ou igual a 1.000m², 1 vaga para cada 2.000m² de área útil
	Via Arterial Urbana	1 vaga para cada 60m² de área útil	Para área útil maior ou igual a 700m², 1 vaga para cada 2.000m² de área útil
	Via Arterial Regional	1 vaga para cada 60m² de área útil	1 vaga para cada 2.000m² de área útil
	Via Local	1 vaga para cada 120m² de área útil	-
Serviços Serviços de Uso Coletivo	Via da Área Central Via Coletora	1 vaga para cada 100m² de área útil	-
	Via Arterial Urbana	1 vaga para cada 60m² de área útil	-
	Via Arterial Regional	1 vaga para cada 60m² de área útil	-
Comércio Atacadista em	Via Local	1 vaga para cada 120m² de área útil	Para área útil maior ou igual a 500m², 1 vaga para cada 2.000m² de área útil

Atividades Urbanas	Classificação Da via de Acesso à Edificação	Parâmetros	
		Vagas para Estacionamento/ Garagem	Pátio de Carga e Descarga
Geral	Via da Área Central, Via Coletora	500m² de área útil	cada 2.000m² de área útil
	Via Arterial Urbana	1 vaga para cada 750m² de área útil	1 vaga para cada 2.000m² de área útil
Uso Industrial	Via Arterial Regional		

QUADRO 6.2. PARÂMETROS PARA ATIVIDADES ATRATORAS DE VEÍCULOS

Usos e Atividades Urbanas		Parâmetros		
		Vagas para Estacionamento/ Garagem	Pátio de Carga/Descarga	Área para Embarque e Desembarque
Minimercado, Mercadoria, Armazém, Padaria, Hortifrutigranjeiros	Área útil > 300m² e < 1.000m²	1 vaga para cada 75m² de área útil	Para área útil ≥ 500m², 1 vaga para cada 2.000m² de área útil	-
	Área útil ≥ 1.000m²	1 vaga para cada 50m² de área útil	1 vaga para cada 2.000m² de área útil	-
Depósito, Distribuidora	Área útil < 1.000m²	1 vaga para cada 250m² de área útil	1 vaga	-
	Área útil ≥ 1.000m² e < 5.000m²	1 vaga para cada 500m² de área útil	1 vaga para cada 1.500m² de área útil	-
	Área útil ≥ 5.000m²	1 vaga para cada 750m² de área útil	1 vaga para cada 1.500m² de área útil	-
Centro comercial, Shopping Center, Hipermercado, Supermercado, Loja de departamentos	Área útil < 2.000m²	1 vaga para cada 50m² de área útil	Para área útil ≥ 500m², 1 vaga para cada 2.000m² de área útil	2 vagas por entrada com comprimento mínimo de 5m cada, se emparelho
	Área útil ≥ 2.000m²	1 vaga para cada 25m² de área útil	1 vaga para cada 2.000m² de área útil	
Academia de ginástica, Quadra desportos	-	1 vaga para cada 50m² de área útil	-	-
Hoteis, Apart-hotéis	-	1 vaga paracada 5 apartamentos + 1 vaga paracada 20 m² de salade	1 vaga se área útil < 3.000m², 2 vagas se área útil ≥ 3.000m²	2 vagas por entrada com comprimento mínimo de 5m cada, se emparelho

Usos e Atividades Urbanas		Parâmetros		
		Vagas para Estacionamento/ Garagem	Pátio de Carga/Descarga	Área para Embarque e Desembarque
Espaço para feiras e exposições, Parque de diversão	Área útil $\geq 2.000\text{m}^2$	1 vaga para cada 100m^2 de área útil	1 vaga se área útil $< 3.000\text{m}^2$, 2 vagas se área útil $\geq 3.000\text{m}^2$	2 vagas por entrada com comprimento mínimo de 5m cada, se em paralelo
Estádio, Ginásio Esportivo	-	1 vaga para cada 10 lugares	1 vaga	2 vagas por entrada com comprimento mínimo de 5m cada, se em paralelo
Arena de modelos	-	1 vaga para cada 200m^2 de área útil	1 vaga para cada 2.000m^2 de área útil	2 vagas por entrada com comprimento mínimo de 5m cada, se em paralelo
Ensino infantil	Área útil $> 300\text{m}^2$ e $< 1.000\text{m}^2$	1 vaga para cada 200m^2 de área útil	-	-
	Área útil $\geq 1.000\text{m}^2$	1 vaga para cada 150m^2 de área útil	-	2 vagas por entrada com comprimento mínimo de 5m cada, se em paralelo
Ensino fundamental	Área útil $< 2.000\text{m}^2$	1 vaga para cada 100m^2 de área útil	1 vaga	-
	Área útil $\geq 2.000\text{m}^2$	1 vaga para cada 75m^2 de área útil	1 vaga	2 vagas por entrada com comprimento mínimo de 5m cada, se em paralelo
Ensino Superior	Área útil $> 300\text{m}^2$ e $< 1.000\text{m}^2$	1 vaga para cada 75m^2 de área útil	1 vaga	-
	Área útil $\geq 2.000\text{m}^2$	1 vaga para cada 50m^2 de área útil	1 vaga	2 vagas por entrada com comprimento mínimo de 5m cada, se em paralelo
Hospitais e Maternidade	-	1 vaga para cada 2leitos	1 vaga, se área útil $< 6.000\text{m}^2$, 2 vagas, se área útil $\geq 6.000\text{m}^2$	2 vagas por entrada com comprimento mínimo de 7m cada, se em paralelo



QUADRO 6.3. FAIXAS DE ACUMULAÇÃO DE VEÍCULOS

Área de estacionamento (em m²)	Número de Faixas de Acumulação	Cumprimento da faixa de acumulação (em metros)
De 2.001 a 5.000	1	20
De 5.001 a 10.000	2	15
Mais de 10.000	2	25

Observações:

1. Toda fração resultante da aplicação dos critérios estabelecidos nos quadros 6.1 e 6.2 será convertida em mais um vaga.
2. Os escritórios de empresas de Comércio Varejista, Comércio Atacadista e Indústria, quando isolados das atividades finalísticas das empresas, ficam sujeitos aos parâmetros definidos para a categoria de uso Serviço.
3. As atividades que se encaixarem em mais de um item deverão ser classificadas no mais restritivo.



LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

ANEXO VII - CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES URBANAS E REPERCUSSÕES NEGATIVAS COM RESPECTIVAS
MEDIDAS MITIGADORAS

Código CNAE 2.6	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS I II III	Repercussões Negativas (V, art. xx)	Medidas Mitigadoras (V, art. xx)
COMÉRCIO VAREJISTA					
Comércio Varejista de Produtos Alimentícios					
472110100	Padaria e confeitaria com predominância produção própria	Padaria e Confeitaria	<	5, 6, 7	F, G, H
472110200	Padaria e confeitaria com predominância revenda	Laticínios e Frios	<		
472110300	Comércio varejista de laticínios e frios	Artigos de Bolo e Bolo e semelhantes	<		
472110400	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	Acougue e Peixaria	<	6, 7, 9	G, H, J
472290100	Comércio varejista de carnes - açougues	Bebidas	<	2	B
472290200	Peixaria	Hortifrutigranjeiros	<		
472370000	Comércio varejista de bebidas				
472450000	Comércio varejista de produtos em geral, com predominância de produtos alimentícios - mercearias, mercearias amazônicas	Minimercado, Mercaria, Armazém	<		
472669900	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente				
471130200	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	Supermercado Hipermercado	<	1, 2, 5, 6, 7, 9	A, B, F, G, H, J
471130100	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	Área < 1500m² Área > 1500m²	<	1, 2, 5, 6, 7, 9	A, B, F, G, H, J
Comércio Varejista de Artigos e Aparelhos de Uso Pessoal e Doméstico					
472960100	Tabacaria	Tabacaria	<		
478900300	Comércio varejista de objetos de arte		<		
478909901	Comércio varejista de artigos para decoração		<		
478909902	Comércio varejista de artigos para festas	Objetos de Arte e Decoração	<		
478909903	Comércio varejista de artigos escolares e recreativos		<		
478909905	Comércio varejista de artigos de decoração		<		

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
475570100	Comércio varejista de antiguidades	Plantas e Flores Naturais	I	II	III		
475470300	Comércio varejista de artigos de iluminação						
475550300	Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho						
478900200	Comércio varejista de plantas e flores naturais						
475390000	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	Área ≤ 150m²					
475470100	Comércio varejista de móveis						
475470200	Comércio varejista de artigos de decoração						
475710000	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	Área > 150m²					
475989900	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente						
478909904	Comércio varejista de embalagens em geral, exceto papel e papelão						
478900900	Comércio varejista de armas e munições	Embalagens em geral					
478909908	Comércio varejista de produtos em geral - centro de comércio popular	Arma e munições					
475550100	Comércio varejista de tecidos	Tecidos e Armanhã					
475550200	Comércio varejista de artigos de armanhã						
475980100	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas						
476100200	Comércio varejista de jornais e revistas	Artigos de Papelaria, Livraria e Fotográficos					
476100300	Comércio varejista de artigos de papelaria						
476900800	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem						
476280000	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas						
476100300	Comércio varejista de artigos de papelaria	Brinquedos e Artigos Recreativos					
476360100	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos						
476360200	Comércio varejista de artigos esportivos						
476360400	Comércio varejista de artigos de capa, pesca e camping	Artigos e Equipamentos Esportivos					

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS I II III	Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
478360500	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos, peças e acessórios				
477170100	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas				
477170200	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	Artigos de Beleza e Farmacêuticos	<		
477170300	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos				
477250000	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal				
478579900	Comércio varejista de outros artigos usados	Artigos Usados	<		
477410000	Comércio varejista de artigos de óptica	Área ≤ 150m² Área > 150m² e ≤ 300m²	<		B
478140000	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Área > 300m²	<		B
478310100	Comércio varejista de artigos de joalheria	Artigos de Uso Pessoal	<		
478310200	Comércio varejista de artigos de relojoaria				
478220100	Comércio varejista de calçados				
478900100	Comércio varejista de suvenires, bijuterias artesanais				
478220200	Comércio varejista de artigos de viagem	Loja de Departamentos ou Magazine	<		A, B, C, D
471300100	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	Loja de Variedades	<		
471300200					
478900700	Comércio varejista de equipamentos para escritório	Comércio Varejista de Artigos de Uso Técnico e Profissional			
475120000	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, exceto carga e descarga de cartuchos para impressoras	Equipamentos para Escrito e Suprimentos para Informática e Comunicação	<		
475210000	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação				
477330000	Comércio varejista de artigos médicos ortopédicos	Artigos Médicos e Ortopédicos	<		
475630000	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	Instrumentos Musicais e Acessórios	<		

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
			I	II	III		
Comércio Varejista de Veículos, Peças e Acessórios							
453070500	Comércio a varejo de pneu/motocicleta, câmaras-de-ar	Pneumáticos e Câmaras-de-ar	<				
476360300	Comércio varejista de bicicletas/triciclos, peças e acessórios	Bicicletas e Triciclos, Peças e Acessórios	<				
454120300	Comércio a varejo de motocicletas e motocicletas novas						
454120400	Comércio a varejo de motocicletas e motocicletas usadas						
451110100	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	Veículos Automotores					
451110200	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados		<			1, 9	A, J
454210200	Comércio sob consignação de motocicletas e motocicletas, camionetas e utilitários usados						
451290200	Comércio sob consignação de veículos automotores						
454120500	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motocicletas						
453070400	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	Peças e Acessórios para Veículos Automotores					
		Áreas > 150m²	<				
		Áreas > 150m²	<			1	A
Comércio Varejista de Materiais de Construção							
474160000	Comércio varejista de tintas, materiais para pintura	Tintas, Solventes					
		Áreas > 150m²	<			4	D
		Áreas > 150m²	<			4	D
474230000	Comércio varejista de material elétrico	Material Elétrico					
474400300	Comércio varejista de materiais hidráulicos						
474310000	Comércio varejista de vidros	Áreas > 150m²	<			2	B
474400100	Comércio varejista de ferragens e ferragens	Hidráulico, Vidro	<			2	B
		Áreas > 150m²	<			2	B
474400200	Comércio varejista de madeira e seus derivados	Madeiras e seus derivados	<			9	J
		Áreas > 150m²	<			9	J
474400400	Comércio varejista de cal, areia, pedras	Materiais de construção	<			2, 5	B, E, F

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS I II III	Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
472400500	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	Construção em Geral		2, 5, 9	B, E, F, J
472400500	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	Área > 150m²	<	2, 5, 9	B, E, F, J
473260000	Comércio varejista de fogos de artifício e <475000500 Área> 150m²	Comércio Varejista de Produtos Químicos e Perigosos Fogos de artifício Áreas 150m²	Artigos	4	D
473260000	Comércio varejista de lubrificantes	Artigos Produtivos Lubrificantes Áreas 150m²	<	4	D
473260000	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	Comodidade para veículos Área > 150m²	<	2, 4, 5, 6, 7, 8	B, D, F, G, H, J
473260000	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	Automotores Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	<	2, 4, 5, 6, 7, 9	B, D, F, G, H, J
478490000	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	Comércio Varejista de Produtos Agro-Veterinários	<	2, 4	B, D
478900400	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	Animais Vivos	<		
477170400	Comércio varejista de medicamentos veterinários	Medicamentos Veterinários	<		
478909900	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	Comércio Varejista de Produtos Diversos Outros Produtos Não Especificados Anteriormente			
462140000	Comércio atacadista de café em grão	Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios			
462220000	Comércio atacadista de soja				
462310500	Comércio atacadista de cacau em braga				
463200100	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados		<	2	B
463200200	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas				
463200300	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento				

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS I II III	Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
463710100	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel				
463710200	Comércio atacadista de açúcar				
463710300	Comércio atacadista de óleos e gorduras				
463110000	Comércio atacadista de leite e laticínios				
46380200	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	Pequenos Animais e Ovos	<	2, 6, 7	B, G, H
46380300	Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação				
463460100	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados				
463460200	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados				
463460900	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	Carnes, Pescados e Derivados	<	2, 6, 7	B, G, H
463460300	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar				
463540100	Comércio atacadista de água mineral				
463540200	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante		<	2	B
463540300	Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	Bebidas	<	2	B
463540800	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente				
463710400	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares				
463710500	Comércio atacadista de massas alimentícias		<	2	B
463710600	Comércio atacadista de sorvetes	Produtos Alimentícios			
463710700	Comércio atacadista de chocolates, confitos, balas, bombons e semelhantes				
463719800	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente		<	2	B
463970200	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	Produtos Alimentícios	<	2	B
463970100	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral				
469150000	Comércio atacadista de mercadorias em geral		<	2	B



Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
			I	II	III		
	geral, com predominância de produtos alimentícios	Comércio Atacadista de Artigos de Uso Pessoal e Doméstico					
462310603	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramíneas	Sementes, Flores, Plantas e Gramíneas	<			2	B
463620100	Comércio atacadista de fumo beneficiado	Fumo, Cigarros, Cigarilhas e Charutos		<		2	B
463620203	Comércio atacadista de cigarros, cigarilhas e charutos			<		2	B
464190103	Comércio atacadista de alimentos			<		2	B
464190203	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	Têxteis, Cama, Mesa e Banho		<		2	B
464190303	Comércio atacadista de artigos de segurança			<		2	B
464270103	Comércio atacadista de artigos de vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança			<		2	B
464270203	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança			<		2	B
464350100	Comércio atacadista de equipamentos de trabalho	Artigos de Vestuário e Acessórios					
464350100	Comércio atacadista de jóias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas			<		2	B
464350200	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem			<		2	B
464430100	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	Medicamentos e Drogas de Uso Humano		<		6, 7	G, H
464600100	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria			<		6, 7	G, H
464600200	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal			<		2, 4, 6, 7	B, D, G, H
464640100	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	Artigos de Saúde e Beleza					
464640200	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico			<		2	B
464640400	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchão	Utensílios, Móveis e Equipamentos Domésticos					
464640500	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria, persianas e cortinas			<		2	B
464640600	Comércio atacadista de lustres, luminárias			<		2	B

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
			I	II	III		
464949902	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal, exceto armas e munições						
464949800	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação doméstica	Produtos de Higiene, Limpeza e Conservação Doméstica				6, 7	G, H
464949900	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação doméstica, com atividade de tracionamento e acondicionamento associada					2, 4, 6, 7	B, D, G, H
464949901	Comércio atacadista de armas e munições	Armas e munições				2, 4	B, D
Comércio Atacadista de Artigos de uso Técnico Profissional, Máquinas, Equipamentos e Ferramentas							
464510100	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios					2	B
464510200	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia						
464510300	Comércio atacadista de produtos odontológicos	Artigos de Saúde				2	B
464480000	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontológico-hospitalar; partes e peças						
464790100	Comércio atacadista de artigos decorativos e de papeleria					2	B
464790200	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	Artigos de Livraria e Papeleria				2	B
464940700	Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos						
465160100	Comércio atacadista de equipamentos de informática	Equipamentos de Informática				2	B
465160200	Comércio atacadista de suprimentos para informática					4	D
468690200	Comércio atacadista de embalagens	Embalagens para Qualquer Material				2, 4	B, D
465240000	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	Máquinas e Equipamentos				2	B

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS I II III	Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
466300000	Comércio atacadista de máquinas equi- mentos para uso industrial, partes especia- lizadas				
466560000	Comércio atacadista de máquinas equi- mentos para uso comercial, partes especia- lizadas				
466980100	Comércio atacadista de bombas e compressores, partes e peças				
466999800	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente, partes e peças				
468399900	Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente				
466130000	Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente, exceto baterias e acumuladores				
466130000	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agrícola, partes e peças				
466210000	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para a mineração, mineração e construção, partes e peças				
Comércio Atacadista de Veículos, Peças e Acessórios					
451110300	Comércio por atacado de automóveis, camionetes e utilitários novos e usados				
451110400	Comércio por atacado de caminhões novos e usados				
451110500	Comércio por atacado de caminhões e semirreboques novos e usados	Veículos Automotores		2	B
451110600	Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados				
454120100	Comércio por atacado de motocicletas e motores				
453070100	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores				
454120200	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motocicletas	Peças e Acessórios para Veículos		2	B
453070200	Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar				
464940300	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	Bicicletas, Triciclos e outros Veículos Recreativos		2	B
Comércio Atacadista de Materiais de Construção					

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS I II III	Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
467110000	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	Madeira e Produtos Derivados	<	2, 4, 7	B, D, H
467290000	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas		<		
467370000	Comércio atacadista de material elétrico	Material Elétrico, Vidros e Ferragens	<	2	B
467960300	Comércio atacadista de vidros, espelhos, vitrais e móveis		<		
467450000	Comércio atacadista de cimento		<		
467960200	Comércio atacadista de mármore e granitos	Cimento, Mármore e Granitos	<	2	B
467960100	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares	Tintas, Vernizes e Similares	<	2, 4	B, D
467960400	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente		<		
467969900	Comércio atacadista de material de construção em geral	Materiais de Construção em Geral	<	2, 5, 7	B, E, F, H
Comércio Atacadista de Produtos Químicos e Parafusos					
352040200	Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	<	2, 4	B, D
468180500	Comércio atacadista de lubrificantes		<		
468420100	Comércio atacadista de resinas e elastômeros		<		
468420200	Comércio atacadista de solventes		<		
468180100	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (T.R.R.)	Comércio Atacadista de Lubrificantes, Solventes, Combustíveis, Resinas e Elastômeros	<	2, 4, 5, 6	B, D, F, G
468180200	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (T.R.R.)		<		
468180300	Comércio atacadista de combustíveis origem vegetal, exceto álcool carburante		<		
468180400	Comércio atacadista de combustíveis origem mineral em bruto		<		
468260000	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)		<		
468429900	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente	Usas Liquefado de Petróleo e Outros Produtos Químicos e Petroquímicos Não Especificados Anteriormente	<	2, 4, 5, 6	B, D, F, G
462310101	Comércio atacadista de animais vivos	Comércio Atacadista de Produtos Agro-Veterinários Animais Vivos	<	2, 6, 7	B, G, H



Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
462310102	Comércio atacadista de salmão animal	Salmão Animal	<			8, 9	H, J
462310200	Comércio atacadista de couros, lã, peles e outros subprodutos não-comestíveis de origem animal	Produtos Não-comestíveis de Origem Animal	<			2	B
462310300	Comércio atacadista de algodão beneficiado	Materiais-primasAgricultas	<			2	B
462310700	Comércio atacadista de sisal		<				
462310800	Comércio atacadista de produtos agrícolas in natura com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	Materiais-primasAgricultas	<			2	B
462319900	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente		<			7	H
462310900	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	Medicamentos de uso veterinário	<			7	H
462310900	Comércio atacadista de alimentos para animais	Produtos para Agropecuária	<			2	B
469230000	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários		<				
469340000	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	Defensivos Agrícolas, Adubos e Fertilizantes	<			2, 5, 6	B, F, G
Comércio Atacadista de Produtos Diversos							
469310000	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	Mercadorias Não Perigosas em Geral, Não Especificadas Anteriormente	<			2	B
469310000	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	Produtos Siderúrgicos e Metalúrgicos, Exceto para Construção	<			2	B
469690100	Comércio atacadista de papel e papéis em bruto	Papel e Papéis em Bruto	<			2, 4	B, D
469770100	Comércio atacadista de resíduos de papel e papéis	Resíduos de Papel e Papéis	<			2, 4, 9	B, D
469770200	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papéis	Resíduos e Sucatas	<			2, 6, 7, 8	B, G, H, J
469770300	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	Resíduos e Sucatas	<			2, 6, 7, 9	B, G, H
469930100	Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis	Produtos da Extração Mineral, Exceto Combustíveis	<			2, 6, 7, 9	B, G, H
521170100	Armazéns gerais - emissão de warrant	Armazéns Gerais	<			2, 4	B, D
SERVIÇOS							

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS I II III	Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
642120000	Bancos comerciais	Estabelecimento e Posto Bancário	<		
642210000	Bancos múltiplos, com carteira comercial				
642300000	Caixas econômicas				
642470100	Bancos cooperativos				
643100000	Bancos múltiplos, sem carteira comercial				
643200000	Bancos de investimento	Instituições e Sociedades Financeiras e de Capitalização	<		
643300000	Bancos de desenvolvimento				
643670100	Bancos de câmbio				
661900200	Correspondentes de instituições financeiras				
661930300	Representações de bancos estrangeiros				
643520200	Associações de poupança e empréstimo	Instituições e Sociedades Financeiras e de Capitalização	<		
643520300	Companhias hipotecárias				
643610000	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras				
643700000	Sociedades de crédito ao microempreendedor				
643879900	Outras instituições de intermediação monetária				
645000000	Sociedades de capitalização	Sociedade de Participação	<		
644090000	Arrendamento mercantil				
646110000	Holdings de instituições financeiras				
646200000	Holdings de instituições financeiras				
646300000	Outras sociedades de participação, exceto holdings				
647010100	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários	Fundo de Investimento	<		
647010300	Fundos de investimento imobiliários				
649990100	Clubes de investimento				
649990200	Sociedades de investimento				
663040000	Aziendas de administração de fundos por contrato ou comissão				
649130000	Sociedades de fomento mercantil - factoring	Serviços de Crédito e Consórcio	<		
643520100	Sociedades de crédito imobiliário				
649210000	Securitização de créditos				
649300000	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos				
649990300	Fundo garantidor de crédito				
649990400	Caixas de financiamento de corporações	Seguros, Previdência e Planos	<		
649990500	Concessão de créditos pelas OSCIP				
651110100	Seguros de vida				
651110200	Planos de saúde-funeral				



Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
			I	II	III		
661200000	Seguros-vida						
662010000	Seguros-saúde						
663080000	Resseguros						
665020000	Planos de saúde						
662150100	Peritos e avaliadores de seguros						
662150200	Auditoria e consultoria atuarial						
662230000	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde						
662910000	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente						
661180100	Bolsa de valores	Banco Central e Bolsa de Valores					
661930100	Serviços de liquidação custódia						
641070000	Banco Central						
661190400	Administração de mercados de câmbio organizados						
661280100	Corretoras de títulos e valores mobiliários						
661280200	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	Atividades Auxiliares de Serviços Financeiros					
661280300	Corretoras de câmbio						
661280400	Corretoras de contratos de mercado						
661280500	Agentes de investimentos em aplicações financeiras						
649999900	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente						
661340000	Administração de cartões de crédito	Comercialização e Administração de Imóveis					
661930400	Caixas eletrônicas						
661930500	Operadoras de cartões de débito						
661939900	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente						
829970500	Serviços de levantamento de fundos sob controle						
829110000	Atividades de cobrança e informações cadastrais						
411070000	Incorporação de empreendimentos imobiliários	Comercialização e Administração de Imóveis					
681020100	Compra e venda de imóveis próprios						
682180100	Corretagem na compra, venda e avaliação de imóveis	Gestão e Corretagem de Imóveis					
682180200	Corretagem no aluguel de imóveis						
681020200	Aluguel de imóveis próprios						

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades		GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
				I	II	III		
662290/000	Gestão e administração da propriedade imobiliária							
561120/100	Restaurantes e similares	Serviços de Alimentação		<			5, 6, 7, 9	F, G, H, J
561120/200	Bares e estabelecimentos especializados em bebidas			<			5, 6, 7, 9	F, G, H, J
561120/301	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares, exceto sorveteria					<	5, 6, 7, 9	F, G, H, J
562010/300	Cardápios - serviços de alimentação							
561120/302	Sorveteria	Alimentação em Cantina, Sorveteria e Ambulantes		<				
562121/00/000	Serviços ambulantes de alimentação							
562010/100	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	Fornecimento de Alimentos	Área ≤ 300m²	<			5, 6, 7	F, G, H
562010/200	Serviços de alimentação para eventos e recepções - buffet							
562010/400	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	Preparados e Bate	Área > 300m²	<			5, 6, 7, 9	F, G, H, J
551080/100	Hotéis	Serviços de Alojamento						
551080/200	Apart-hotéis			<			1, 3, 4, 5, 6, 7, 9	A, C, D, F, G, H, J
551080/300	Motéis					<	6, 7, 9	G, H, J
559080/200	Campings			<			6, 7, 9	G, H, J
559080/100	Albergues, exceto sociais	Outros Alojamentos						
559080/300	Pensões			<				
559080/900	Outros alojamentos não especificados anteriormente							
930190/100	Produção teatral	Serviços de Diversão e Esporte						
930190/200	Produção musical							
930190/300	Produção de espetáculos de dança							
930190/600	Atividades de sonorização e iluminação			<				
930199/900	Atas, câmeras, espetáculos, atividades complementares não especificadas anteriormente	Produções Artísticas						
823000/100	Serviços de organização de festas, congressos, exposições e feiras							
931910/100	Produção e promoção de eventos esportivos	Promoção e Organização de Eventos		<				
931919/901	Atividades de profissionais que atuam por conta própria em atividades esportivas							

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades			GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
900190400	Produção de espetáculos circenses, de marionetes similares	Circos, Marionetes e similares	Área > 1000m²	<	<	<	4	D	
900190500	Produção de espetáculos de rodeiros	Rodeios, Xangri-bas e similares	Área > 1000m²	<	<	<	3, 4, 5, 6, 7, 9	C, D, F, G, H, J	
900350000	Gestão de espaços para eventos culturais, espetáculos e outras atividades artísticas	Teatro	Área > 1000m²	<	<	<	4, 9	D, J	
823000201	Casas de festas e eventos	Casas de festas e eventos	Área > 1000m²	<	<	<	4, 5, 6, 7, 9	D, F, G, H, J	
931210000	Atividades de recreação e lazer	Academia, Ginástica	Área > 1000m²	<	<	<	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9	A, B, C, D, F, G, H, J	
931919902	Atividade de pesca esportiva e de lazer	Parques de diversão e parques temáticos	Área > 1000m²	<	<	<	9	J	
932889900	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	Parques e veículos para recreação	Área > 1000m²	<	<	<	3, 4, 5, 6, 7, 9	C, D, F, G, H, J	
932980100	Discotecas, dançeterias, salões de dança	Lazer	Área > 1000m²	<	<	<	4, 5, 6, 7, 9	D, F, G, H, J	
932980200	Exploração de boliches	Exploração de boliches	Área > 1000m²	<	<	<	9	J	
932980300	Exploração de jogos de sinuca bilhar e similares	Exploração de jogos eletrônicos	Área > 1000m²	<	<	<	9	J	
932980400	Exploração de jogos eletrônicos recreativos	Jogos Mecânicos	Área > 1000m²	<	<	<	9	J	
932989901	Exposições de som e luz	Exposições de som e luz	Área > 1000m²	<	<	<	9	J	
932989902	Exposições com cobrança de ingressos	Exposições com cobrança de ingressos	Área > 1000m²	<	<	<	9	J	
591110100	Estúdios cinematográficos	Estúdios cinematográficos	Área > 1000m²	<	<	<	9	J	
591119900	Atividades de produção cinematográfica de vídeos e de programas de televisão especificadas anteriormente	Atividades de produção cinematográfica de vídeos e de programas de televisão especificadas anteriormente	Área > 1000m²	<	<	<	9	J	
591200100	Serviços de dublagem	Serviços de dublagem	Área > 1000m²	<	<	<	9	J	
591200200	Serviços de mixagem sonora	Serviços de mixagem sonora	Área > 1000m²	<	<	<	9	J	
592010000	Atividades de gravação de som e de vídeo	Atividades de gravação de som e de vídeo	Área > 1000m²	<	<	<	9	J	
591209900	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	Área > 1000m²	<	<	<	9	J	
591380000	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	Área > 1000m²	<	<	<	9	J	

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xs)	Medidas Mitigadoras (v. art. xs)
			I	II	III		
591110200	Produção de filmes para publicidade						
591460000	Atividades de edição cinematográfica	Cinema				4,9	D, J
601010000	Atividades de rádio	Atividades de Rádio	<				
602170000	Atividades de televisão aberta						
602250100	Programadores						
602250200	Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras						
614180001	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	Atividades de Televisão				7	H
614260000	Operadoras de televisão por assinatura por microondas						
614340000	Operadoras de televisão por assinatura por satélite						
612059900	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	Telecomunicações Sem Fio		<		8,9	L, J
614180002	Instalação e assistência técnica em televisão por assinatura, inclusive a habilitação e desabilitação de decodificadores	Reparação à Instalação de Antenas	<				
613060100	Provedores de acesso às redes de comunicações						
619060200	Provedores de voz sobre protocolo internet - VUJIP						
631190000	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	Provedores e Serviços de Acesso à Internet	<				
631940000	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet						
639170000	Sites de acesso à internet						
639920000	Agências de notícias						
639920000	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente						
731140001	Propaganda e publicidade, planejamento e elaboração de campanhas publicitárias						
731140002	Veiculação e divulgação de propaganda e publicidade por qualquer meio, exceto pelo rádio, jornal, periódico e televisão.	Propaganda, Publicidade e Informação	<				
731220000	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação						
731900300	Marketing direto						
731900400	Consultoria em publicidade						

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. ix)	Medidas Mitigadoras (v. art. ix)
			I	II	III		
731909900	Outras atividades de publicidade especificadas anteriormente	Serviços Técnico-Profissionais					
731900200	Promoção de vendas						
732030000	Pesquisas de mercado e de opinião pública						
183000100	Reprodução de som em qualquer suporte						
183000200	Reprodução de vídeo em qualquer suporte	Reprodução de Materiais Gravados	<			9	J
183000300	Reprodução de software em qualquer suporte						
422260100	Montagem de estruturas metálicas	Montagem de Estruturas Metálicas e Andares			<	2	B
439910200	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias						
432910400	Montagem e instalação de lâmpadas e equipamentos de iluminação, instalação em vias públicas, pontos esportivos	Instalação de Sistemas e Equipamentos de Iluminação e Sinalização/Compostos			<	2	B
432910301	Instalação de elevadores, escadas e esportes rolantes, exceto de fabricação própria	Instalação e Operação de Equipamentos de Elevação de Cargas ou Pessoas			<	2	B
436910400	Serviços de operação eletromecânica de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras	Acabamento em Obras					
433049900	Outras obras de acabamento e construção	Instalação de Máquinas e Equipamentos Industriais	<			2	B
332100000	Instalação de máquinas, equipamentos industriais						
332959900	Instalação de outros equipamentos especificados anteriormente				<	7, 9	H, J
429290200	Outras demontagens industriais	Obras de Montagem Industrial			<	5, 6, 7, 9	F, G, H, J
432150001	Serviço de instalação, inclusive antigas	Instalação Manutenção			<	7, 9	H, J
432150002	Serviço de manutenção, inclusive antigas	Instalação Manutenção			<	7, 9	H, J
432230201	Instalação de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	Instalação Manutenção			<	7, 9	H, J
432230202	Manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	Instalação Manutenção			<	7, 9	H, J
433040201	Instalação de portas, janelas, telas, divisórias e armários embutidos de qualquer material	Instalação de Esquadrias, Armários Embutidos e Divisórias	<				
432230100	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	Instalações Hidráulicas, Sanitárias e de Gás	<				
432230300	Instalações de sistema de prevenção contra incêndios	Instalação de Sistema de Prevenção Contra Incêndios	<				



Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades			I	II	III	Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
		Incluído	Incluído	Incluído					
432910100	Instalação de painéis publicitários		Instalação de Painéis Publicitários		<				
433040202	Montagem de stands para feiras		Montagem de Móveis e stands para Feiras e Exposições	Área ≤ 300m²	<		2	B	
332950100	Serviços de montagem de móveis de qualquer material			Área >300m²		<	2	B	
731900100	Criação e montagem de estandes para feiras e exposições		Montagem de Molduras e Quadros		<				
478909907	Montagem de molduras e quadros		Administração de Obras		<				
433910100	Administração de obras				<				
525080100	Comissaria de despachos				<				
525080200	Atividades de despachantes aduaneiros				<				
525080300	Apagamento de cargas, exceto para o transporte marítimo		Atividades Relacionadas a Organização e Despesa de Carga		<				
525080400	Organização logística do transporte de carga								
532020100	Serviços de malação não realizados pelo Correio Nacional		Correio/Outros Serviços	Área ≤ 300m²	<		2	B	
532020200	Serviços de entrega rápida		Entrega	Área >300m²		<	2	B	
581150000	Edição de livros								
581230000	Edição de jornais								
581310000	Edição de revistas		Edição de Produtos Gráficos		<				
581910000	Edição de catálogos, listas e de outros produtos gráficos								
620150000	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda								
620230000	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis								
620310000	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis		Informática e Tecnologia da Informação		<				
620400000	Consultoria em tecnologia da informação								
620910000	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação								
262130002	Montagem, sob encomenda, de equipamentos de informática, com peças fornecidas pelo encomendante		Montagem de Equipamentos e Informática		<		7	H	
451290100	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores								
453070600	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores		Representantes Comerciais e Agentes do Comércio		<				
454210100	Representantes comerciais e agentes do								

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xi)	Medidas Mitigadoras (v. art. xi)
			I	II	III		
461170000	comércio de motocicletas e motocicletas, peças e acessórios Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	Representantes Comerciais e Agentes do Comércio					
461250000	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens						
461330000	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico						
461410000	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico						
461500000	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico						
461690000	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico						
461790000	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo						
461840100	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos musicais e instrumentos de informática						
461840200	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos musicais e instrumentos de informática Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos musicais e instrumentos de informática						
461840300	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações						
461849900	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	Representantes Comerciais e Agentes do Comércio					
461920000	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado						
691170100	Serviços advocatícios Atividades jurídicas e contábeis						
691170200	Atividades jurídicas e contábeis Atividades jurídicas e contábeis						
692060100	Atividades jurídicas e contábeis Atividades jurídicas e contábeis	Atividades Jurídicas e Contábeis					
691170300	Atividades jurídicas e contábeis Atividades jurídicas e contábeis						
774030000	Gestão de silos intangíveis não financeiros Gestão de silos intangíveis não financeiros	Atividades de Informação e Comunicação					



Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
852060200	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária	Consultoria	I	II	III		
702040001	Assessoria, consultoria, orientação e assistência em gestão, negócios, organização, finanças, economia e sustentabilidade em relação ao meio ambiente		<				
702040002	Assessoria ou consultoria de relações públicas, comunicação social e de imprensa						
702040099	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, não especificadas anteriormente						
802000000	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	Monitoramento de Sistemas de Segurança	<				
859960300	Treinamento em informática	Cursos Diversos e Centro de Treinamento					
859960400	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial						
859969900	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente		<				
859960101	Centro de formação de condutores sem pista de treinamento						
859960200	Cursos de treinamento	Centro de Formação de Condutores com Pistas de Treinamento					
859960102	Centro de formação de condutores com pista de treinamento						
711110000	Serviços de arquitetura						
711200000	Serviços de engenharia						
711970300	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia	Serviços Técnicos Profissionais					
711979901	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente, exceto aerofotogrametria						
711979902	Aerofotogrametria						
813030000	Atividades paisagísticas		<				
711970200	Atividades de estudos geológicos	Serviços Técnicos Profissionais					
711970400	Serviços de pericia técnica relacionados à segurança do trabalho						
741020100	Design						
741020200	Decoração de interiores						
860270100	Atividades de artes plásticas, jornalistas independentes e escritores	Atividades de produção de fotografias, exceto séries e suítes					
742030100	Atividades de produção de fotografias, exceto séries e suítes						



Código CNAE 2.9	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. ix)	Medidas Mitigadoras (v. art. ix)
742000200	Atividades de produção de fotografias aéreas e submersíveis		I	II	III		
742000400	Filmagens de festas e eventos						
742000500	Serviços de filmagem						
749010100	Serviços de tradução, interpretação e similares						
749010400	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários						
749010500	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais, artísticas						
749019900	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente						
829970401	Leilões independentes de arte						
829970402	Leilões independentes, exceto de arte						
712010000	Testes e análises técnicas	Testes e Análises Técnicas - Laboratório				5, 6, 7, 8, 9	F, G, H, I, J
742000300	Laboratórios fotográficos	Laboratório fotográfico				6, 7	G, H
812900001	Serviço de digitalização	Serviço de digitalização				6, 7, 9	G, H, J
859110000	Ensino de esportes						
859290100	Ensino de dança	Ensino de dança					
859290200	Ensino de artes cênicas, exceto dança	Ensino de artes cênicas, exceto dança					
859290300	Ensino de dança	Ensino de dança					
859299900	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente				9	J
862240000	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento em urgências	Transporte em Ambulância				7	H
863050400	Atividade odontológica	Atividades Odontológicas				7	H
325070600	Serviços de prótese dentária					7	H
864021300	Serviços de diagnóstico						
864021400	Serviços de bancos de células e tecidos humanos						
865000700	Atividades de terapia de nutrição enteral						
865009900	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente					7	H
866070000	Atividades de apoio à gestão de saúde	Atividades de Atenção à Saúde Humana					
869090101	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana						
864029900	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente						



Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
869090103	Serviço de acupuntura	Atividades Complementares em Saúde Humana	I	II	III		
869099900	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente						
865000100	Atividades de enfermagem						
865000400	Atividades de fisioterapia						
869090102	Serviço de massagens terapêuticas						
865000200	Atividades de profissionais da nutrição						
865000300	Atividades de psicologia e psicanálise						
865000500	Atividades de terapia ocupacional						
865000600	Atividades de fonoaudiologia						
871230000	Atividades de fornecimento de energia elétrica e assistência ao cliente no domicílio						
Serviços Pessoais							
801110100	Atividades de vigilância e segurança privada	Atividades de Vigilância e Investigação					
803070000	Atividades de investigação particular						
829970600	Casas de repouso	Casal, ofensiva					
960170100	Lavanderias						
960170200	Tinturarias	Lavanderia, Tinturaria e Tacheteiro					
960170300	Talhoiros						
960250100	Cabeleiros	Beleza e Estética				5, 6, 7	F, G, H
960250200	Outras atividades de beleza e estética						
960920100	Clinica de estética esmaltes	Serviços de depilação					
960330300	Serviços de depilação						
960330400	Serviços de manicure	Serviços de Sepultamento, Funerários e Somatossomatório					
960339999	Atividades funerárias e serviços relacionados especificados anteriormente						7
960330500	Serviços de conservação	Agência Matrimonial					
960920200	Agências matrimoniais						
960920400	Exatidão de máquinas de serviços pessoais acionadas por motor	Exatidão de Máquinas de Serviços Pessoais Acionadas por Motor					
960929901	Serviços de tatuagem e colocação de piercing						7
960929903	Serviços de estímulos, vidências e similares	Serviços Esotéricos					
960929904	Serviços de engraxates						
960929999	Outras atividades de serviços pessoais especificadas anteriormente	Outras Atividades de Serviços Pessoais					
A ser classificado pela Comissão após especificação da atividade							
Serviços Domésticos							
521170200	Guarda-móveis	Guarda-móveis				2, 4	B, D
811250000	Condomínios prediais						
812140000	Limpeza em prédios e domicílios	Serviço de Limpeza e Conservação					



Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS I II III			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
811170000	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	Serviços Domésticos	<				
970050000	Serviços domésticos		<				
812900099	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	Atividades de Limpeza Especializadas e Controle de Pragas Urbanas	<			6, 7	G, H
812220000	Imunização e controle de pragas urbanas	Chaveiro	<				
952910200	Chaveiros						
Locação de Objetos Pessoais, Domésticos, Máquinas e Equipamentos							
771100000	Locação de automóveis sem condutor	Locação de Veículos		<		1, 4	A, D
771959900	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor						
932989903	Locação e arrendamento de bicicletas	Locação e Arrendamento de Bicicletas	<				
771950200	Locação de aeronaves, sem tripulação	Locação de Aeronaves	<				
772250000	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares						
772920100	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos	Aluguel de Objetos Pessoais e Artigos Eletrônicos	<				
772330000	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios						
772170000	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos						
772920200	Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais	Aluguel de Equipamentos, Móveis e Utensílios de Uso Pessoal		<		2, 4	B, D
772920300	Aluguel de material médico e paramédico						
772929900	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente			<		2, 4	B, D
773140000	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador						
773220100	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes						
773909900	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador			<		2	B
773310000	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório	Aluguel de Máquinas e Equipamentos					
773900200	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador						
773900300	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes			<		2	B
773220200	Aluguel de andaimes						
773900100	Aluguel de máquinas e equipamentos para						

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (V, art. IX)	Medidas Mitigadoras (V, art. IX)
			I	II	III		
	extração de minérios e petróleo, sem operador						
		Serviços de Reparação e Conservação					
331210200	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle	Manutenção e Reparação de Equipamentos Elétricos e Ópticos	<			7, 9	H, J
331210300	Manutenção e reparação de aparelhos eletrônicos e eletroeletrônicos e equipamentos de irradiação						
331210400	Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos						
331350200	Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos						
331359900	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente						
331470200	Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas						
331470100	Manutenção e reparação de máquinas, motores não-elétricos						
331470300	Manutenção e reparação de válvulas industriais						
331470400	Manutenção e reparação de compressores						
331350100	Manutenção e reparação de motores, transformadores e motores elétricos						
331471002	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente, exceto recarga de extintores	Manutenção e Reparação de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos de Médio Porte e Industriais	<			5, 6, 7, 9	F, G, H, J
331471100	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agriculturapecuária						
331980000	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente						
331470700	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial						
331470500	Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais						
331120000	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e cabineiras, exceto para veículos						
331471900	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de						

Código CNAE 2.9	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
			I	II	III		
331472000	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados						
331472100	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papéis e artefatos						
331472200	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de plástico						
331479900	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente						
331470600	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	Manutenção e Reparação de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos para Instalações Térmicas				5, 7, 9	F, H, J
432910302	Manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes, exceto de fabricação própria	Manutenção e Reparação de Aparelhos para Elevação de Cargas e Pescas				5, 6, 7, 9	F, G, H, J
331470800	Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas					5, 6, 7, 9	F, G, H, J
331471300	Manutenção e reparação de máquinas e ferramentas	Manutenção e Reparação de Máquinas e Ferramentas				6, 9	G, J
331471400	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo					6, 7, 9	G, H, J
331471500	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração de petróleo mineral, exceto na extração de petróleo						
331471700	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores						
331471800	Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas e ferramentas					5, 6, 7, 9	F, G, H, J
331471200	Manutenção e reparação de tratores agrícolas						
331471600	Manutenção e reparação de tratores agrícolas						
331501000	Manutenção e reparação de veículos ferroviários						



Codigo CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
			I	II	III		
331630100	Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista						
331630200	Manutenção de aeronaves na pista						
331710100	Manutenção e reparação de embarcações						
331710200	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer						
331471001	Recarga de extintores	Recarga de Extintores					
272280200	Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores						
295060000	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores						
452000101	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, exceto capotaria	Manutenção e Reparação em Veículos Automotores, Peças e Peças					
452000200	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores						
452000500	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores						
454390000	Manutenção e reparação de motocicletas e motocicletas						
462000700	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores	Serviços de Instalação, Manutenção e Reparação de Acessórios para Veículos Automotores					
452000300	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores						
452000400	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores						
452000102	Serviços de capotaria em veículos automotores						
452000600	Serviços de bornacharia para veículos automotores	Bornacharia					
900270200	Restauração de obras-de-arte	Restauração de Obras de Arte					
952910600	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos						
951180000	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação						
951260000	Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outrosequipamentos não-eletrônicos para escritório	Reparação e Manutenção de Equipamentos de Informática, Comunicação e Escritório					
331470900	Reparação de calçados						
952910100	Reparação de calçados	Reparação e Manutenção de Antigos e					

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
			I	II	III		
962910300	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não-motorizados	Equipamentos Pessoais e Domésticos					
962910400	Reparação de artigos do mobiliário						
962910500	Reparação e manutenção de equipamentos eletrônicos de uso pessoal doméstico						
962150000	Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente						
962919900							
Serviços Auxiliares de Transportes e Viagens							
491160000	Transporte ferroviário de carga	Transporte de passageiros ferroviário, rodoviário e metrô					
491240100	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual						
491240200	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana						
491240300	Transporte metrô						
492130100	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal						
492130200	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana						
492210100	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana						
492210200	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual						
492210300	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional						
492990100	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal						
492480000	Transporte escolar						
492999900	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente						
492990200	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional						

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
492900300	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal	Transporte Rodoviário de Passageiros	I	II	III		
492900400	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional						
492300100	Serviço de taxi						
522900100	Serviços de apoio ao transporte por taxi, inclusive centrais de chamada	Transporte Rodoviário de Carga e Mudanças	<				
492300200	Serviço de transporte de passageiros – locação de automóveis com motorista						
493020100	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal						
493020200	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos	<			2, 5, 6, 7	B, F, G, H
493020400	Transporte rodoviário de mudanças						
493020300	Transporte rodoviário de produtos perigosos		<			2, 5, 6, 7,	B, F, G, H
522140000	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	Concessionárias de Rodovias, Pontes, Túneis e Serviços Relacionados	<			2, 4	B, D
522310000	Estacionamento de veículos	Estacionamento de Veículos	<			4	D
522800200	Serviços de reboque de veículos	Atividades Auxiliares dos Transportes Terrestres	<			4	D
522900900	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente		<			2, 4	B, D
523110200	Operações de terminais	Operações de terminais	<			3, 4, 6, 9	C, D, I, J
511110000	Transporte aéreo de passageiros regular						
511290100	Serviço de taxi aéreo e locação de aeronaves com pilotagem						
511290900	Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não-regular	Transporte Aéreo	<			1, 3, 4, 8, 9	A, C, D, I, J
512000000	Transporte aéreo de carga						
524019000	Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem		<			5, 6, 7, 9	F, G, H, J
521250000	Carga e descarga	Carga e Descarga de Mercadorias ou Bagagem	<			2	B
525090500	Operador de transporte multimodal - OTM						
791210000	Agências de viagens						
791210000	Operadoras turísticas	Serviços de Viagens e Turismo	<				
799020000	Serviços de reservas e outros serviços de						

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
			I	II	III		
801290000	Atividades de transporte de valores	Transporte de valores	<			2, 5, 6, 7	B, F, G, H
781080000	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	Serviços Auxiliares das Atividades Econômicas					
782050000	Locação de mão-de-obra temporária						
783020000	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	Fornecimento e Gestão de Recursos Humanos para Terceiros	<				
822020002	Atividades de telemarketing por central de telemarketing	Atividades de Telemarketing e Central de Telemarketing					
822020001	Outras atividades de telemarketing, exceto centrais de telemarketing		<				
829970200	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	Emissão de Vales-Alimentação, Vales-Transporte e similares	<				
855030100	Administração de calhas escolares	Serviços Auxiliares à Educação					
855030200	Atividades de apoio à educação, exceto calhas escolares		<				
829970300	Serviços de gravação de cartões, exceto contábil	Gravação de Cartões					
821130000	Serviços combinados de escritório espaço administrativo		<				
821990100	Fotocópias	Serviço de Apoio Administrativo a Empresas					
821999800	Prestação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente		<				
829979999	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente						
239910100	Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal	Lapidação, Gravação, Vitrificação	<			7	H
091060300	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	Área <300m²				5, 7, 9	F, H, J
099040100	Atividades de apoio à extração de minério de ferro						
099040200	Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não-ferrosos	Apoio a Atividades de Extração de Minerais, Petróleo e Gás Natural				5, 6, 7, 9	E, F, G, H, J
099040300	Atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos						
134050100	Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	Atividades Complementares à Indústria Têxtil				6, 7	G, H
134050200	Aviação, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário						

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades		GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
				I	II	III		
134059900	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peçoado vestuário		Área > 600m²	<			5, 6, 7, 9	F, G, H, J
829200000	contrato	Emvascamento Empacotamento sem LOMISSÃO	Área ≤300m² Área >300m²	<	<	<	6, 7 6, 7	G, H G, H
015980200	Criação de animais de estimação	Serviços Agro-Veterinários Criação de Animais de estimação		<	<		5, 6, 7, 9 6, 7, 9	F, G, H, J G, H, J
960920300	Alojamento, higiene e embelezamento de animais	Alojamento, Higiene e Embelezamento de Animais	Área >300m²	<	<		6, 7, 9	G, H, J
801110200	Serviços de adestramento de cães de guarda	Serviços de Adestramento de Cães de Guarda		<	<		7	H
750010000	Atividades veterinárias	Atividades Veterinárias		<	<		7	H
016280100	Serviço de inseminação artificial em animais							
016100100	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas							
023060000	Atividades de apoio à produção agrícola	Atividades de Apoio à Agropecuária		<	<		6, 7	G, H
032210700	Atividades de apoio à aquicultura em águas doces							
749010300	Serviços de agronomia e de consultorias atividades agrícolas e pecuárias	Serviços de Agronomia e de Consultoria às Atividades Agrícolas e Pecuárias		<				
360060200	Distribuição de água por caminhões	Distribuição de Água por Caminhões		<			2	B
370260000	Atividades relacionadas a esgoto, exceto gestão de redes	Atividades Relacionadas a esgoto		<				
381140001	Coleta de resíduos não-perigosos, através de câmbios	Coleta de Resíduos Não-perigosos		<			7, 9	H, J
381140002	Coleta de resíduos não-perigosos, exceto através de câmbios							
381220000	Coleta de resíduos perigosos	Coleta de Resíduos Perigosos		<			5, 6, 7, 9	F, G, H, J
521179901	Depósito de material reciclável	Depósito de Material Reciclável		<			4, 5, 6, 7, 9	D, F, G, H, J
521179902	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-armazém depósito de materiais recicláveis	Depósitos de Mercadorias para Terceiros		<			4, 7, 9	D, H, J
829970100	Medição de consumo de energia elétrica, gás e água	Medição de Consumo de Energia Elétrica, Gás e Água		<	<			
960929902	Exploração de sanitários	Exploração de Sanitários					6, 7	G, H
201930100	Elaboração de combustíveis estruturais	Elaboração de Combustíveis Estruturais		<	<	<	2, 4, 6, 7, 8, 9	B, D, G, H, I, J

SERVIÇOS DE USO COLETIVO

SERVIÇOS DE USO COLETIVO

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS I II III	Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
Assistência Social					
871150300	Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodéprimidos e convalescentes	Entidades de Assistência e Promoção Social			
871150400	Centros de apoio a pacientes com câncer com AIDS				
872040100	Atividades de centros de assistência psicossocial				
872049900	Atividades de assistência psicossocial e à saúde e portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente				
871150100	Clinicas e residências terapêuticas				
871150200	Instituições de longa permanência para idosos				
871150500	Condomínios residenciais para idosos e deficientes físicos	Residências Assistenciais			
873010100	Orfanatos				
873010200	Albergues assistenciais				
873019900	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares				
880600000	Serviços de assistência social sem alojamento	Entidade de Atendimento Não-Caritar			
Entidades Associativas					
642470200	Cooperativas centrais de crédito	Cooperativa			
642470300	Cooperativas de crédito mútuo				
642470400	Cooperativas de crédito rural				
647010200	Fundo de investimento previdenciário				
654130000	Previdência complementar fechada	Previdência Privada			
654210000	Previdência complementar aberta				
702040003	Órgãos de apólice em empresas	Órgão de Assistência a Empresas			
941110000	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais				
941200000	Atividades de organizações associativas profissionais				
943080000	Atividades de associações de deficientes físicos	Associação			
943600000	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte				
949500000	Atividades associativas não especificadas anteriormente				
942010000	Atividades de organizações sindicais		Sindicato		

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
			I	II	III		
721000000	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas naturais	Centro de Pesquisa	<			6, 7	G, H
722070000	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	Biblioteca e Arquivo	<				
910150000	Atividades de bibliotecas, arquivos, museus e de exploração de lugares e produtos históricos e etnológicos similares	Museu	<				
910230100	Atividades de jardins botânicos, zoológicos e similares	Jardim Botânico, Jardim Zoológico e Aquário	<			6, 6, 7, 9	F, G, H, J
910310001	Atividades de parques públicos, nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	Parque Público	<				
910310002							
829679901	Gestão de espaços para exposição, feiras e congressos, para uso de eventos	Espaços e Entidades Desportivas e Recreativas					
931150001	Gestão de estádio esportivo	Estádio e Grã-torre esportiva	<			3, 4, 9	C, D, J
931150002	Gestão de auditório hipódromo similar	Auditório e Hipódromo	<			1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9	A, B, C, D, F, G, H, J
931150003	Gestão de quadras, piscinas e praças desportivas	Quadra, Piscina e Praças desportivas	<			4, 5, 6, 7, 9	D, F, G, H, J
931150009	Gestão de instalações desportivas não especificadas anteriormente	Instalações de Esporte de Grande Porte	<			7, 9	H, J
931230000	Clubes sociais, esportivos e similares	Clube	<			1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9	A, B, C, D, F, G, H, J
932999904	Exploração de eventos	Kartódromo	<			2, 5, 6, 7, 9	B, C, F, G, H, J
						6, 6, 7, 9	F, G, H, J
949100001	Templos religiosos	Instituições Religiosas					
949100002	Atividades de organizações religiosas, exceto Templo	Templo	<				
949260000	Atividades de organizações políticas, organizações internacionais e instituições territoriais	Organização Religiosa	<				
990060000		Organizações Cívicas e Políticas					
		Comitê Político	<				
		Representação de Organismos Internacionais	<				
		Serviços de Saúde Humana					
861010100	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	Hospital	<			1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9	A, B, C, D, F, G, H, J
861010200	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências		<				
862160100	UTImóvel	Serviços de Ambulância	<			7	H

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
862160200	Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel		I	II	III		
863050100	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos						
863050200	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares						
863050301	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas, exceto pediátricas	Atividades Médicas Especializadas				5, 6, 7, 8, 9	F, G, H, I, J
863050700	Atividades de reprodução humana assistida						
863050900	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente						
864020300	Serviços de diálise e nefrologia						
864020500	Serviços de ressonância magnética						
864020800	Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos						
864020900	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos – endoscopia e outros exames análogos	Atividades Médicas Especializadas				5, 6, 7, 8, 9	F, G, H, I, J
864021000	Serviços de quimioterapia						
864021100	Serviços de radioterapia						
864020400	Serviços de tomografia						
864020500	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia	Diagnóstico por Imagem				6, 7, 8, 9	G, H, I, J
864020700	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética						
863050302	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas, excetuadas em pediátricas	Poli-clínica				4, 7	D, H
863050600	Serviços de vacinação e imunização humana	Posto de Vacinação				7	H
864020100	Laboratórios de anatomia patológica e citológica	Laboratório de Análises Clínicas				5, 6, 7, 8	F, G, H, I
864020200	Laboratórios clínicos					7	H
869090200	Atividades de bancos de leite humano	Banco de Leite				7	H
864021200	Serviços de hemoterapia	Banco de Sangue				7	H
861120100	Educação infantil – creche	Serviços de Educação					
851210100	Educação infantil – pré-escola	Creche					
851390100	Ensino fundamental	Escolas Infantis, de Ensino Fundamental e Ensino Médio				3, 4	C, D
854210100	Ensino médio						

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Referências Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
853170/000	Educação Superior - Graduação	Escola Superior e Centro de Formação Profissional Escola Superior e Centro de Formação Profissional Escola de Técnico Cursos Preparatórios	I	II	III		
853290/000	Educação Superior - Graduação pós-graduação		<			1, 3, 4, 7	A, C, D, H
853330/000	Educação Superior - Pós-graduação extensão		<			1, 3, 4, 7	A, C, D, H
854140/000	Educação profissional de nível técnico		<				
854220/000	Educação profissional de nível tecnológico						
858370/000	Estronodolomas						
859960/590	Cursos preparatórios para concursos					4	D
Serviços Públicos							
351150/000	Geração de energia elétrica	Empresas de Serviço Público					
351230/000	Transmissão de energia elétrica						
351310/000	Comércio atacadista de energia elétrica						
351400/000	Distribuição de energia elétrica						
360050/100	Captação, tratamento e distribuição de água						
370110/000	Gestão de redes de esgoto						
531050/101	Atividades do Correio Nacional (carta, distribuição, expedição e entrega de correspondências e volumes)						
611050/100	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC						
611050/200	Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT						
611050/300	Serviços de comunicação multimedial - SMC						
611050/500	Serviços de telecomunicações por fio e por fibra						
612050/100	Telefonia móvel terrestre						
612050/200	Serviço móvel especializado - SNE						
613020/000	Telecomunicações portáteis						
619050/501	Serviço de conexão a rede de telecomunicações						
619050/502	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente, exceto serviços de conexão a redes de telecomunicações						
531050/102	Aluguel de caixas postais	Agência de Correio e Telegráfico					
531050/200	Atividades de franquistas do Correio Nacional						
691250/000	Cartórios						
841150/000	Administração pública empresarial						
841240/000	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros	Sede do Órgão Público					

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
841320000	Regulação das atividades econômicas	serviços sociais					
842130000	Relações exteriores	Defesa					
842300001	Fóruns, tribunais e secretarias de justiça	Presidência Pública				3, 5	C, D
843020000	Segurança desarmamentista	Presidência				4, 7	D, H
843300002	Administração de segurança					4	D
843460000	Segurança nacional	Defesa				4	D
843960000	Defesa	Defesa				4	D
382110000	Treatmento e disposição de resíduos perigosos	Outros Serviços					
382200000	Treatmento e disposição de resíduos perigosos	Aterro Sanitário				2, 5, 6, 7	B, F, G, H
522220000	Terminais rodoviários e ferroviários	Terminal Aéreo, Ferroviário e Rodoviário				1, 2, 3, 4, 5, 6, 7	A, B, C, D, F, G, H
524010100	Operação dos aeroportos e campos de aviação					3, 4, 7	C, D, H
8230000202	Centros de convenções	Centro de Convenções				1, 2, 7	A, B, H
960330100	Gestão e manutenção de edifícios	Cemitério				2, 5, 6, 7	B, F, G, H
960330200	Serviços de conservação	Cemitério				7	H
960339901	Gestão de captação de água	Captação de água				5, 6, 7, 9	F, G, H, J
960339902	Atividade de saneamento	Núcleo					
INDÚSTRIA							
Indústria de Alimentos, Bebidas e Fumo							
101120100	Frigorífico - abate de bovinos						
101120200	Frigorífico - abate de eqüinos						
101120300	Frigorífico - abate de ovinos e caprinos						
101120500	Matadouro - abate de rezes sob contrato						
101210100	Abate de suínos	Abate de suínos				2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
101210200	Abate de aves						
101210300	Abate de pequenos animais						
101210400	Frigorífico - abate de suínos						
101390100	Matadouro - abate de suínos sob contrato						
101390200	Fabricação de produtos de carne	Produto de Carne				5, 6, 7	F, G, H
101390300	Preparação de subprodutos do abate	Área > 100m²				2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
102010100	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos						
102010200	Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	Pescados				2, 5, 6, 7	B, F, G, H
103170000	Fabricação de conservas de frutas	Dose e Massas				5, 6	F, G

Código CNAE 2.9	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (V. art. xx)	Medidas Mitigadoras (V. art. xx)
109370100	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates						
109370200	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes						
109450000	Fabricação de massas alimentícias	Área >300m²	<			2, 5, 6, 7	B, F, G, H
103250100	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	Conservas de legumes e vegetais Área ≤300m²	<			5, 6	F, G
103259900	Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes	Área >300m²	<			2, 5, 6, 7	B, F, G, H
10330100	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados	Sucos Área ≤300m²	<			5, 6	F, G
10330200	Fabricação de margarinas e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais	Área >300m²	<			2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
104310000	Fabricação de óleo de milho em bruto	Óleos					
106510200	Fabricação de óleo de milho refinado						
106510300	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho					2, 5, 6, 7	B, F, G, H
104140000	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho						
104220000	Preparação do leite						
105110000	Fabricação de produtos de laticínios	Leite, Laticínios	<			5, 6	F, G
105200000	Fabricação de sorvetes e outros gelados	Sorvetes	<			2, 5, 6, 7	B, F, G, H
105390000	Beneficiamento de arroz	Arroz	<			5, 6	F, G
105190100	Fabricação de produtos do arroz		<			2, 5, 6, 7	B, F, G, H
105270000	Moagem de trigo e fabricação de derivados		<			2, 5, 6, 7	B, F, G, H
105350000	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	Área ≤300m²	<			5, 6	F, G
105430000	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	Área >300m²	<			2, 5, 6, 7	B, F, G, H
105510100	Fabricação de massas alimentícias	Área >300m²	<			2, 5, 6, 7	B, F, G, H
105940000	Fabricação de produtos de panificação		<			2, 5, 6, 7	B, F, G, H
106600000	Fabricação de alimentos para animais	Alimentos para animais	<			2, 5, 6, 7	B, F, G, H
107160000	Torrificação e moagem de café		<			5, 6	F, G
108210000	Fabricação de produtos à base de café		<			2, 5, 6, 7	B, F, G, H
107240100	Fabricação de açúcar de cana refinado		<			5, 6	F, G
107240200	Fabricação de açúcar de cereais (centeio)	Área >300m²	<			2, 5, 6, 7	B, F, G, H

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Rapercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
108130100	a de belembrar		I	II	III		
10860600	Beneficiamento de café						
109110000	Fabricação de produtos de panificação	Fabricação de Biscoitos		<		5, 6	F, G
109290000	Fabricação de biscoitos e bolachas	Área < 300m²		<		2, 5, 6	B, F, G
109330000	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos						
109610000	Fabricação de alimentos e pratos prontos						
10960500	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	Área < 300m²		<		5, 6	F, G
10969901	Beneficiamento, envaso de mel e de outros produtos apícolas	Alimentos, Pratos Prontos e Temperos					
109960100	Fabricação de vinagres						
109960200	Fabricação de pós alimentícios						
109960300	Fabricação de fermentos e leveduras	Área > 300m²		<		2, 5, 6, 7	B, F, G, H
10996999	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente						
109960400	Fabricação de gelo comum	Área < 300m²		<		6, 7	G, H
111190100	Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar	Área > 300m²		<		2, 6, 7, 9	B, G, H, J
111190200	Fabricação de outras aguardentes e bebidas destiladas						
111270000	Fabricação de vinho						
111360100	Fabricação de malte, inclusive malte uísque						
111360200	Fabricação de malte, cervejas e chopes	Bebidas			<	2, 5, 6	B, F, G
112160000	Fabricação de águas emvascadas						
112240100	Fabricação de refrigerantes						
112240200	Fabricação de chá mate e outros chás						
11224990	produtos para consumo						
11224990	Fabricação de outras bebidas não-alcoólicas não especificadas anteriormente						
121070000	Fabricação de refrigerantes, xampus e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas	Refrresco		<		5, 6	F, G
122040100	Processamento industrial do fumo	Área < 300m²		<		2, 5, 6, 7	B, F, G, H
122040200	Fabricação de cigarros e charutos						
122040300	Fabricação de filtros para cigarros	Cigarros e Fumo			<	6, 6	F, G
122049900	Fabricação de outros produtos do fumo, exceto cigarros, cigarilhas e charutos						

Indústria Têxtil

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
			I	II	III		
153300000	Fabricação de calçados de material sintético	Ateridos do Couro					
153900000	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente						
154000000	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material						
152100000	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material						
152970000	Fabricação de artigos de couro não especificados anteriormente						
153190100	Fabricação de calçados de couro	Área > 300m²				2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
153190200	Acabamento de calçados de couro sob costura						
151050000	Curtimento e outras preparações do couro						
Indústria de Artigos e Aparelhos de Uso Pessoal e Doméstico							
162930100	Fabricação de artigos diversos de madeira, exceto móveis	Móveis, Artesanatos e Artelatos				5, 7, 9	F, H, J
162930200	Fabricação de artigos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis	Área > 300m²				5, 7, 9	F, H, J
310120000	Fabricação de móveis com predominância de madeira						
310210000	Fabricação de móveis com predominância de metal	Área < 300m²				5, 7, 9	F, H, J
310380000	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	Móveis, Artesanatos e Artelatos				5, 7, 9	F, H, J
324000200	Fabricação de mesas de tábua, de plástico e acessórios não associados à locação	Área > 300m²				5, 7, 9	F, H, J
324000300	Fabricação de mesas de tábua, de plástico e acessórios associados à locação						
310470000	Fabricação de colchões	Colchões				4, 5, 6, 7	D, F, G, H
174270100	Fabricação de fraldas descartáveis	Área > 300m²				2, 4, 5, 6, 7	B, D, F, G, H
174270200	Fabricação de absorventes higiênicos	Área < 300m²				5, 7	F, H
174278800	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente	Produtos de Papel para Uso Doméstico e Higiênico				2, 5, 7	B, F, H
206250000	Fabricação de desinfetantes para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados	Área > 300m²				5, 6, 7	F, G, H
206140000	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	Produtos de Limpeza				2, 5, 6, 7	B, F, G, H

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades		GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
				I	II	III		
206220000	Fabricação de produtos de limpeza polimento							
206310000	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	Cosméticos e Produtos	Área ≤ 300m²	<			5, 6, 7	F, G, H
211050000	Fabricação de produtos farmacêuticos	Farmacêuticos	Área > 300m²	<			2, 5, 6, 7	B, F, G, H
212380000	Fabricação de preparados farmacêuticos							
212110100	Fabricação de medicamentosológicos para uso humano							
212110200	Fabricação de medicamentosológicos para uso humano	Medicamentos		<			5, 6	F, G
212110300	Fabricação de medicamentosológicos para uso humano							
222930100	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico							
234949900	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários não especificados anteriormente							
254110000	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico pessoal	Utilidades Domésticas, de Consultório e de Escritório	Área ≤ 300m²	<			5, 6, 7	F, G, H
259340000	Fabricação de equipamentos de iluminação							
329909900	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente							
325070100	Fabricação de instrumentos não eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório		Área > 300m²				2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
329140000	Fabricação de escovas, placas e vasos...							
329900100	Fabricação de guarda-chuvas, estalotes e acessórios							
275110000	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios							
275970100	Fabricação de aparelhos elétricos de uso doméstico, peças e acessórios	Aparelhos elétricos e eletrodomésticos	Área ≤ 300m²	<			5, 6, 7	F, G, H
275979900	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos específicos		Área > 300m²				2, 5, 6, 7	B, F, G, H
321150100	Fabricação de peças específicas anteriormente, peças específicas							
321160200	Lapidação de gemas	Lapidação, Joalheria e Bijuteria						
321240000	Fabricação de artefatos de joalheria ou similares							
321240000	Fabricação de bijuterias, vestimentas, semealhantes						5, 6, 7	F, G, H
323020000	Fabricação de artefatos para passeios	Artefatos	Área > 300m²	<			6, 7	G, H

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades		GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
		Esportivos	Área >300m²	I	II	III		
324000100	Fabricação de jogos eletrônicos		Área >300m²		<		5, 6, 7, 9	F, G, H, J
324009900	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	Brinquedos Jogos	Área >300m²		<		2, 5, 6, 7	B, F, G, H
Indústria Editorial e Gráfica								
181130100	Impressão de jornais							
181130200	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas							
181210000	Impressão de material de segurança							
181300100	Impressão de material para uso publicitário							
181309800	Impressão de material para outros usos							
182110000	Serviços de pré-impressão							
182290001	Serviços de encadernação e plastificação, inclusive gravação e decupação de livros, revistas e folhetos		Área <300m²		<		5, 7, 9	F, H, J
182290002	Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação, plastificação, gravação e decupação	Serviços Gráficos	Área >300m²				2, 5, 7, 9	B, F, H, J
582120000	Edição integrada à impressão de livros							
582210000	Edição integrada à impressão de jornais							
582390000	Edição integrada à impressão de revistas							
582890000	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos							
Indústria de Artistas e Equipamentos Técnico-Profissionais								
322050000	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios	Instrumentos Musicais	Área <300m²		<		5, 6, 7	F, G, H
209910100	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia		Área >300m²				5, 6, 7, 9	F, G, H, J
267010200	Fabricação de aparelhos fotográficos e câmeras gráficas, peças e acessórios	Artigos Fotográficos						
222930200	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais							
238150300	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	Material Plástico	Área <300m²		<		2, 4, 5, 6, 7, 9	B, D, F, G, H, J
253220100	Produção de artefatos estampados de metal							
253900001	Serviços de usinagem e todos							
253900002	Serviço de impressão em chapas metálicas							
253900003	Serviço de revestimento e tratamento de metais	Usinagem, Revestimento e Tratamento de Metais	Área >300m²		<		5, 6, 7, 9	F, G, H, J
							2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades		GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
254200000	Fabricação de artigos de serigrafia, exceto esquadrias			<			5, 6, 7, 9	F, G, H, J
254300000	Fabricação de ferramentas			<			5, 6, 7, 9	F, G, H, J
255220100	Fabricação de produtos de tearlã de metal padronizados	Atividades de Papel e Metal	Área ≤ 300m²				2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
255220200	Fabricação de produtos de tearlã de metal, exceto padronizados		Área > 300m²				2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
261000000	Fabricação de componentes eletrônicos							
262130001	Fabricação de equipamentos de informática, exceto a montagem de equipamentos de informática							
262210000	Fabricação de partes e acessórios para equipamentos de informática							
263110000	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios	Componentes e Equipamentos Eletrônicos, de Informática e Comunicação					2, 5, 6, 7	B, F, G, H
263290000	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios							
264000000	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo							
268090000	Fabricação de meios virgens, magnetoscópios							
282910100	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos eletrônicos para escritório, peças e acessórios	Equipamentos para Escritório					2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
329900200	Fabricação de canetas, lápis, outros artigos para escritório						7, 9	H, J
475120002	Corte e recorte de cartão para impressoras	Artigos para Escritório	Área ≤ 300m²				7, 9	H, J
207200000	Fabricação de tintas de impressão		Área > 300m²				5, 6, 7, 9	F, G, H, J
265150000	Fabricação de aparelhos equipamentos de medida, teste e controle	Aparatos de Medida, Médicos, Odontológicos e Ópticos						
265230000	Fabricação de cronômetros e relógios							
265040000	Fabricação de aparelhos eletrônicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação						2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
267010100	Fabricação de equipamentos	Mobiliário, Instrumentos e	Área ≤ 300m²					
325070200	Instrumentos ópticos, peças e acessórios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório						5, 6, 7, 9	F, G, H, J



Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
			I	II	III		
325070300	Fabricação de aparelhos odontológicos para correção de defeitos fiscoesqueléticos ortopédicos em geral sob encomenda	Materials Médico e Odontológico					
325070400	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos esqueléticos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda					2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
325070500	Fabricação de materiais para medicina odontológica						
325070700	Fabricação de artigos ópticos	Artigos Ópticos				6, 7	G, H
325070800	Fabricação de artigos de plástico não tecido para uso odontológico-hospitalar	Tecido para Uso Uroômico-Médico-Hospitalar				6, 7 5, 7	G, H F, H
329220100	Fabricação de roupas de proteção segurança e resistentes ao fogo	Hospitalar				5, 7, 9	F, H, J
329220200	Fabricação de equipamentos acessórios para segurança pessoal e profissional	Artigos e Acessórios de Segurança				5, 7, 9	F, H, J
329900300	Fabricação de letreiros, letreiros aplicados de qualquer material, exceto luminosos					5, 6, 7, 9	F, G, H, J
329900400	Fabricação de painéis eletroluminosos	Parcas eletrônicas				2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
Indústria de Materiais Elétricos, Máquinas e Equipamentos							
281270000	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas						
281350000	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios						
281430100	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios						
281430200	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios	Máquinas, Equipamentos, Peças de Médio Porte e Industriais				2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
281510100	Fabricação de rotores para máquinas industriais						
281510200	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos						
282180100	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios						
282180200	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios					2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
			I	II	III		
282240100	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios	Máquinas, Equipamentos e Peças de Médio Poder e Industriais	<			2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
282240200	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios						
282320000	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios						
282410100	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial						
282410200	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial						
282590000	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios	Máquinas, Equipamentos e Peças de Médio Poder e Industriais	<			2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
283210000	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios						
284020000	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios						
286400000	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios						
282919900	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios						
251360000	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	Caldeiraria	<			2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
252170000	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central						
252250000	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos						
283300000	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	Máquinas, Equipamentos e Peças de Grande Poder	<			2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
285180000	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios						
285260000	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na						



Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades		GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
				I	II	III		
28534/000	extração de petróleo Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas							
28542/000	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores							
28615/000	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta							
28623/000	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e têxtil, peças e acessórios							
28631/000	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios							
28659/000	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios							
28660/000	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios	Máquinas, Equipamentos e Peças de Grande Porte						
28691/000	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios							
27325/000	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo							
27333/000	Fabricação de fios, cabos e condutores							
27406/100	Fabricação de lâmpadas							
27902/100	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafite para uso elétrico, eletroímãs e isoladores	Materiais elétricos						
27210/000	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores	Pilhas, Baterias e Acumuladores						
27104/100	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios							
27104/200	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios	Equipamentos, Motores e Geradores Elétricos						
27104/300	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios							

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS I II III	Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
273170001	Fabricação de aparelhos equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	Indústria de Veículos, Peças e Acessórios	<	2, 4, 5, 6, 7, 9	B, D, F, G, H, J
273170002	Fabricação de peças para aparelhos e equipamentos de distribuição e controle de energia elétrica				
279028900	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente				
279020200	Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme				
221110000	Fabricação de pneumáticos e declamatos de ar				
221290000	Reforma de pneumáticos usados	Pneumáticos e Recauchutagem	<	2, 4, 5, 6, 7, 9	B, D, F, G, H, J
281190000	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviação e veículos rodoviários				
283130000	Fabricação de valores agrícolas, peças e acessórios	Motores e Veículos	<	2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
291070100	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários				
291070200	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários				
291070300	Fabricação de motores para automotiva, camionetas e utilitários				
292040100	Fabricação de caminhões e ônibus				
292040200	Fabricação de motores para caminhões e ônibus	Motores e Veículos	<	2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
293010200	Fabricação de carrocerias para ônibus				
301130200	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte				
301210000	Construção de embarcações para esporte e lazer				
303180001	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes, exceto montagem				
303180002	Montagem de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	Motores e Veículos	<	2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
304150001	Fabricação de motores, exceto montagem				
304150002	Montagem de aeronaves				

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xi)	Medidas Mitigadoras (v. art. xi)
			I	II	III		
304230000	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves						
305040000	Fabricação de veículos militares de combate						
272280100	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores						
293010100	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões						
293010300	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus						
294170000	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	Peças e Acessórios					
294250000	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores						
294330000	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores						
294410000	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores						
294500000	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias						
294929900	Fabricação de outras peças e acessórios não especificados anteriormente para veículos automotores	Área > 600m²				2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
303260000	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários						
294520100	Fabricação de tanques e estojos para veículos automotores						
303110000	Fabricação de motocicletas, peças e acessórios						
303200000	Fabricação de bicicletas e triciclos						
303970000	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente						
161020100	Serrarias com desdobramento de madeira	Indústria de Artigos e Materiais para Construção					
161020200	Serrarias sem desdobramento de madeira						
162180000	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada						
		Preparação da Madeira				2, 5, 7, 9	B, F, H, J



Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades		GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
				I	II	III		
162280 100	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas		Área ≤ 300m²		<		5, 7, 9	F, H, J
162280 200	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	Carpintaria	Área > 300m²			<	2, 5, 7, 9	B, F, H, J
162289 900	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção					<	2, 4, 5, 6, 7, 9	B, D, F, G, H, J
222340 000	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	Material Plástico				<		
222390 300	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios					<		
232050 000	Fabricação de cimento							
233030 100	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda							
233030 200	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção							
233030 300	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	Cimento e Fibrocimento, Pré-Moldados e Artefatos				<	2, 5, 6, 7, 9	B, E, F, G, H, J
233030 400	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto							
233030 500	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção							
233039 900	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes							
239230 000	Fabricação de cal e gesso	Cal e Gesso				<	2, 5, 6, 7	B, E, F, G, H
234190 000	Fabricação de produtos cerâmicos refratários							
234270 100	Fabricação de azulejos e peças					<	2, 5, 6, 7, 9	B, E, F, G, H, J
234270 200	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	Produtos Cerâmicos, Pisos e Azulejos						
234940 100	Fabricação de material sanitário de cerâmica							
239150 100	Benfiteamento de pedras, exceto associado à extração	Aparelhamento e Benfiteamento de Pedras				<	2, 5, 6, 7, 9	B, E, F, G, H, J
239150 200	Aparelhamento de pedras para construção.							



Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (V. art. xx)	Medidas Mitigadoras (V. art. xx)
			I	II	III		
251290/000	aceito associado a extração						
259930/100	Fabricação de esquadrias metálicas Serviços de corte e soldagem metálicas para a construção	Esquadrias e Armações de metal		<		5, 6, 7, 9	F, G, H, J
		Área < 300m²				2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
		Área > 300m²					
201420/000	Fabricação de gases industriais	Indústria de Produtos Químicos e Perigosos					
352040/100	Produção de gás; processamento de gás natural						
201939/900	Fabricação de outros produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente						
202150/000	Fabricação de produtos petroquímicos básicos						
202230/000	Fabricação de intermediários para plásticos, resinas e fibras						
202910/000	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente						
209320/000	Fabricação de aditivos de uso industrial						
209410/000	Fabricação de decalifatores						
207110/000	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas						
207380/000	Fabricação de detergentes, solventes e produtos afins						
209819/900	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente	Combustíveis, Gases e Químicos					
209160/000	Fabricação de aditivos e solventes						
192250/200	Refino de óleos lubrificantes						
192259/900	Fabricação de outros produtos derivados petroleo, exceto produtos do refino						
193140/000	Fabricação de álcool	Combustíveis, Gases e Químicos					
193220/000	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool						
201180/000	Fabricação de cloro e álcalis						
203120/000	Fabricação de resinas termoplásticas						
203210/000	Fabricação de resinas termofixas	Combustíveis, Gases e Químicos					
204010/000	Fabricação de fibras sintéticas e sintéticas						
203390/000	Fabricação de elastômeros						
209240/100	Fabricação de polímeros, exceto de corantes	Pólvoras, Artigos Pirotécnicos					
209240/200	Fabricação de artigos pirotécnicos						
209240/300	Fabricação de fogos de segurança						
265010/200	Fabricação de armas de fogo, munições						
		Armas e Munições					



Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xs)	Medidas Mitigadoras (v. art. xs)
			I	II	III		
255010100	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate						
201260000	Fabricação de intermediários para fertilizantes	Indústria de Produtos Agro Veterinários					
201340000	Fabricação de adubos e fertilizantes						
205170000	Fabricação de defensivos agrícolas						
	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	Produtos Veterinários					
		Área ≤ 300m²					
		Área > 300m²					
072430200	Beneficiamento de minérios de metais preciosos associado ou em continuação à extração	Indústria Extrativa					
081000400	Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado						
081000500	Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado						
081000700	Extração de argila e beneficiamento associado						
081000800	Extração de sabão e beneficiamento associado						
081000900	Extração de basalto e beneficiamento associado						
081001000	Beneficiamento de gesso e caulim associado a extração						
081008900	Extração e beneficiamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado						
089919900	Extração de outros minerais não-metálicos não especificados anteriormente						
089160000	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos						
171090000	Fabricação de celulose e outros papéis para a fabricação de papel	Indústria de Papel e Celulose					
172140000	Fabricação de papel						
173110000	Fabricação de embalagens de papel						
173200000	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão						
172220000	Fabricação de cartolina e papel-cartão	Papel e Produtos de Papel					
173380000	Fabricação de chapas e de embalagem	Área ≤ 300m²					

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
			I	II	III		
174190100	papelão ondulado						
174190200	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso industrial, comercial e de escritório, exceto formatação contínuo	Área > 300m²			<	2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
174940000	Fabricação de produtos de papéis celulósicos, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente						
Indústria de Produtos Diversos							
182340000	Fabricação de artefatos de tampa e de embalagem de madeira	Área ≤ 300m²			<	5, 7, 9	F, H, J
259180000	Fabricação de embalagens metálicas	Embalagens Arco de Madeira, Vidro, Metal e Plástico			<	2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
222260000	Fabricação de embalagens de material plástico	Área > 300m²			<	2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
231920000	Fabricação de artigos de vidro	Vidro			<	2, 5, 6, 7, 9	B, F, G, H, J
231250000	Fabricação de vidro plano e de segurança				<	2, 5, 6, 7, 9	B, D, F, G, H, J
231170000	Fabricação de artefatos de borrachão				<	2, 5, 6, 7, 9	B, D, F, G, H, J
221960000	especificados anteriormente				<	2, 5, 6, 7, 9	B, D, F, G, H, J
222180000	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	Borracha e Plástico			<	2, 5, 6, 7, 9	B, D, F, G, H, J
222938900	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente	Área > 600m²			<	2, 5, 6, 7, 9	B, D, F, G, H, J
239919900	Fabricação de outros produtos de minerais não metálicos não especificados anteriormente	Produtos de Minerais não Metálicos			<	2, 5, 6, 7	B, E, F, G, H
241210000	Produção de ferrovas						
242110000	Produção de semi-acabados de aço						
242290100	Produção de laminados planos de aço carbono, revestidos ou não						
242290200	Produção de laminados planos de aço especiais						
242370100	Produção de tubos de aço sem costura				<	2, 5, 5, 7, 9	B, E, F, G, H, J
242370200	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos						
242450200	Produção de rolamentos, treilhos e perfisados de aço, exceto arames	Produtos de Metalurgia e Siderurgia					
243190000	Produção de tubos de aço com costura						
243930000	Produção de outros tubos de ferro e aço						

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
242650100	Produção de armas de aço		I	II	III		
244150200	Produção de laminado de alumínio						
253220200	Metallurgia do pó						
244230000	Metallurgia dos metais preciosos						
244310000	Metallurgia do cobre						
244910200	Produção de laminados de zinco						
244919500	Metallurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente						
245120000	Fundição de ferro e aço						
245210000	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas						
251100000	Fabricação de estruturas metálicas						
253140100	Produção de forjados de ferro e suas ligas	Produtos da Metallurgia e siderurgia				2, 5, 6, 7, 9	B, E, F, G, H, J
253140200	Fabricação de outros produtos de metallurgia especificados anteriormente						
259909900							
321160300	Cunhagem de moedas metálicas						
363190100	Recuperação de sucatas de alumínio					5, 6, 7	F, G, H
363199900	Recuperação de metais ferrosos, exceto alumínio					5, 6, 7, 9	F, G, H, J
363270000	Recuperação de metais ferrosos e suas ligas					5, 6, 7, 9	F, G, H, J
363999000	Recuperação de metais ferrosos e suas ligas especificados anteriormente					5, 6, 7, 9	F, G, H, J
363940100	Usinas de compostagem					2, 5, 6, 7	B, F, G, H
353010000	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado					5, 6, 7, 9	F, G, H, J

AGRICULTURA URBANA							
Cultivo							
011130200	Cultivo de milho						
011139900	Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente						
011210100	Cultivo de algodão herbáceo						
011219900	Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente						
011300000	Cultivo de cana-de-açúcar						
011480000	Cultivo de laranja						
011560000	Cultivo de soja						
011640100	Cultivo de mandioca						
011640200	Cultivo de batata-doce						
011640300	Cultivo de batata inglesa						

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
011649900	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente		I	II	III		
011890100	Cultivo de abacaxi						
011890200	Cultivo de alho						
011890300	Cultivo de batata-inglesa						
011990400	Cultivo de cebola						
011990500	Cultivo de feijão						
011990600	Cultivo de mandioca						
011990700	Cultivo de melão						
011990800	Cultivo de melancia						
011990900	Cultivo de tomate rasbato						
011999900	Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente						
012110100	Horticultura, exceto morango	Horticultura e Floricultura					
012110200	Cultivo de morango						
012290000	Floricultura						
032219900	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água doce não especificados anteriormente	Horticultura por Hidroponia				6, 7, 9	G, H, J
013180000	Cultivo de laranja						
013250000	Cultivo de uva						
013340100	Cultivo de açaí						
013340200	Cultivo de banana						
013340300	Cultivo de coaju						
013340400	Cultivo de citrinos, exceto laranja						
013340500	Cultivo de coco-da-baía						
013340600	Cultivo de guaraná						
013340700	Cultivo de maçã						
013340800	Cultivo de mamão						
013340900	Cultivo de maracujá						
013341000	Cultivo de manga						
013341100	Cultivo de pessegueiro						
013349900	Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente						
013420000	Cultivo de café						
013510000	Cultivo de cacau						
013930100	Cultivo de cana-de-açúcar						
013930200	Cultivo de erva-mate						
013930300	Cultivo de pimenta-do-reino						
013930400	Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta-do-reino						
013930500	Cultivo de dendê						
013939900	Cultivo de outras plantas de lavoura						

Lavoura Permanente

Codigo CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
			I	II	III		
014230000	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	Produção de Mudras (Vireiro)	<				
014150100	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	Produção de Sementes	<			7, 9	H, J
032210100	Criação de peixes em água doce	Criação em Água Doce	<			6, 7	G, H
032210200	Criação de camarões em água doce		<			6, 7, 9	G, H, J
032210300	Criação de ostras e mexilhões em água doce		<			6, 7	G, H
	Criação de peixes ornamentais em água doce	Criação de Peixes Ornamentais	<			6, 7, 9	G, H, J
ATIVIDADES AUXILIARES							
	Escritório/Sede	Área < 300m²	<				
	Administratividade	Área > 300m²	<			1	A
	Empresa	Área < 300m²	<			2	B
	Deposito	Área > 300m²	<			2, 6, 9	B, H, J
	Almoxarifado	Área < 300m²	<			4	D
	Gerenciamento	Área < 300m²	<				
	Veículos, eves	Área > 600m²	<			2, 4, 5, 6, 7, 9	B, D, F, G, H, J
	Piso de Máquinas /		<				
	Garagem de Veículos Pesados		<			5, 6, 7, 9	F, G, H, J
	Porto de Exposição		<			4	D
	Unidade de Manutenção		<			5, 6, 7, 9	F, G, H, J
	Centro de Treinamento		<			7	H
	Unidade de Enfermagem		<			5, 6, 7, 9	F, G, H, J
	Rafatório / Cozinha		<			7	H
	Posto de Coleta de Material Biológico		<				
	Posto de Recebimento de Pequenos		<				
	Objetos sem Armazenamento		<				
	Unidade de Armazenamento de		<			4, 5, 6, 7, 9	D, F, G, H, J
	Combustíveis		<				
ESPAÇOS DE USO NÃO RESIDENCIAL							
	Galeria/Comercial	Área < 1500m²	<			1	A
	ou Prédios/Galarias	Área > 1500m²	<			5, 6, 7, 8, 9	F, G, H, I, J
	Clinica	Área < 500m²	<			5, 6, 7, 8, 9	F, G, H, I, J
	Especialidade em	Área > 500m²	<			1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9	A, B, C, D, F, G, H, J
	Saúde Humana		<			7	H
	Shopping Center	Área < 600m²	<				
	Ferriado	Área > 600m²	<			1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9	A, B, C, D, F, G, H, J
	Produtorese		<				
	Mercado Público		<				

Código CNAE 2.0	Descrição das Atividades Principais	Atividades	GRUPOS			Repercussões Negativas (v. art. xx)	Medidas Mitigadoras (v. art. xx)
			I	II	III		
		Centro de Convenções, Parque de Exposição e Eventos			<	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9	A, B, C, D, F, G, H, J
		Centro Cultural Área: 1000m ²		<	<	3, 4, 9	C, D, J
		res > 1000m ²			<	1, 3, 4, 9	C, D, J
		Edifício Garagem			<	1, 4	A, D



LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

**ANEXO VIII - PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS PARA LICENCIAMENTO
DE PARCELAMENTO, EDIFICAÇÕES E ATIVIDADES**

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O licenciamento de desmembramentos e loteamentos (parcelamento do solo) pode-se dar por meio dos seguintes tipos de fluxos de procedimentos:

- I – Tipo 1: procedimentos de licenciamento ambiental de desmembramentos;
- II – Tipo 2: procedimentos de licenciamento ambiental de loteamentos.

Observação: caso ocorram alterações na legislação estadual referentes ao licenciamento ambiental de desmembramentos e loteamentos a Administração Pública Municipal poderá ajustar seus procedimentos às novas normas por meio de decreto municipal.

1.2 O licenciamento de edificações (ocupação do solo) pode-se dar por meio dos seguintes tipos de fluxos de procedimentos:

I – Tipo 1: procedimentos de licenciamento de edificações de uso misto bem como de uso residencial unifamiliar ou multifamiliar até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e no máximo até 4 (quatro) unidades habitacionais;

II – Tipo 2: procedimentos de licenciamento de:

- a) edificações de uso misto bem como de uso residencial unifamiliar ou multifamiliar com mais de 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e com 5 (cinco) a 100 (cem) unidades;
- b) edificações não residenciais;

III – Tipo 3: procedimentos de licenciamento de edificações residenciais multifamiliares com mais de 100 (cem) unidades, com exigência de elaboração e aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

Observação 1: a adoção dos procedimentos simplificados do licenciamento de edificações Tipo 1 é opcional, podendo a Administração Pública Municipal, a seu critério, adotar para os casos enquadrados no Tipo 1 os procedimentos do licenciamento de edificações Tipo 2.

Observação 2: caso a edificação a ser licenciada esteja vinculada ao licenciamento de uma atividade, os dois processos deverão ocorrer de forma articulada.

1.3 O licenciamento de atividades (uso do solo) pode-se dar por meio dos seguintes tipos de fluxos de procedimentos:

- I – Tipo 1: procedimentos de licenciamento de atividades do Grupo I;
- II – Tipo 2: procedimentos de licenciamento de atividades do Grupo II;
- III – Tipo 3: procedimentos de licenciamento de atividades do Grupo III sujeito à exigência de elaboração e aprovação de EIV;
- IV – Tipo 4: procedimentos de licenciamento de atividades do Grupo III sujeito a licenciamento ambiental.

Observação 1: o licenciamento ambiental realiza-se, a princípio, no âmbito do Estado, de acordo com a legislação ambiental vigente.

Observação 2: o licenciamento em que é exigida a elaboração e aprovação do EIV realiza-se no âmbito do Município por meio da análise e emissão de diretrizes pela



Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor. As finalidades e os conteúdos do EIV estão descritos no Capítulo VI – Do Estudo de Impacto de Vizinhaça (EIV) do Título IV – Dos Instrumentos de Implementação do Plano Diretor desta Lei. Os empreendimentos sujeitos a esse procedimento estão previstos nos Capítulos VI, VII e VIII do Título III – Do Ordenamento do Território desta Lei.

Observação 3: a exigência de elaboração e aprovação de EIV fica sempre dispensada no caso de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental.

Observação 4: caso a atividade a ser licenciada esteja vinculada ao licenciamento de uma edificação, os dois processos deverão ocorrer de forma articulada.

Observação 5: caso ocorram alterações na legislação estadual referentes ao licenciamento ambiental de atividades a Administração Pública Municipal poderá ajustar seus procedimentos às novas normas por meio de decretomunicipal.

2 LICENCIAMENTO DE DESMEMBRAMENTOS E LOTEAMENTOS (PARCELAMENTO DOSOLO)

2.1 Tipo 1: procedimentos de licenciamento ambiental dedesmembramentos

2.1.1 Fase de Orientação

2.1.1.1 Requerimento à Administração Pública Municipal, pelo interessado, de emissão de diretrizes para licenciamento de desmembramento, apresentando, para este fim, certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente, e planta do imóvel contendo pelo menos:

- I – divisas da gleba a ser loteada;
- II – curvas de nível a distância adequada;
- III – localização dos cursos d'água, bosques e construções existentes;
- IV – indicação de arruamentos e equipamentos relevantes contíguos a todo o perímetro;
- V – tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;
- VI – localização da gleba no Mapa de Zoneamento Urbano, Áreas Especiais e Classificação Viária do Anexo III desta Lei.

2.1.1.2 Emissão, pela Administração Pública Municipal, por meio da Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI), em até 30 (trinta) dias corridos após requerimento pelo interessado, de:

- I – Documento de Diretrizes para o parcelamento, válido por até 48 (quarenta e oito) meses, indicando a exigência de licenciamento ambiental e contendo pelo menos diretrizes indicando:
 - a) faixas sanitárias do terreno necessárias ao escoamento das águas pluviais;
 - b) faixas não edificáveis;
 - c) Zona(s) Urbana(s) e Área(s) Especial(is) incidentes na gleba a ser desmembrada, com indicação dos usos compatíveis;
 - d) outras restrições e exigências referentes ao loteamento que se pretende implantar.
- II – Documento de Anuência Prévia do Município dirigido ao Estado, quando for o caso, com o Documento de Diretrizes em anexo.

Observação: o requerimento de emissão de diretrizes para desmembramento poderá ser negado pela Administração Pública Municipal com base em parecer desfavorável da



Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor devidamente fundamentado.

2.1.2 Fase de obtenção de Alvará:

2.1.2.1 Obtenção de Licença Prévia no âmbito do licenciamento ambiental, quando for o caso.

2.1.2.2 Requerimento, junto à Administração Pública Municipal, de licenciamento de desmembramento, instruído com os seguintes documentos, de acordo com a Lei Federal 6766/1979 e suas alterações:

I – certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente, ressalvado o disposto no §4º do art. 18 da Lei Federal 6766/1979;

II – Licença Prévia obtida no âmbito do licenciamento ambiental, quando for o caso;

III – projeto de desmembramento vinculado à Licença de Instalação obtida incluindo planta contendo indicação de:

- a) vias existentes de acesso à área e adjacências;
- b) tipo de uso pretendido;
- c) divisão de lotes pretendida.

IV – projeto de água e esgoto (origem e destino), devidamente aprovado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE.

2.1.2.3 Análise, pela Administração Pública Municipal, do projeto de desmembramento resultando em sua aprovação ou rejeição, sendo que:

I – a Administração Pública Municipal terá até 30 (trinta) dias corridos a partir da apresentação do projeto para analisá-lo e manifestar-se, por meio de um laudo;

II – o interessado terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para atender ao laudo de análise do projeto emitido pela Administração Pública Municipal, caso seja solicitada a revisão ou complementação do mesmo;

III – o processo administrativo será encerrado pela Administração Pública Municipal quando:

- a) não forem satisfeitas, pelo interessado, as exigências constantes no laudo de análise em até 30 (trinta) dias corridos de sua emissão;
- b) após 3 (três) análises da Administração Pública Municipal o interessado ainda não houver satisfeito completamente às exigências dos laudos de análise emitidos.

2.1.2.4 No caso de aprovação, emissão de Alvará concedendo licença para implantação do desmembramento.

2.1.2.5 Publicação pela Administração Pública Municipal de decreto municipal confirmando que o desmembramento foi aprovado.

2.1.2.6 Registro do projeto de desmembramento aprovado em Cartório de Registro de Imóveis pelo interessado em até 180 (cento e oitenta) dias corridos após a data da publicação do decreto de aprovação da mesma, sob pena de caducidade da aprovação, de acordo com o previsto na Lei Federal 6.766/1979 e suas alterações.

2.1.3 Fase de execução e confirmação:

2.1.3.1 Obtenção de Licença de Instalação e Licença de Operação no âmbito do licenciamento ambiental junto ao Estado pelo interessado, quando for o caso.

2.1.3.2 Encerramento do processo de licenciamento do desmembramento pela Administração Pública Municipal, mediante apresentação da Licença de Instalação e da Licença de Operação pelo interessado.

2.2 Tipo 2: procedimentos de licenciamento ambiental de loteamentos



2.2.1 Fase de orientação:

2.2.1.1 Requerimento à Administração Pública Municipal, pelo interessado, de emissão de diretrizes para licenciamento de loteamento, apresentando, para este fim, certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente, e planta do imóvel contendo pelo menos, de acordo com a Lei Federal 6766/1979 e suas alterações:

- I – divisas da gleba a ser loteada;
- II – curvas de nível a distância adequada;
- III – localização dos cursos d'água, bosques e construções existentes;
- IV – indicação de arnuamentos e equipamentos relevantes contíguos a todo o perímetro e adjacências;
- V – tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;
- VI – localização da gleba no mapa de zoneamento urbano, áreas especiais e classificação viária do anexo III deste Plano Diretor.

2.2.1.2 Emissão, pela Administração Pública Municipal por meio da Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI), em até 90 (noventa) dias corridos após apresentação de requerimento pelo interessado, de:

I – Documento de Diretrizes para licenciamento de loteamento, válido por até 48 (quarenta e oito) meses, indicando a exigência de licenciamento ambiental e contendo pelo menos diretrizes indicando:

- a) vias do sistema viário do Município, existentes ou projetadas, que sejam relacionadas com o loteamento pretendido e que devem ser respeitadas;
- b) traçado básico do sistema viário principal;
- c) localização aproximada dos terrenos destinados a equipamento urbano e comunitário bem como a áreas livres de uso público;
- d) faixas sanitárias do terreno necessárias ao escoamento das águas pluviais;
- e) faixas não edificáveis;
- f) Zona(s) Urbana(s) e Área(s) Especial(is) incidentes na gleba a ser loteada, com indicação dos usos compatíveis;
- g) outras restrições e exigências referentes ao loteamento que se pretende implantar;

II – Documento de Anuência Prévia do Município dirigido ao Estado, quando for o caso, com o Documento de Diretrizes em anexo.

Observação: o requerimento de emissão de diretrizes para loteamento poderá ser negado pela Administração Pública Municipal com base em parecer desfavorável da Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor devidamente fundamentado.

2.2.2 Fase de obtenção de Alvará:

2.2.2.1 Requerimento, pelo interessado, de emissão de Alvará concedendo licença para implantação de loteamento.

I – Licença Prévia obtida no âmbito do licenciamento ambiental junto ao Estado, quando for o caso;

II – certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente, ressalvado o disposto no § 4º do art. 18 da Lei Federal 6766/1979;

III – certidão negativa de tributos municipais;

IV – projeto de loteamento vinculado à Licença de Instalação obtida no âmbito do licenciamento ambiental.

V – projeto de água e esgoto (origem e destino), devidamente aprovado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE.

2.2.2.2 Análise, pela Administração Pública Municipal, do projeto de loteamento resultando em sua aprovação ou rejeição, sendoque:

I – a Administração Pública Municipal terá até 30 (trinta) dias corridos a partir da apresentação do projeto para analisá-lo e manifestar-se, por meio de um laudo;

II – o interessado terá o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para atender ao laudo de análise do projeto emitido pela Administração Pública Municipal, caso seja solicitada a revisão ou complementação do projeto apresentado;

III – o processo administrativo será encerrado pela Administração Pública Municipal quando:

- a) não forem satisfeitas, pelo interessado, as exigências constantes no laudo de análise em até 60 (sessenta) dias corridos de sua emissão;
- b) após 3 (três) análises da Administração Pública Municipal o interessado ainda não houver satisfeito completamente às exigências dos laudos de análise emitidos.

2.2.2.3 No caso de aprovação, prestação de garantia pelo interessado, em favor do Município, por meio da vinculação de no mínimo 30% (trinta por cento) dos lotes do empreendimento mediante instrumento público de caução, com cláusula de inalienabilidade a ser averbada na matrícula de cada lote no Cartório de Registro de Imóveis.

2.2.2.4 Publicação, pela Administração Pública Municipal, de decreto municipal confirmando a aprovação do loteamento.

2.2.2.5 Emissão, pela Administração Pública Municipal, de Alvará concedendo licença para implantação das obras previstas no projeto de loteamento vinculado à Licença de Instalação obtida no âmbito do licenciamento ambiental junto ao Estado, válido pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos, conforme estipulado no cronograma de execução de obras.

2.2.2.6 Registro do projeto do parcelamento aprovado em Cartório de Registro de Imóveis pelo interessado em até 180 (cento e oitenta) dias após a data da publicação do decreto de aprovação do mesmo, sob pena de caducidade da aprovação, de acordo com o previsto na Lei Federal 6.766/1979 e suas alterações.

2.2.2.7 Obtenção de Licença de Instalação no âmbito do licenciamento ambiental junto ao Estado, quando for o caso.

2.2.3 Fase de execução e confirmação:

2.2.3.1 Implantação das obras de urbanização previstas no projeto de loteamento e respectivo cronograma aprovados.

2.2.3.2 Obtenção de Licença de Operação no âmbito do licenciamento ambiental junto ao Estado pelo interessado, quando for o caso.

2.2.3.3 Recebimento do loteamento pela Administração Pública Municipal caso tenham sido implantadas todas as obras de urbanização de responsabilidade do loteador.

2.2.3.4 Liquidação do instrumento de caução e liberação dos lotes caucionados para alienação, edificação ou utilização, mediante apresentação Licença de Instalação e da Licença de Operação obtidas no âmbito do licenciamento ambiental junto ao Estado.

Observação 1: terminado o prazo do Alvará sem que o interessado obtenha a Licença de Operação no âmbito do licenciamento ambiental junto ao Estado, os lotes caucionados deverão ser transferidos ao patrimônio público municipal.

Observação 2: a Administração Pública Municipal pode promover a liberação parcial dos lotes caucionados à medida em que o cronograma de obras for sendo executado.



ficando a liberação final vinculada à apresentação pelo interessado da Licença de Operação obtida no âmbito do licenciamento ambiental junto ao Estado.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive letter 'P' with a horizontal stroke extending to the right.

3 LICENCIAMENTO DE EDIFICAÇÕES

3.1 Tipo 1: procedimentos de licenciamento de edificações de uso residencial com até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e no máximo 4 (quatro) unidades habitacionais

3.1.1 Fase de orientação:

3.1.1.1 Requerimento à Administração Pública Municipal de emissão de informações básicas sobre o terreno onde se pretende edificar apresentando, para este fim, documento comprobatório de posse ou propriedade.

3.1.1.2 Emissão pela Administração Pública Municipal, em até 30 (trinta) dias corridos após apresentação de requerimento pelo interessado, de Documento de Informações Básicas sobre o terreno onde se pretende edificar, válido por 180 (cento e oitenta) dias corridos, contemplando:

- I – Zona Urbana ou Rural onde se localiza;
- II – Área Especial Incidente, se for o caso;
- III – Número Máximo de Pavimentos;
- IV – Afastamentos Laterais e de Fundo;
- V – Altura Máxima na Divisa Lateral;
- VI – Afastamento Frontal;
- VII – Coeficiente de Aproveitamento;
- VIII – Taxa de Área Vegetada, se for o caso;
- IX – áreas para estacionamento e manobra de veículos;
- X – classificação do uso pretendido;
- XI – outras restrições e exigências referentes ao terreno e à edificação que se pretende construir;
- XII – providências necessárias à aprovação de projeto de edificação e à execução de obra imóvel.

3.1.2 Fase de obtenção de Alvará:

3.1.2.1 Requerimento junto à Administração Pública Municipal, pelo interessado, de licenciamento de edificação instruído, instruído com os seguintes documentos:

- I – Documento de Informações Básicas emitido pela Administração Pública Municipal;
- II – documento comprobatório de posse ou propriedade;
- III – Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Anotação de Responsabilidade Técnica Profissional (ART) do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) referente ao projeto arquitetônico, quitado e assinado;
- IV – (uma) cópia do projeto arquitetônico, observando as normas e especificações da ABNT inclusive no que se refere a simbologia de representação gráfica, tamanho de pranchas e escalas, incluindo somente os seguintes elementos:
 - a) planta de situação contendo: indicação do norte magnético; dimensões das divisas do(s) lote(s); indicação do número do(s) lote(s) e quadra bem como lotes confrontantes; nome dos logradouros contíguos ao(s) lote(s); indicação de esquina mais próxima;



- b) planta de locação contendo: indicação do norte magnético; dimensões das divisas do(s) lote(s); nome dos logradouros contíguos ao(s) lote(s); indicação de áreas de estacionamento externas à edificação, áreas permeáveis, cursos d'água, canais, entre outros elementos; projeção da edificação no(s) lote(s); dimensões dos afastamentos da edificação em relação às divisas e a outras edificações porventura existentes no(s) lote(s); áreas do(s) lote(s), da projeção da edificação e da edificação;
- c) cortes longitudinal e transversal contendo: indicação dos limites externos das edificações e elementos de fechamento do terreno; indicação das cotas e níveis verticais; perfil do terreno natural e aterros;
- d) elevação da(s) fachada(s) voltada(s) para as vias públicas.

V – projeto de água e esgoto (origem e destino), devidamente aprovada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE.

3.1.2.2 Análise, pela Administração Pública Municipal, do projeto da edificação resultando em sua aprovação ou rejeição, sendo que:

I – A análise será limitada à verificação do cumprimento dos seguintes parâmetros e critérios:

- a) Taxa de Área Vegetada;
- b) Afastamentos Frontais, Laterais e de Fundos;
- c) Altura Máxima na Divisa;
- d) número máximo de pavimentos;
- e) normas referentes a calçadas;
- f) normas referentes a fechamento de lotes e terrenos;
- g) normas referentes a áreas para estacionamento e manobra de veículos, quando for o caso.

II – a Administração Pública Municipal terá 30 (trinta) dias corridos a partir da apresentação do projeto para analisá-lo e manifestar-se por meio de um laudo;

III – o interessado terá o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para atender ao laudo de análise do projeto de edificação emitido pela Administração Pública Municipal;

IV – o processo administrativo será encerrado pela Administração Pública Municipal quando:

- a) não forem satisfeitas, pelo interessado, as exigências constantes no laudo de análise em até 60 (sessenta) dias corridos de sua emissão;
- b) após 3 (três) análises da Administração Pública Municipal o interessado ainda não houver satisfeito completamente às exigências dos laudos de análise emitidos.

Observação 1: o responsável técnico se responsabilizará pelo integral cumprimento da legislação vigente no projeto aprovado, mediante Termo de Responsabilidade pelo Cumprimento da Legislação Aplicável ao Projeto Arquitetônico.

Observação 2: para obras de construção de edificações residenciais unifamiliares de até 70,00 m² (setenta metros quadrados) a Administração Pública Municipal poderá fornecer modelos de Projeto Arquitetônico Padrão em conformidade com a legislação urbanística vigente, cuja aprovação dispensará a apresentação de responsável técnico e o pagamento de taxas pelo interessado.

3.1.3 Fase de execução e confirmação:

3.1.3.1 Comunicação à Administração Pública Municipal, pelo interessado, do início da obra dentro do prazo da validade do Alvará, sendo que:

3.1.3.2

I – considera-se como obra iniciada, para fins da aplicação desta Lei, aquela cujas fundações estiverem concluídas;

II – tendo sido comunicado o início da obra dentro do prazo previsto o Alvará será renovado por 36 (trinta e seis) meses, para finalização da construção;

III – não tendo sido comunicado o início da obra dentro do prazo previsto o Alvará perderá sua validade ou poderá ser renovado por igual período, mediante requerimento do interessado e desde que não tenha havido alteração na legislação durante sua vigência.

3.1.3.3 Execução da obra de acordo com o projeto aprovado em até 36 (trinta e seis) meses, a contar da comunicação do início da obra.

3.1.3.4 Comunicação da conclusão da obra à Administração Pública Municipal, pelo interessado, considerando-se como obra concluída, para fins da aplicação desta Lei, aquela que estiver de acordo com o projeto aprovado e apresentar, quando for o caso:

I – sistemas de prevenção de combate a incêndio e pânico executados e implantados;

II – instalações hidrossanitárias e elétricas ligadas à rede pública;

III – vagas de estacionamento demarcadas;

IV – calçada implantada no trecho correspondente ao alinhamento do lote onde se localiza a edificação a ser construída.

3.1.3.5 Emissão, pela Administração Pública Municipal, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação de conclusão de obra, da Certidão de Baixa e Habite-se caso seja constatado que as condições exigidas para considerar a obra concluída foram efetivamente atendidas.

Observação 1: poderá ser concedida a Certidão de Baixa e Habite-se parcial nos seguintes casos:

I – prédio de uso misto em que as partes de uso residencial e de uso não residencial puderem ser utilizadas independentemente uma da outra;

II – edificações independentes construídas no mesmo lote;

III – uma ou mais unidades de prédio residencial multifamiliar desde que estejam concluídas.

Observação 2: para a liberação da Certidão de Baixa e Habite-se parcial, as áreas de uso comum correspondentes e a implantação das respectivas vagas de estacionamento deverão estar concluídas.

Observação 3: a adoção dos procedimentos simplificados do licenciamento de edificações Tipo 1 é opcional, podendo a Administração Pública Municipal, a seu critério, adotar para os casos enquadrados no Tipo 1 os procedimentos do licenciamento de edificações Tipo 2.

3.2 Tipo 2: procedimentos de licenciamento de edificações de uso não residencial e edificações de uso residencial com mais de 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e no máximo 100 (cem) unidades

3.2.1 Fase de orientação: requerimento à Administração Pública Municipal para emissão de informações básicas sobre o terreno onde se pretende edificar apresentando, para este fim, documento comprobatório de posse ou propriedade.

3.2.1.1 Emissão pela Administração Pública Municipal, em até 30 (trinta) dias corridos após apresentação de requerimento pelo interessado, de Documento de Informações Básicas sobre o terreno onde se pretende edificar, válido por 180 (cento e oitenta) dias corridos, contemplando:



- I – Zona Urbana ou Rural onde se localiza;
- II – Área Especial incidente, se for o caso;
- III – Número Máximo de Pavimentos;
- IV – Afastamentos Laterais e de Fundo;
- V – Altura Máxima na Divisa Lateral;
- VI – Afastamento Frontal;
- VII – Coeficiente de Aproveitamento;
- VIII – Taxa de Área Vegetada, se for o caso;
- IX – áreas para estacionamento e manobra de veículos;
- X – classificação do uso pretendido;
- XI – outras restrições e exigências referentes ao terreno e à edificação que se pretende construir;
- XII – providências necessárias à aprovação de projeto de edificação e à execução de obra no imóvel.

3.2.2 Fase de obtenção de Alvará:

3.2.2.1 Requerimento, pelo interessado, de licenciamento de edificação junto à Administração Pública Municipal, instruído com os seguintes documentos:

- I - Documento de Informações Básicas emitido pela Administração Pública Municipal;
- II - Documento comprobatório de posse ou propriedade;
- III - Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Anotação de Responsabilidade Técnica Profissional (ART) do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) referente ao projeto arquitetônico, quitado e assinado;
- IV - 1 (uma) cópia do projeto de arquitetura para análise, observando as normas e especificações da ABNT inclusive no que se refere a simbologia de representação gráfica, tamanho de pranchas e escalas, incluindo:

- a) planta de situação contendo: indicação do norte magnético; dimensões das divisas do(s) lote(s); indicação do número do(s) lote(s) e quadra bem como lotes confrontantes; nome dos logradouros contíguos ao(s) lote(s); indicação de esquina mais próxima;
- b) planta de localização contendo: indicação do norte magnético; dimensões das divisas do(s) lote(s); nome dos logradouros contíguos ao(s) lote(s); indicação de áreas de estacionamento externas à edificação, áreas permeáveis, cursos d'água, canais, entre outros elementos; projeção da edificação no(s) lote(s); dimensões dos afastamentos da edificação em relação às divisas e a outras edificações porventura existentes no(s) lote(s); áreas do(s) lote(s), da projeção da edificação e da edificação;
- c) planta de cada pavimento, contendo: dimensões e finalidade de cada compartimento; dimensões dos vãos de iluminação e ventilação;
- d) cortes longitudinal e transversal contendo: indicação dos limites externos das edificações e elementos de fechamento do terreno; indicação das cotas e níveis verticais; perfil do terreno natural e aterros;
- e) elevação da(s) fachada(s) voltada(s) para as vias públicas;
- f) planta de cobertura com indicação do caimento e inclinação.

V – projeto de água e esgoto (origem e destino), devidamente aprovado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE.

Observação: a Administração Pública Municipal poderá exigir, além do projeto



arquitetônico, os projetos complementares bem como os documentos comprobatórios de sua aprovação por órgãos públicos ou concessionárias responsáveis pelos serviços públicos, quando for o caso.

3.2.2.2 Análise, pela Administração Pública Municipal, do projeto da edificação resultando em sua aprovação ou rejeição, sendoque:

I – a Administração Pública Municipal terá 30 (trinta) dias corridos a partir da apresentação do projeto para analisa-lo e manifestar-se por meio de um laudo;

II – o interessado terá o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para atender ao laudo de análise do projeto de edificação emitido pela Administração Pública Municipal;

III – o processo administrativo será encerrado pela Administração Pública Municipal quando:

- a) não forem satisfeitas, pelo interessado, as exigências constantes no laudo de análise em até 60 (sessenta) dias corridos de sua emissão;
- b) após 3 (três) análises da Administração Pública Municipal o interessado ainda não houver satisfeito completamente às exigências dos laudos de análise emitidos..

3.2.2.3 No caso de aprovação, emissão, pela Administração Pública Municipal, de Alvará válido por 12 (doze) meses concedendo licença de construção da edificação de acordo com o projeto aprovado.

Observação: quando, por iniciativa do interessado, houver mudança ou alteração do projeto aprovado, deverá ser aprovado outro projeto e emitido novo Alvará.

3.2.3 Fase de execução e confirmação:

3.2.3.1 Comunicação à Administração Pública Municipal, pelo interessado, do início da obra dentro do prazo da validade do Alvará, sendoque:

I – considera-se como obra iniciada, para fins da aplicação desta Lei, aquela cujas fundações estiverem concluídas;

II – tendo sido comunicado o início da obra dentro do prazo previsto o Alvará será renovado por 36 (trinta e seis) meses, para finalização da construção;

IV – não tendo sido comunicado o início da obra dentro do prazo previsto o Alvará perderá sua validade ou poderá ser renovado por igual período, mediante requerimento do interessado e desde que não tenha havido alteração na legislação durante sua vigência.

3.2.3.2 Execução da obra de acordo com o projeto aprovado em até 36 (trinta e seis) meses, a contar da comunicação do início da obra.

3.2.3.3 Comunicação da conclusão da obra à Administração Pública Municipal, pelo interessado, considerando-se como obra concluída, para fins da aplicação desta Lei, aquela que estiver de acordo com o projeto aprovado e apresentar:

I – contrapiso, revestimento de paredes, cobertura, esquadrias, calçadas e áreas vegetadas;

II – sistemas de prevenção de combate a incêndio e pânico executados e implantados;

III – instalações hidrossanitárias e elétricas ligadas à rede pública;

IV – vagas de estacionamento demarcadas.

3.2.3.4 Emissão, pela Administração Pública Municipal, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação de conclusão de obra, da Certidão de Baixa e Habite-se caso seja constatado que as condições exigidas para considerar a obra concluída foram efetivamente atendidas.

Observação 1: poderá ser concedida a Certidão de Baixa e Habite-se parcial nos seguintes casos:

I – prédio de uso misto em que as partes de uso residencial e de uso não residencial puderem ser utilizadas independentemente uma da outra;

II – edificações independentes construídas no mesmo lote;

III – uma ou mais unidades de prédio residencial multifamiliar desde que estejam concluídas.

Observação 2: para a liberação da Certidão de Baixa e Habite-se parcial, as áreas de uso comum correspondentes e a implantação das respectivas vagas de estacionamento deverão estar concluídas.

3.3 Tipo 3: procedimentos de licenciamento de edificações de uso residencial multifamiliar com mais de 100 (cem) unidades, com exigência de elaboração e aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)

3.3.1 Fase de orientação:

3.3.1.1 Requerimento junto à Administração Pública Municipal, pelo interessado, de informações básicas sobre o terreno que se pretende edificar apresentando, para este fim, documento comprobatório de posse ou propriedade.

3.3.1.2 Emissão pela Administração Pública Municipal, em até 30 (trinta) dias corridos após apresentação de requerimento pelo interessado, de Documento de Informações Básicas sobre o terreno onde se pretende edificar, válido por 180 (cento e oitenta) dias corridos, indicando a exigência de elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e contendo pelo menos:

I – Zona Urbana ou Rural onde se localiza;

II – Área Especial incidente, se for o caso;

III – Número Máximo de Pavimentos;

IV – Afastamentos Laterais e de Fundo;

V – Altura Máxima na Divisa Lateral;

VI – Afastamento Frontal;

VII – Coeficiente de Aproveitamento;

VIII – Taxa de Área Vegetada, se for o caso;

IX – áreas para estacionamento e manobra de veículos;

X – classificação do uso pretendido;

XI – outras restrições e exigências referentes ao terreno e à edificação que se pretende construir;

XII – providências necessárias à aprovação de projeto de edificação e à execução de obra no imóvel.

3.3.2 Fase de obtenção de Alvará:

3.3.2.1 Requerimento, pelo interessado, de licenciamento de edificação junto à Administração Pública Municipal, instruído com os seguintes documentos:

I – Documento de Informações Básicas emitido pela Administração Pública Municipal, quando houver;

II – Documento comprobatório de posse ou propriedade;

III – Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Anotação de Responsabilidade Técnica Profissional (ART) do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) referente ao projeto arquitetônico, quitado e assinado;

IV – EIV elaborado de acordo com orientações do Documento de Informações Básicas.

V – projeto de água e esgoto (origem e destino), devidamente aprovado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE.

3.3.2.2 Análise do EIV pela Administração Pública Municipal, por meio da Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI), sendo que:

I – a referida Comissão terá 60 (sessenta) dias corridos a partir da abertura do processo administrativo para manifestar-se por meio de um laudo em relação ao EIV apresentado;

II – o interessado terá o prazo de 60 (sessenta) dias corridos a partir da emissão do laudo para atendê-lo, sob pena de encerramento do processo administrativo;

III – aprovação do EIV, caso tenham sido atendidas as exigências do laudo de análise, e emissão de Documento de Diretrizes pela Comissão, em até 30 (trinta) dias corridos do atendimento do laudo;

3.3.2.3 Elaboração e protocolização junto à Administração Pública Municipal do projeto de edificação contemplando o disposto no Documento de Diretrizes, sendo que:

I – a Administração Pública Municipal terá 30 (trinta) dias corridos a partir da data do protocolo de entrega para manifestar-se por meio de um laudo em relação ao projeto de edificação apresentado;

II – o interessado terá o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para atender ao laudo de análise do projeto de edificação emitido pela Administração Pública Municipal;

III – o processo administrativo será encerrado pela Administração Pública Municipal quando:

- a) não forem satisfeitas, pelo interessado, as exigências constantes no laudo de análise em até 60 (sessenta) dias corridos de sua emissão;
- b) após 3 (três) análises da Administração Pública Municipal o interessado ainda não houver satisfeito completamente às exigências dos laudos de análise emitidos.

3.3.2.4 No caso de aprovação, emissão, pela Administração Pública Municipal, de Alvará válido por 12 (doze) meses concedendo licença de construção da edificação de acordo com o projeto aprovado.

Observação 1: as diretrizes cujo atendimento extrapola o projeto deverão ser registradas em Termo de Compromisso, para serem atendidas até a liberação da Certidão de Baixa e Habite-se.

Observação 2: quando, por iniciativa do interessado, houver mudança ou alteração do projeto aprovado, deverá ser aprovado outro projeto e emitido novo Alvará.

3.3.3 Fase de execução e confirmação

3.3.3.1 Comunicação à Administração Pública Municipal, pelo interessado, do início da obra dentro do prazo da validade do Alvará, sendo que:

I – considera-se como obra iniciada, para fins da aplicação desta Lei, aquela cujas fundações estiverem concluídas;

II – tendo sido comunicado o início da obra dentro do prazo previsto o Alvará será renovado por 36 (trinta e seis) meses, para finalização da construção;

III – não tendo sido comunicado o início da obra dentro do prazo previsto o Alvará perderá sua validade ou poderá ser renovado por igual período, mediante requerimento do interessado e desde que não tenha havido alteração na legislação durante sua vigência.

3.3.3.2 Execução da obra de acordo com o projeto aprovado em até 36 (trinta e seis) meses, a contar da comunicação do início da obra.

3.3.3.3 Comunicação da conclusão da obra à Administração Pública Municipal, pelo interessado, considerando-se como obra concluída, para fins da aplicação desta Lei, aquela

que estiver de acordo com o projeto aprovado e apresentar:

I – contrapiso, revestimento de paredes, cobertura, esquadrias, calçadas e áreas vegetadas;

II – sistemas de prevenção de combate a incêndio e pânico executados e implantados;

III – instalações hidrossanitárias e elétricas ligadas à rede pública;

IV – vagas de estacionamento demarcadas.

3.3.3.4 Emissão, pela Administração Pública Municipal, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação de conclusão de obra, da Certidão de Baixa e Habite-se caso seja constatado que as condições exigidas para considerar a obra concluída foram efetivamente atendidas.

Observação 1: poderá ser concedida a Certidão de Baixa e Habite-se parcial nos seguintes casos:

I – prédio de uso misto em que as partes de uso residencial e de uso não residencial puderem ser utilizadas independentemente uma da outra;

II – edificações independentes construídas no mesmo lote;

III – uma ou mais unidades de prédio residencial multifamiliar desde que estejam concluídas.

Observação 2: para a liberação da Certidão de Baixa e Habite-se parcial, as áreas de uso comum correspondentes e a implantação das respectivas vagas de estacionamento deverão estar concluídas.

4 LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES

4.1 Tipo 1: procedimentos de licenciamento de Atividades do Grupo I

4.1.1 Fase de orientação:

4.1.1.1 Requerimento à Administração Pública Municipal, pelo interessado, de emissão de informações básicas sobre a atividade que se pretende licenciar apresentando, para este fim, identificação da atividade e indicação do local da atividade.

4.1.1.2 Emissão, pela Administração Pública Municipal, em até 15 (quinze) dias corridos após apresentação de requerimento pelo interessado, de Documento de Informações Básicas sobre a atividade que se pretende licenciar, válido por até 90 (noventa) dias corridos, contendo pelo menos:

I – Zona Urbana ou Rural onde se localiza o imóvel onde se quer licenciar a atividade;

II – Área Especial incidente sobre o imóvel onde se quer licenciar a atividade, se for o caso;

III – classificação da atividade;

IV – admissibilidade de instalação da atividade no local;

V – outras restrições e exigências referentes ao licenciamento da atividade.

4.1.2 Fase de obtenção de Alvará:

4.1.2.1 Requerimento pelo interessado, caso seja admissível a instalação da atividade no local pretendido, de licenciamento de atividade, instruído com os seguintes documentos:

I – Documento de Informações Básicas emitido pela Administração Pública Municipal;

II – outros documentos exigidos para o licenciamento no Documento de Informações

Básicas.

4.1.2.2 Análise da documentação apresentada, resultando em deferimento ou indeferimento do pedido de licença.

4.1.2.3 No caso de deferimento do pedido de licença, emissão, pela Administração Pública Municipal, do Alvará requerido, válido por prazo indeterminado.

Observação: o Alvará perderá sua validade na hipótese de mudança de localização, modificação da atividade ou alteração das condições originalmente exigidas para funcionamento da edificação.

4.2 Tipo 2: procedimentos de licenciamento de Atividades do Grupo II

4.2.1 Fase de orientação: os mesmos adotados para o licenciamento de atividades Tipo 1.

4.2.1.1 Requerimento à Administração Pública Municipal, pelo interessado, de emissão de informações básicas sobre a atividade que se pretende licenciar apresentando, para este fim, identificação da atividade e indicação do local da atividade.

4.2.1.2 Emissão, pela Administração Pública Municipal, em até 15 (quinze) dias corridos após apresentação de requerimento pelo interessado, de Documento de Informações Básicas sobre a atividade que se pretende licenciar, válido por até 90 (noventa) dias corridos, contendo pelo menos:

I – Zona Urbana ou Rural onde se localiza o imóvel onde se quer licenciar a atividade;

II – Área Especial incidente sobre o imóvel onde se quer licenciar a atividade, se for o caso;

III – classificação da atividade;

IV – admissibilidade de instalação da atividade no local;

V – outras restrições e exigências referentes ao licenciamento da atividade, especialmente as estabelecidas no Anexo VII desta Lei para atividades do Grupo II.

4.2.2 Fase de obtenção de Alvará:

4.2.2.1 Requerimento pelo interessado, caso seja admissível a instalação da atividade no local pretendido, de licenciamento de atividade, instruído com os seguintes documentos:

I – Documento de Informações Básicas emitido pela Administração Pública Municipal;

II – outros documentos exigidos para o licenciamento no Documento de Informações Básicas.

4.2.2.2 Análise da documentação apresentada e verificação do cumprimento das exigências em termos de mitigação de repercussões negativas para licenciamento da atividade pela Administração Pública Municipal, resultando em deferimento ou indeferimento do pedido de licença.

4.2.2.3 No caso de deferimento do pedido de licença, emissão, pela Administração Pública Municipal, do Alvará requerido, válido por prazo indeterminado.

Observação: o Alvará perderá sua validade na hipótese de mudança de localização, modificação da atividade ou alteração das condições originalmente exigidas para funcionamento da edificação.

4.3 Tipo 3: procedimentos de licenciamento de atividades do Grupo III sujeitas a EIV



4.3.1 Fase de orientação: os mesmos adotados para o licenciamento Tipos 1 e 2 de licenciamento de atividades, sendo que o Documento de Informações Básicas deverá incluir a exigência de elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança(EIV).

4.3.2 Fase de obtenção deAlvará:

4.3.2.1 Requerimento pelo interessado de licenciamento de atividade, instruído com os seguintes documentos:

I – Documento de Informações Básicas emitido pela Administração Pública Municipal;

II – EIV elaborado de acordo com orientações do Documento de Informações Básicas;

III – Outros documentos exigidos pelo Documento de Informações Básicas.

4.3.2.2 Análise do EIV pela Administração Pública Municipal, por meio da Comissão de Acompanhamento da Implementação do Plano Diretor (CAI), sendoque:

I – a referida Comissão terá 60 (sessenta) dias corridos a partir da abertura do processo administrativo para manifestar-se por meio de um laudo em relação ao EIV apresentado;

II – o interessado terá o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para atender ao laudo de análise do EIV emitido pela Comissão, sob pena de encerramento do processo administrativo;

III – aprovação do EIV e emissão, pela Comissão, de Documento de Diretrizes em até 30 (trinta) dias corridos do atendimento do laudo para instalação da atividade.

4.3.2.3 Execução, pelo interessado, do disposto no Documento de Diretrizes emitido pela Comissão.

4.3.2.4 Solicitação, pelo interessado, de vistoria da Administração Pública Municipal para verificação do cumprimento das diretrizes estabelecidas.

4.3.2.5 Verificação, pela Administração Pública Municipal, do cumprimento das diretrizes estabelecidas resultando em deferimento ou indeferimento do pedido de licença.

4.3.2.6 No caso de deferimento do pedido de licença, emissão, pela Administração Pública Municipal, do Alvará requerido, válido por prazo indeterminado.

Observação 1: para atividade vinculada a reforma ou construção de edificação, é necessária a apresentação do projeto arquitetônico elaborado de acordo com as exigências do EIV para fins de aprovação junto à Administração Pública Municipal.

Observação 2: o Documento de Diretrizes poderá autorizar a emissão de Alvará provisório com validade não superior a 12 (doze) meses, mediante assinatura de Termo de Compromisso, ficando a emissão do Alvará definitivo condicionada ao cumprimento integral das diretrizes.

Observação 3: o Alvará perderá sua validade na hipótese de mudança de localização, modificação da atividade ou alteração das condições originalmente exigidas para funcionamento da edificação.

4.4 Tipo 4: procedimentos de licenciamento de atividades sujeitas ao licenciamento ambiental



4.4.1 Fase de orientação: os mesmos procedimentos adotados para os Tipos 1, 2 e 3 de licenciamento de atividades, sendo que:

I – o Documento de Informações Básicas emitido pela Administração Pública Municipal deverá incluir a exigência de licenciamento ambiental junto ao Estado;

II – deverá ser fornecido também para o interessado o Documento de Anuência Prévia do Município para encaminhamento ao Estado, quando for o caso, com o Documento de Informação Básica em anexo.

4.4.2 Fase de obtenção de Alvará:

4.4.2.1 Requerimento, pelo interessado, de licenciamento de atividade junto à Administração Pública Municipal, instruído com os seguintes documentos:

I – Documento de Informações Básicas emitido pela Administração Pública Municipal;

II – Licença de Operação obtida no âmbito do licenciamento ambiental junto ao Estado.

Observação: para atividade vinculada a reforma ou construção de edificação, é necessária a apresentação do projeto arquitetônico para fins de aprovação junto à Administração Pública Municipal, acompanhado da Licença de Instalação obtida no âmbito do licenciamento ambiental.

4.4.2.2 Emissão, pela Administração Pública Municipal, de Alvará válido por prazo indeterminado concedendo a licença requerida mediante apresentação da Licença de Operação, obtida no âmbito do licenciamento ambiental junto ao Estado.

Observação 1: até que seja concedida a Licença de Operação, a atividade poderá instalar-se por meio de Alvará provisório, com validade não superior a 12 (doze) meses, mediante apresentação da Licença de Instalação obtida no âmbito do licenciamento ambiental junto ao Estado e do parecer favorável da Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor.

Observação 2: o Alvará perderá sua validade na hipótese de mudança de localização, modificação da atividade ou alteração das condições originalmente exigidas para funcionamento da edificação.



LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

ANEXO IX - INFRAÇÕES E PENALIDADES

QUADRO 9.1. PENALIDADES POR INFRAÇÃO ÀS NORMAS DE PARCELAMENTO DO SOLO

INFRAÇÕES	PENALIDADES	
	Multas (UFIRM)	Outras penalidades
1. Execução das obras de implantação de parcelamento sem aprovação da Administração Pública Municipal	1 por m ² da gleba	Embargo, interdição e apreensão
2. Implantação de parcelamento em desacordo com os projetos aprovados	0,5 por m ² da gleba	Embargo, interdição e apreensão
3. Descumprimento de qualquer outro dispositivo relacionado a Parcelamento do Solo constante deste Plano Diretor	77 por dispositivo desrespeitado	Embargo, apreensão, cassação do Alvará e demolição

QUADRO 9.2. PENALIDADES POR INFRAÇÃO A NORMAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

INFRAÇÕES	PENALIDADES	
	Multas (UFIRM)	Outras penalidades
1. Início de obra sem comunicação à Administração Pública Municipal	35 por ocorrência	Embargo, apreensão, cassação do Alvará e demolição
2. Execução de obra sem Alvará concedido pela Administração Pública Municipal ou com Alvará vencido	Residencial até 100 m ² : 50 por ocorrência	Embargo, apreensão, cassação do Alvará e demolição
	Residencial acima de 100 m ² e qualquer Não Residencial: 155 por ocorrência	
3. Ocupação de área <i>non aedificandi</i>	77 por ocorrência	Embargo, apreensão, cassação do Alvará e demolição
4. Execução de obra em desacordo com o projeto aprovado	Residencial até 100 m ² : 77 por ocorrência	Embargo, apreensão, cassação do Alvará e demolição
	Residencial acima de 100 m ² e qualquer Não Residencial: 155 por ocorrência	
5. Execução de obra com desrespeito a um ou mais parâmetros de ocupação do solo estabelecido neste Plano Diretor: – Taxa Mínima de Área Vegetada – Coeficiente de Aproveitamento Máximo – Número Máximo de Pavimentos – Afastamento frontal, lateral ou de fundo – Altura Máxima na Divisa – Extensão Máxima na Divisa – Construção de Calçada	155 por parâmetro desrespeitado	Embargo, apreensão, cassação do Alvará e demolição
6. Execução de obra com desrespeito ao número mínimo de vagas para veículos estabelecido neste Plano Diretor	35 por vaga não atendida	Embargo, apreensão, cassação do Alvará e demolição
7. Descumprimento de qualquer outro dispositivo relacionado a Ocupação do Solo constante deste Plano Diretor	77 por dispositivo desrespeitado	Embargo, apreensão, cassação do Alvará e demolição



QUADRO 9.3 – PENALIDADES POR INFRAÇÃO A NORMAS DE USO DO SOLO

INFRAÇÕES	PENALIDADES	
	Multas (UFIRM)	Outras penalidades
1. Funcionamento de atividade sem o Alvará de localização e funcionamento	R\$ 310 por ocorrência	Interdição e apreensão
2. Funcionamento de atividade em desacordo com o Alvará de localização e funcionamento	R\$ 310 por ocorrência	Interdição e apreensão
3. Descumprimento de qualquer outro dispositivo relacionado a Uso do Solo constante deste Plano Diretor	77 por dispositivo desrespeitado	Embargo, apreensão, cassação do Alvará e demolição

Notas:

1. No caso de atividade poluente, a aplicação da multa poderá ser cumulativa com a interdição e/ou apreensão da fonte poluidora.
2. Para as atividades que representem risco iminente à vida ou à segurança de pessoas, a interdição e/ou apreensão poderá ocorrer a qualquer momento após a verificação da infração.
3. Persistindo a irregularidade após 30 dias da autuação, a interdição será acompanhada da cassação do Alvará de Localização e Funcionamento.



LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

ANEXO X - DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE

MEMORIAL DESCRITIVO

REFERÊNCIA: POLIGONAL DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE

MUNICÍPIO: MORADA NOVA-CE

ÁREA: 19.852.056,88m²

DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000

ZONA: 24S

MERIDIANO CENTRAL (MC): 39°W

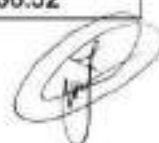
DESCRIÇÃO

Inicia-se no vértice denominado **P1**, georreferenciado com coordenadas plano retangulares Relativas do sistema de projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), fuso 24S: E= 574.776,57 m e N= 9.436.674,73m; daí segue pelos vértices seguintes, em ordem crescente, com coordenadas, azimutes e distâncias descritos no Quadro de Coordenadas abaixo e na planta constantes deste Anexo, até o vértice **P135** (E= 574.591,53m e N= 9.436.680,90m); daí segue com azimuth de 91°54'32,95" e distância de 185,14m até o vértice **P1** início desta descrição, fechando assim o perímetro da Zona Urbana, com área total de 19.852.056,88m².

Ponto	Alinhamento	Leste	Norte	Azimute	Distância (m)
P0	568370.41	9439751.20	P0-P1	102°56'7.15"	1983.58
P1	570303.40	9439306.05	P1-P2	141°47'4.02"	911.47
P2	570867.25	9438589.92	P2-P3	156°43'42.15"	832.32
P3	571196.09	9437825.32	P3-P4	212°59'57.56"	461.53
P4	570944.73	9437438.25	P4-P5	196°54'31.25"	47.33
P5	570930.96	9437392.96	P5-P6	144°37'54.33"	90.10
P6	570983.12	9437319.49	P6-P7	135°03'53.49"	354.44
P7	571233.46	9437068.58	P7-P8	161°14'50.71"	87.17
P8	571261.48	9436986.04	P8-P9	195°03'59.21"	25.35
P9	571254.89	9436961.56	P9-P10	191°11'41.62"	17.52
P10	571251.49	9436944.37	P10-P11	95°00'49.68"	266.55
P11	571517.02	9436921.08	P11-P12	89°48'12.90"	262.51
P12	571779.53	9436921.98	P12-P13	112°24'52.85"	20.08
P13	571798.09	9436914.32	P13-P14	153°25'43.94"	127.64
P14	571855.19	9436800.16	P14-P15	186°53'35.99"	242.13
P15	571826.13	9436559.78	P15-P16	196°11'36.50"	225.03
P16	571763.37	9436343.68	P16-P17	139°16'24.48"	195.23
P17	571890.75	9436195.73	P17-P18	116°51'4.10"	106.93
P18	571986.15	9436147.43	P18-P19	97°41'34.58"	221.99
P19	572206.14	9436117.71	P19-P20	90°51'35.50"	176.79
P20	572382.91	9436115.06	P20-P21	86°42'48.09"	109.80



Ponto	Alinhamento	Leste	Norte	Azimute	Distância (m)
P21	572492.53	9436121.36	P21-P22	83°41'3.23"	112.47
P22	572604.31	9436133.73	P22-P23	107°47'54.50"	105.59
P23	572704.85	9436101.45	P23-P24	56°37'1.86"	86.77
P24	572777.30	9436149.20	P24-P25	52°27'37.25"	189.39
P25	572911.62	9436252.41	P25-P26	77°15'28.70"	11.07
P26	572922.42	9436254.85	P26-P27	122°29'7.58"	50.11
P27	572964.69	9436227.93	P27-P28	137°45'19.53"	28.74
P28	572984.01	9436206.66	P28-P29	119°07'6.28"	13.51
P29	572995.82	9436200.09	P29-P30	109°49'21.78"	60.94
P30	573053.14	9436179.42	P30-P31	87°12'26.27"	13.37
P31	573086.49	9436180.07	P31-P32	58°10'49.85"	62.94
P32	573119.97	9436213.26	P32-P33	30°04'35.63"	204.06
P33	573222.24	9436389.84	P33-P34	99°03'53.31"	9.64
P34	573231.76	9436388.32	P34-P35	121°36'18.06"	36.19
P35	573262.58	9436369.35	P35-P36	91°52'23.95"	9.99
P36	573272.57	9436369.02	P36-P37	62°18'12.08"	121.66
P37	573380.29	9436425.57	P37-P38	71°55'31.43"	20.46
P38	573399.74	9436431.92	P38-P39	96°32'52.61"	122.30
P39	573521.24	9436417.97	P39-P40	127°31'59.24"	106.89
P40	573606.00	9436352.85	P40-P41	94°21'12.86"	15.19
P41	573621.15	9436351.70	P41-P42	57°00'33.21"	102.77
P42	573707.35	9436407.66	P42-P43	75°16'40.90"	13.67
P43	573720.57	9436411.13	P43-P44	109°35'0.73"	52.57
P44	573770.10	9436393.51	P44-P45	72°54'13.63"	23.04
P45	573792.12	9436400.28	P45-P46	54°41'19.63"	63.84
P46	573844.21	9436437.18	P46-P47	57°40'42.26"	108.40
P47	573935.81	9436495.14	P47-P48	103°26'49.54"	183.68
P48	574114.46	9436452.42	P48-P49	68°00'53.77"	590.63
P49	574662.14	9436673.54	P49-P50	135°53'26.31"	32.97
P50	574685.09	9436649.86	P50-P51	118°45'57.45"	37.22
P51	574717.72	9436631.95	P51-P52	95°32'47.68"	32.44
P52	574750.01	9436628.81	P52-P53	83°24'31.49"	116.02
P53	574865.26	9436642.13	P53-P54	90°53'42.63"	48.63
P54	574913.88	9436641.37	P54-P55	74°30'19.51"	48.66
P55	574960.77	9436654.37	P55-P56	118°18'39.65"	43.03
P56	574998.65	9436633.97	P56-P57	70°22'25.33"	59.48
P57	575054.68	9436653.94	P57-P58	41°58'44.94"	121.72
P58	575136.09	9436744.43	P58-P59	50°02'19.88"	103.06
P59	575215.08	9436810.62	P59-P60	108°48'33.21"	71.25
P60	575282.53	9436767.65	P60-P61	50°42'31.44"	654.27
P61	575788.89	9437201.97	P61-P62	61°37'22.52"	171.12
P62	575939.45	9437283.30	P62-P63	40°43'33.98"	290.05
P63	576128.69	9437503.11	P63-P64	77°30'39.64"	211.71
P64	576335.39	9437548.90	P64-P65	116°59'46.04"	36.52



Ponto	Alinhamento	Leste	Norte	Azimute	Distância (m)
P65	576367.92	9437532.32	P65-P66	89°17'49.09"	245.40
P66	576613.30	9437535.33	P66-P67	179°50'32.22"	1432.72
P67	576617.24	9436102.62	P67-P68	254°51'42.39"	837.87
P68	575808.45	9435883.81	P68-P69	275°37'34.47"	822.53
P69	574989.88	9435964.45	P69-P70	265°50'40.94"	516.15
P70	574475.09	9435927.05	P70-P71	248°00'12.06"	98.09
P71	574384.14	9435890.31	P71-P72	171°05'33.05"	96.94
P72	574399.15	9435794.54	P72-P73	260°03'32.23"	85.79
P73	574314.65	9435779.73	P73-P74	262°14'5.97"	245.16
P74	574071.74	9435746.61	P74-P75	264°23'51.86"	142.35
P75	573930.07	9435732.71	P75-P76	261°07'40.05"	146.53
P76	573785.29	9435710.11	P76-P77	263°05'20.33"	83.36
P77	573702.54	9435700.08	P77-P78	263°26'25.75"	100.07
P78	573603.13	9435688.65	P78-P79	262°01'16.79"	132.11
P79	573472.30	9435670.31	P79-P80	262°50'37.64"	436.05
P80	573039.64	9435615.99	P80-P81	262°38'54.06"	332.39
P81	572709.98	9435573.46	P81-P82	262°00'18.74"	125.02
P82	572586.18	9435556.07	P82-P83	268°02'3.78"	55.10
P83	572531.11	9435554.18	P83-P84	277°18'41.35"	78.89
P84	572452.86	9435564.22	P84-P85	280°08'27.33"	105.36
P85	572349.15	9435582.77	P85-P86	277°44'25.03"	293.50
P86	572058.32	9435622.30	P86-P87	280°02'24.49"	211.60
P87	571849.96	9435659.19	P87-P88	277°50'48.77"	258.63
P88	571593.75	9435694.50	P88-P89	278°52'17.45"	116.07
P89	571479.07	9435712.40	P89-P90	277°14'17.29"	81.67
P90	571398.05	9435722.69	P90-P91	280°19'48.40"	61.29
P91	571337.75	9435733.68	P91-P92	211°03'54.92"	741.71
P92	570955.02	9435098.35	P92-P93	125°01'27.12"	1078.61
P93	571838.30	9434479.31	P93-P94	181°09'59.21"	859.66
P94	571820.80	9433619.83	P94-P95	287°30'41.48"	307.08
P95	571527.95	9433712.23	P95-P96	285°10'23.98"	272.18
P96	571265.26	9433783.47	P96-P97	295°10'24.46"	240.31
P97	571047.77	9433885.69	P97-P98	300°44'51.26"	85.91
P98	570973.94	9433929.61	P98-P99	307°25'39.75"	77.86
P99	570912.11	9433976.93	P99-P100	297°19'48.89"	97.45
P100	570825.54	9434021.67	P100-P101	288°14'16.38"	57.00
P101	570771.40	9434039.51	P101-P102	281°54'7.68"	52.56
P102	570719.97	9434050.35	P102-P103	327°58'2.41"	207.03
P103	570610.16	9434225.86	P103-P104	314°43'45.87"	149.72
P104	570503.79	9434331.23	P104-P105	305°04'21.29"	42.53
P105	570468.98	9434355.67	P105-P106	298°55'32.76"	60.04
P106	570416.43	9434384.71	P106-P107	297°08'53.24"	117.34
P107	570312.02	9434438.25	P107-P108	3°10'21.24"	122.51
P108	570318.80	9434560.57	P108-P109	304°47'7.45"	34.53

Ponto	Alinhamento	Leste	Norte	Azimuth	Distância (m)
P109	570290.44	9434580.27	P109-P110	333°37'22.09"	27.28
P110	570278.32	9434604.71	P110-P111	317°28'47.15"	32.36
P111	570256.45	9434628.56	P111-P112	276°48'1.69"	483.93
P112	569775.93	9434685.86	P112-P113	194°56'48.45"	175.34
P113	569730.70	9434516.45	P113-P114	291°38'20.68"	98.05
P114	569639.56	9434552.61	P114-P115	286°38'24.58"	9.29
P115	569630.66	9434555.27	P115-P116	290°58'19.62"	168.51
P116	569473.31	9434615.58	P116-P117	223°45'58.37"	25.76
P117	569455.49	9434596.98	P117-P118	231°47'41.03"	25.26
P118	569435.65	9434581.36	P118-P119	244°31'33.71"	26.48
P119	569411.74	9434569.97	P119-P120	259°24'2.70"	28.09
P120	569384.13	9434564.80	P120-P121	267°30'13.72"	31.23
P121	569352.93	9434563.44	P121-P122	273°58'19.58"	25.37
P122	569327.62	9434565.20	P122-P123	294°45'43.86"	29.04
P123	569301.25	9434577.36	P123-P124	310°25'36.39"	28.04
P124	569279.91	9434595.54	P124-P125	250°38'58.27"	124.59
P125	569162.36	9434554.26	P125-P126	253°28'55.75"	57.69
P126	569107.06	9434537.86	P126-P127	259°41'23.20"	24.06
P127	569083.39	9434533.55	P127-P128	272°20'24.15"	90.48
P128	568992.99	9434537.25	P128-P129	0°59'56.95"	332.86
P129	568998.79	9434870.06	P129-P130	286°41'43.63"	159.18
P130	568846.32	9434915.79	P130-P131	286°17'15.29"	302.22
P131	568556.23	9435000.55	P131-P132	278°37'14.99"	1467.10
P132	567105.71	9435220.46	P132-P133	346°49'11.42"	1035.99
P133	566869.49	9436229.16	P133-P134	8°34'39.37"	3374.04
P134	567372.72	9439565.46	P134-P135	74°15'39.93"	658.73
P135	568006.76	9439744.14	P135-P0	88°53'15.36"	363.72



LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

ANEXO XI – DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE UIPORANGA

MEMORIAL DESCRITIVO

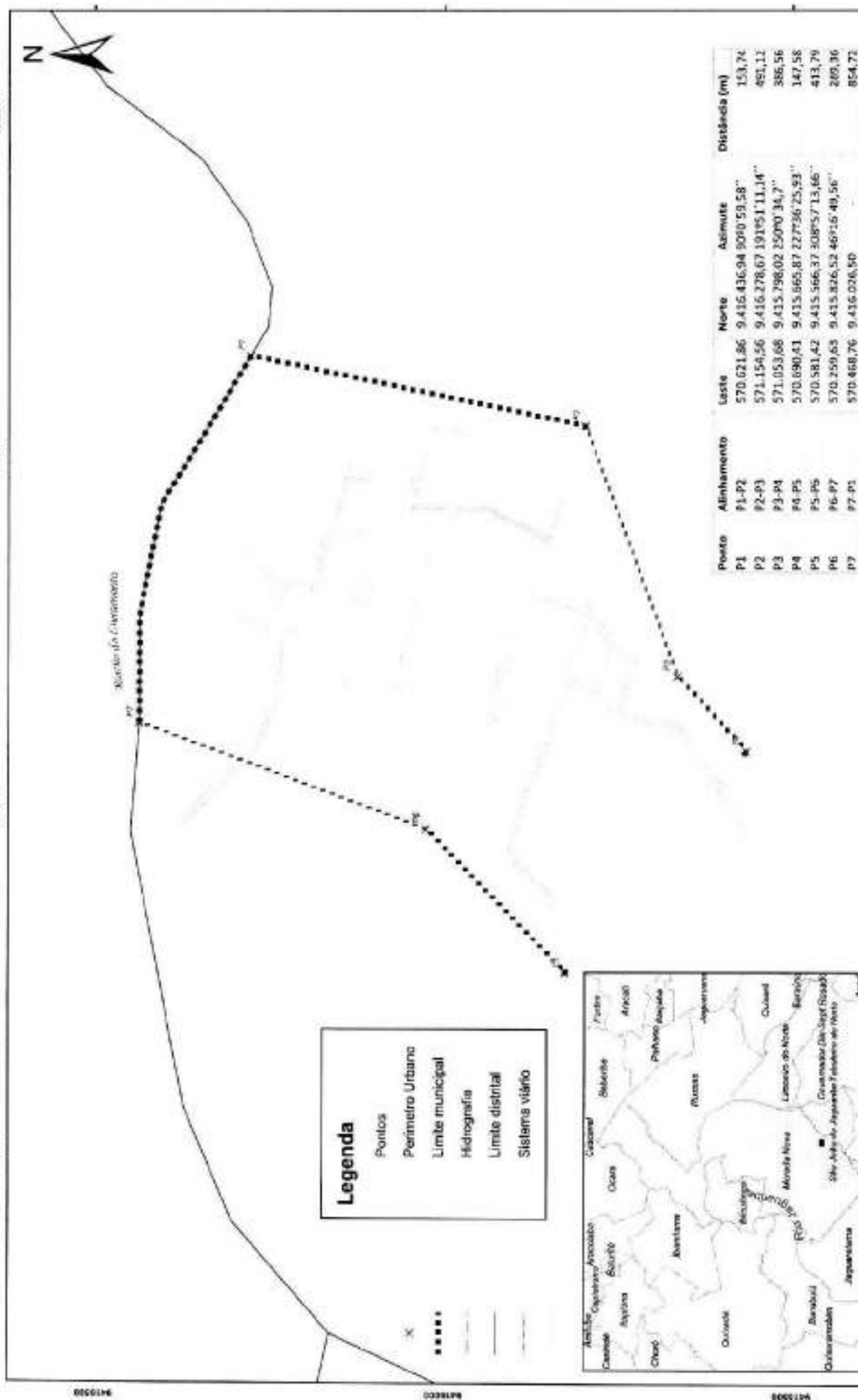
REFERÊNCIA: POLIGONAL DO PERÍMETRO URBANO DE UIRAPONGA
MUNICÍPIO: MORADA NOVA-CE
ÁREA: 462.970,47m²
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000
ZONA: 24S
MERIDIANO CENTRAL (MC): 39°W

DESCRIÇÃO

Inicia-se no vértice denominado **P1**, georreferenciado com coordenadas plano retangulares Relativas do sistema de projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), fuso 24S: E= 570.621,86m e N= 9.416.436,94m; daí segue pelos vértices seguintes, em ordem crescente, com coordenadas, azimutes e distâncias descritos no Quadro de Coordenadas abaixo e na planta constantes deste Anexo, até o vértice **P7** (E= 570.468,76m e N= 9.416.026,50m); daí segue junto à margem do riacho do Livramento, por uma distância de 854,72m até o vértice **P1** início desta descrição, fechando assim o perímetro da Zona Urbana, com área total de 462.970,47m².

Ponto	Alinhamento	Leste	Norte	Azimute	Distância (m)
P1	P1-P2	570.621,86	9.416.436,94	90°0'59,58''	153,74
P2	P2-P3	571.154,56	9.416.278,67	191°51'11,14''	491,12
P3	P3-P4	571.053,68	9.415.798,02	250°0'34,7''	386,56
P4	P4-P5	570.690,41	9.415.665,87	227°36'25,93''	147,58
P5	P5-P6	570.581,42	9.415.566,37	308°57'13,66''	413,79
P6	P6-P7	570.259,63	9.415.826,52	46°16'49,56''	289,36
P7	P7-P1	570.468,76	9.416.026,50	-	854,72





LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2018

CONTEÚDO

ANEXO XI – DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE LIPORANGA

DATA

27/05/2018

ESCALA

1:5.000

LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

ANEXO XII – DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE

ROLDÃO MEMORIAL DESCRITIVO

REFERÊNCIA: POLIGONAL DO PERÍMETRO URBANO DE ROLDÃO

MUNICÍPIO: MORADA NOVA-CE

ÁREA: 350.339,59m²

DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000

ZONA: 24S

MERIDIANO CENTRAL (MC): 39°W

DESCRIÇÃO

Inicia-se no vértice denominado **P1**, georreferenciado com coordenadas plano retangulares Relativas do sistema de projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), fuso 24S: E= 556.540,90m e N= 9.421.197,01m; daí segue pelos vértices seguintes, em ordem crescente, com coordenadas, azimutes e distâncias descritos no Quadro de Coordenadas abaixo e na planta constantes deste Anexo, até o vértice **P7** (E= 557.091,33m e N= 9.421.013,05m); daí segue junto à margem do riacho Santa Rosa, por uma distância de 603,25m até o vértice **P1** início desta descrição, fechando assim o perímetro da Zona Urbana, com área total de 350.339,59m².

Ponto	Alinhamento	Leste	Norte	Azimuth	Distância (m)
P1	P1-P2	556.540,90	9.421.197,01	209°30'8,37"	219,05
P2	P2-P3	556.433,03	9.421.008,37	178°12'43,64"	524,58
P3	P3-P4	556.449,39	9.420.482,04	114°20'34,49"	206,77
P4	P4-P5	556.637,78	9.420.396,81	25°36'57,84"	231,06
P5	P5-P6	556.737,68	9.420.605,16	115°36'57,84"	107,92
P6	P6-P7	556.834,99	9.420.558,51	29°25'14,65"	521,85
P7	P7-P1	557.091,33	9.421.013,05	-	603,25

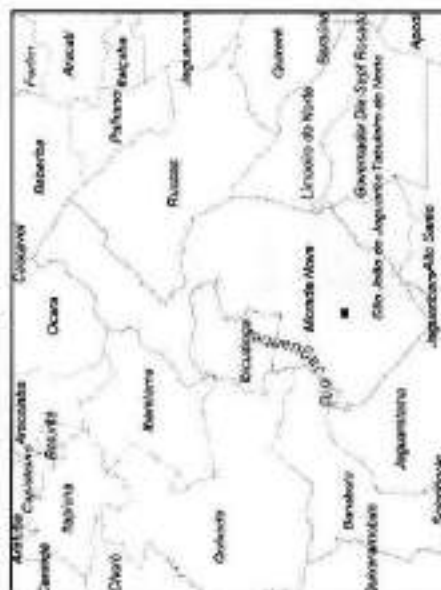




Rua da Santa Rosa

Legenda

- x Pontos
- Perímetro Urbano
- Limite municipal
- Hidrografia
- - - Limite digital
- Sistema viário



Ponto	Alinhamento	Leitura	Norte	Alimute	Distância (m)
P1	P1-P2	554.540,90	9.421.197,01	209°10'4,37"	219,05
P2	P2-P3	554.433,03	9.421.006,37	178°12'43,54"	524,58
P3	P3-P4	554.649,39	9.420.492,04	118°20'34,49"	206,77
P4	P4-P5	554.637,78	9.420.396,81	251°36'57,84"	231,06
P5	P5-P6	554.737,68	9.420.405,76	115°46'57,84"	307,92
P6	P6-P7	554.834,99	9.420.558,31	29°25'14,65"	521,85
P7	P7-P1	551.091,33	9.421.013,05	-	803,25



LEI N.º 1.184, DE 27 DE MAIO DE 2019

CONTEÚDO

ANEXO XII – DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE ROLDÃO

MUNICÍPIO

MICRADA NOVA

DATA

27/05/2019

ESCALA

1:5.000

LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

ANEXO XIII – DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE LAGOA

GRANDE MEMORIAL DESCRITIVO

REFERÊNCIA: POLIGONAL DO PERÍMETRO URBANO DE LAGOA GRANDE
MUNICÍPIO: MORADA NOVA-CE
ÁREA: 133.458,97m²
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000
ZONA: 24S
MERIDIANO CENTRAL (MC): 39°W

DESCRIÇÃO

Inicia-se no vértice denominado **P1**, georreferenciado com coordenadas plano retangulares Relativas do sistema de projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), fuso 24S: E= 543.932,52m e N= 9.428.702,26m; daí segue pelos vértices seguintes, em ordem crescente, com coordenadas, azimutes e distâncias descritos no Quadro de Coordenadas abaixo e na planta constantes deste Anexo, até o vértice **P11** (E= 543.962,70m e N= 9.428.556,12m); daí segue com azimute de 348°19'56,93" e distância de 149,23m até o vértice **P1** início desta descrição, fechando assim o perímetro da Zona Urbana, com área total de 133.458,97m².

Ponto	Alinhamento	Leste	Norte	Azimute	Distância (m)
P1	P1-P2	543.932,52	9.428.702,26	82°13'2,57"	146,82
P2	P2-P3	544.077,99	9.428.722,15	50°36'53,75"	96,61
P3	P3-P4	544.152,67	9.428.783,45	136°10'31,22"	91,86
P4	P4-P5	544.216,28	9.428.717,18	224°2'39,91"	141,99
P5	P5-P6	544.117,56	9.428.615,12	153°14'59,37"	106,25
P6	P6-P7	544.165,39	9.428.520,24	68°31'41,56"	59,51
P7	P7-P8	544.220,77	9.428.542,02	125°50'33,77"	206,40
P8	P8-P9	544.388,08	9.428.421,16	193°59'33,68"	191,66
P9	P9-P10	544.341,74	9.428.235,19	253°41'20,12"	186,73
P10	P10-P11	544.162,53	9.428.182,75	331°50'40,98"	423,48
P11	P11-P1	543.962,70	9.428.556,12	348°19'56,93"	149,23





Legenda

x Pontos

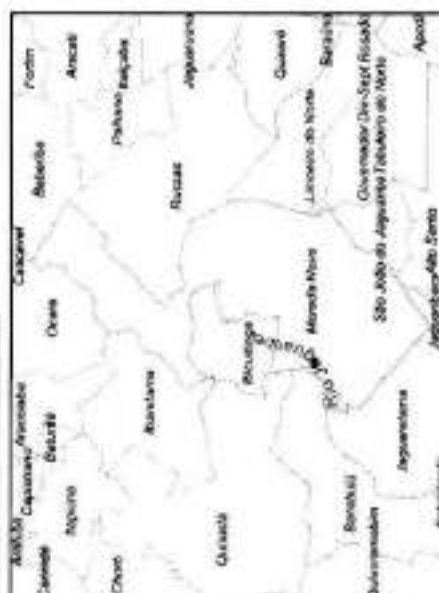
..... Perímetro Urbano

--- Limite municipal

— Hidrografia

- - - Limite distrital

Sistema viário



Ponto	Alinhamento	Leitura	Norte	Aimute	Distância (m)
P1	P1-P2	543.937,52	9.428.702,26	82°13'2,57"	146,82
P2	P2-P3	544.077,99	9.428.722,15	50°36'53,75"	96,61
P3	P3-P4	544.152,67	9.428.783,45	136°10'31,22"	91,86
P4	P4-P5	544.216,28	9.428.717,18	224°2'39,91"	141,99
P5	P5-P6	544.117,56	9.428.615,12	153°14'59,37"	106,25
P6	P6-P7	544.165,39	9.428.520,34	68°31'41,56"	59,51
P7	P7-P8	544.220,77	9.428.542,02	125°50'31,77"	206,40
P8	P8-P9	544.388,08	9.428.421,16	193°59'33,68"	191,66
P9	P9-P10	544.341,74	9.428.235,19	253°41'20,12"	186,73
P10	P10-P11	544.162,53	9.428.182,75	331°50'40,96"	423,48
P11	P11-P1	543.962,70	9.428.556,12	348°19'56,93"	149,23



LEI N.º 1.094, DE 27 DE MAIO DE 2019

CONTEÚDO

ANEXO XIII - DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE LAGOA GRANDE

MUNICÍPIO

MORADA NOVA

DATA

27/05/2019

ESCALA

1:5.000

LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

ANEXO XIV – DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE JUAZEIRO

MEMORIAL DESCRITIVO

REFERÊNCIA: POLIGONAL DO PERÍMETRO URBANO DE JUAZEIRO

MUNICÍPIO: MORADA NOVA-CE

ÁREA: 84.977,77m²

DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000

ZONA: 24S

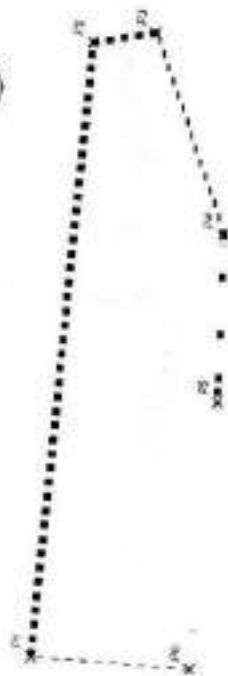
MERIDIANO CENTRAL (MC): 39°W

DESCRIÇÃO

Inicia-se no vértice denominado **P1**, georreferenciado com coordenadas plano retangulares Relativas do sistema de projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), fuso 24S: E= 547.049,12m e N= 9.431.843,30m; daí segue pelos vértices seguintes, em ordem crescente, com coordenadas, azimutes e distâncias descritos no Quadro de Coordenadas abaixo e na planta constantes deste Anexo, até o vértice **P6** (E= 547.036,64m e N= 9.431.689,39m); daí segue com azimute de 4°38'11,15" e distância de 154,41m até o vértice **P1** início desta descrição, fechando assim o perímetro da Zona Urbana, com área total de 84.977,77m².

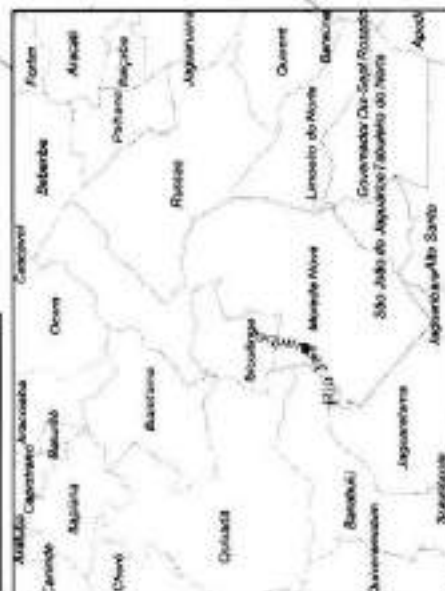
Ponto	Alinhamento	Leste	Norte	Azimute	Distância (m)
P1	P1-P2	547.049,12	9.431.843,30	95°52'0,08"	608,13
P2	P2-P3	547.654,06	9.431.781,14	171°8'42,21"	61,54
P3	P3-P4	547.683,54	9.431.720,33	251°56'23,55"	210,47
P4	P4-P5	547.463,44	9.431.655,08	272°10'55,17"	163,46
P5	P5-P6	547.300,10	9.431.661,30	276°5'9,52"	264,95
P6	P6-P1	547.036,64	9.431.689,39	4°38'11,15"	154,41





Legenda

- X Pontos
- Perímetro Urbano
- Limite municipal
- Hidrografia
- Limite distal
- Sistema viário



Ponto	Alinhamento	Leste	Norte	Azimuth	Distância (m)
P1	P1-P2	547.040,12	9.431.843,30	95°52'0,08"	608,13
P2	P2-P3	547.654,66	9.431.781,14	171°18'42,21"	61,54
P3	P3-P4	547.663,54	9.431.720,33	251°56'23,55"	210,47
P4	P4-P5	547.463,44	9.431.655,08	272°10'55,17"	161,46
P5	P5-P6	547.300,10	9.431.661,30	276°5'9,52"	264,95
P6	P6-P1	547.036,64	9.431.689,39	49°38'11,15"	154,41



LEI N.º 1.694, DE 27 DE MARÇO DE 2019

CONTEÚDO

ANEXO XIV - DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE JUAZEIRO

MUNICÍPIO

MORADA NOVA

DATA

27/03/2019

ESCALA

1:5.000

LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

ANEXO XV – DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE

PEDRAS MEMORIAL DESCRITIVO

REFERÊNCIA: POLIGONAL DO PERÍMETRO URBANO DE PEDRAS

MUNICÍPIO: MORADA NOVA-CE

ÁREA: 542.315,52m²

DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000

ZONA: 24S

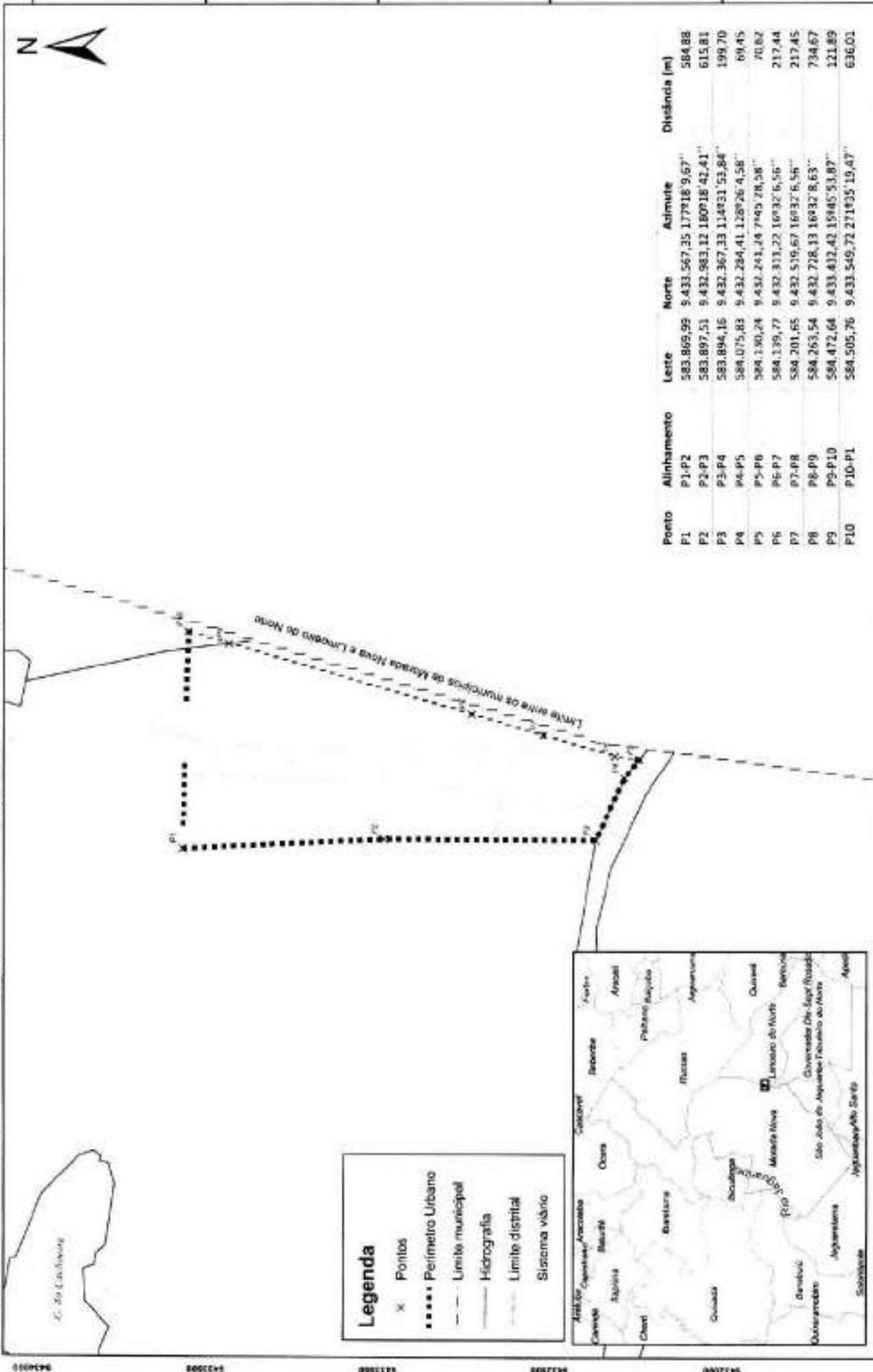
MERIDIANO CENTRAL (MC): 39°W

DESCRIÇÃO

Inicia-se no vértice denominado **P1**, georreferenciado com coordenadas plano retangulares Relativas do sistema de projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), fuso 24S: E= 583.869,99m e N= 9.433.567,35m; daí segue pelos vértices seguintes, em ordem crescente, com coordenadas, azimutes e distâncias descritos no Quadro de Coordenadas abaixo e na planta constantes deste Anexo, até o vértice **P10** (E= 584.505,76m e N= 9.433.549,72m); daí segue com azimute de 271°35'19,47" e distância de 636,01m até o vértice **P1** início desta descrição, fechando assim o perímetro da Zona Urbana, com área total de 542.315,52m².

Ponto	Alinhamento	Leste	Norte	Azimute	Distância (m)
P1	P1-P2	583.869,99	9.433.567,35	177°18'9,67"	584,88
P2	P2-P3	583.897,51	9.432.983,12	180°18'42,41"	615,81
P3	P3-P4	583.894,16	9.432.367,33	114°31'53,84"	199,70
P4	P4-P5	584.075,83	9.432.284,41	128°26'4,58"	69,45
P5	P5-P6	584.130,24	9.432.241,24	7°45'28,58"	70,62
P6	P6-P7	584.139,77	9.432.311,22	16°32'6,56"	217,44
P7	P7-P8	584.201,85	9.432.519,67	16°32'6,56"	217,45
P8	P8-P9	584.263,54	9.432.728,13	16°32'8,63"	734,67
P9	P9-P10	584.472,64	9.433.432,42	15°45'53,87"	121,89
P10	P10-P1	584.505,76	9.433.549,72	271°35'19,47"	636,01





	<p>LEI Nº 1.804, DE 27 DE MAIO DE 2010</p>	<p>CONTEÚDO</p>	<p>ANEXO XV – DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE PEDRAS</p>	<p>MUNICÍPIO MORADA NOVA</p>	<p>DATA 27/05/2019</p>	<p>ESCALA 1:10.000</p>
---	--	-----------------	---	----------------------------------	----------------------------	----------------------------

LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

ANEXO XVI – DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE BOA

ÁGUA MEMORIAL DESCRITIVO

REFERÊNCIA: POLIGONAL DO PERÍMETRO URBANO DE BOA ÁGUA

MUNICÍPIO: MORADA NOVA-CE

ÁREA: 392.389,89m²

DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000

ZONA: 24S

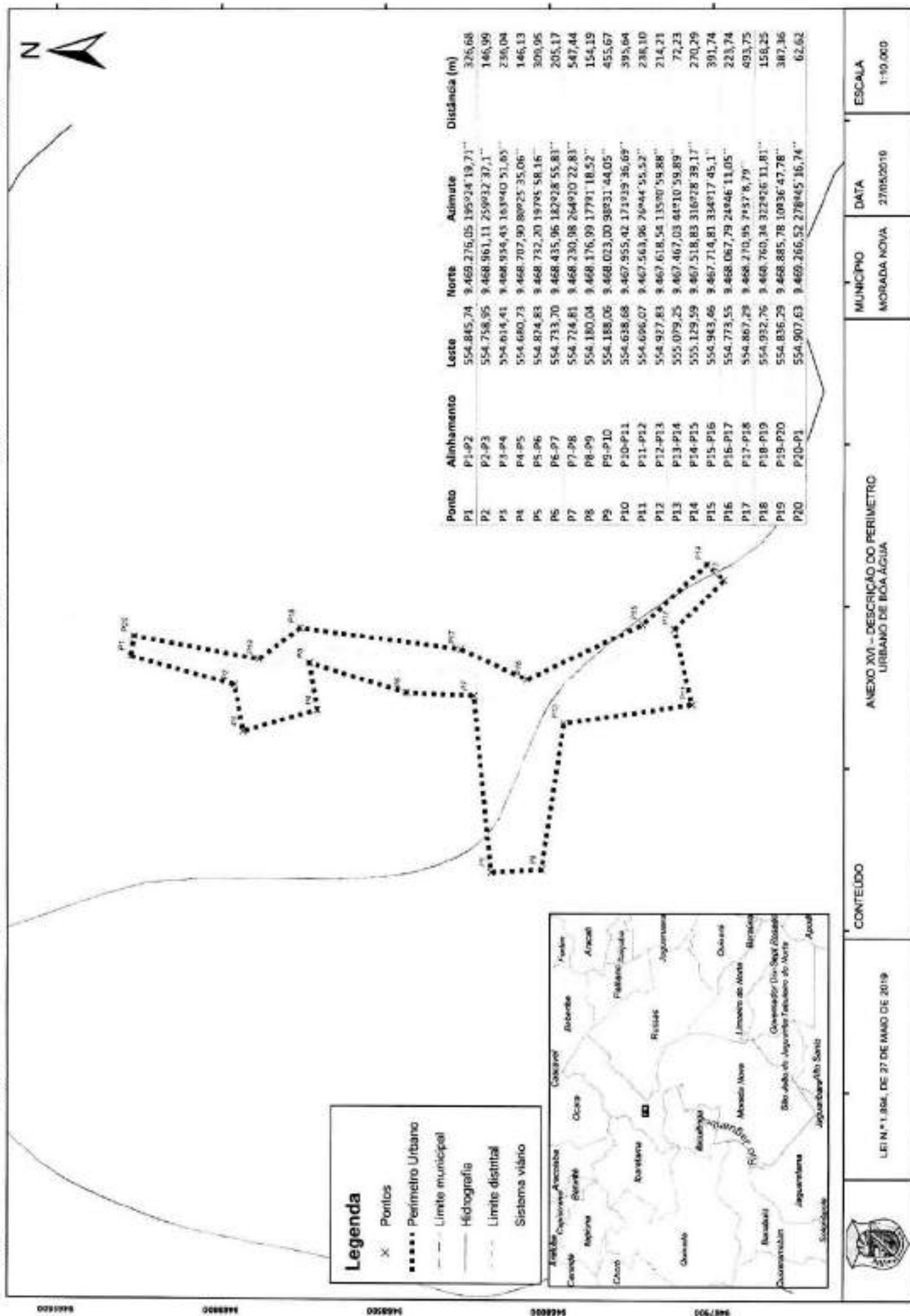
MERIDIANO CENTRAL (MC): 39°W

DESCRIÇÃO

Inicia-se no vértice denominado **P1**, georreferenciado com coordenadas plano retangulares Relativas do sistema de projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), fuso 24S: E= 554.845,74m e N= 9.469.276,05m; daí segue pelos vértices seguintes, em ordem crescente, com coordenadas, azimutes e distâncias descritos no Quadro de Coordenadas abaixo e na planta constantes deste Anexo, até o vértice **P20** (E= 554.907,63m e N= 9.469.266,52m); daí segue com azimute de 278°45'16,74" e distância de 62,62m até o vértice **P1** início desta descrição, fechando assim o perímetro da Zona Urbana, com área total de 392.389,89m².

Ponto	Alinhamento	Leste	Norte	Azimute	Distância (m)
P1	P1-P2	554.845,74	9.469.276,05	195°24'19,71"	326,68
P2	P2-P3	554.758,95	9.468.961,11	259°32'37,1"	146,99
P3	P3-P4	554.614,41	9.468.934,43	163°40'51,65"	236,04
P4	P4-P5	554.680,73	9.468.707,90	80°25'35,06"	146,13
P5	P5-P6	554.824,83	9.468.732,20	197°5'58,16"	309,95
P6	P6-P7	554.733,70	9.468.435,96	182°28'55,83"	205,17
P7	P7-P8	554.724,81	9.468.230,98	264°20'22,83"	547,44
P8	P8-P9	554.180,04	9.468.176,99	177°1'18,52"	154,19
P9	P9-P10	554.188,06	9.468.023,00	98°31'44,05"	455,67
P10	P10-P11	554.638,68	9.467.955,42	171°39'36,69"	395,64
P11	P11-P12	554.696,07	9.467.563,96	76°44'55,52"	238,10
P12	P12-P13	554.927,83	9.467.618,54	135°0'59,88"	214,21
P13	P13-P14	555.079,25	9.467.467,03	44°10'59,89"	72,23
P14	P14-P15	555.129,59	9.467.518,83	316°28'39,17"	270,29
P15	P15-P16	554.943,46	9.467.714,81	334°17'45,1"	391,74
P16	P16-P17	554.773,55	9.468.067,79	24°46'11,05"	223,74
P17	P17-P18	554.867,29	9.468.270,95	7°37'8,79"	493,75
P18	P18-P19	554.932,76	9.468.760,34	322°26'11,81"	158,25
P19	P19-P20	554.836,29	9.468.885,78	10°36'47,78"	387,36
P20	P20-P1	554.907,63	9.469.266,52	278°45'16,74"	62,62





LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

ANEXO XVII – DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE

ARUARU MEMORIAL DESCRITIVO

REFERÊNCIA: POLIGONAL DO PERÍMETRO URBANO DE ARUARU

MUNICÍPIO: MORADA NOVA-CE

ÁREA: 3.411.042,92m²

DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000

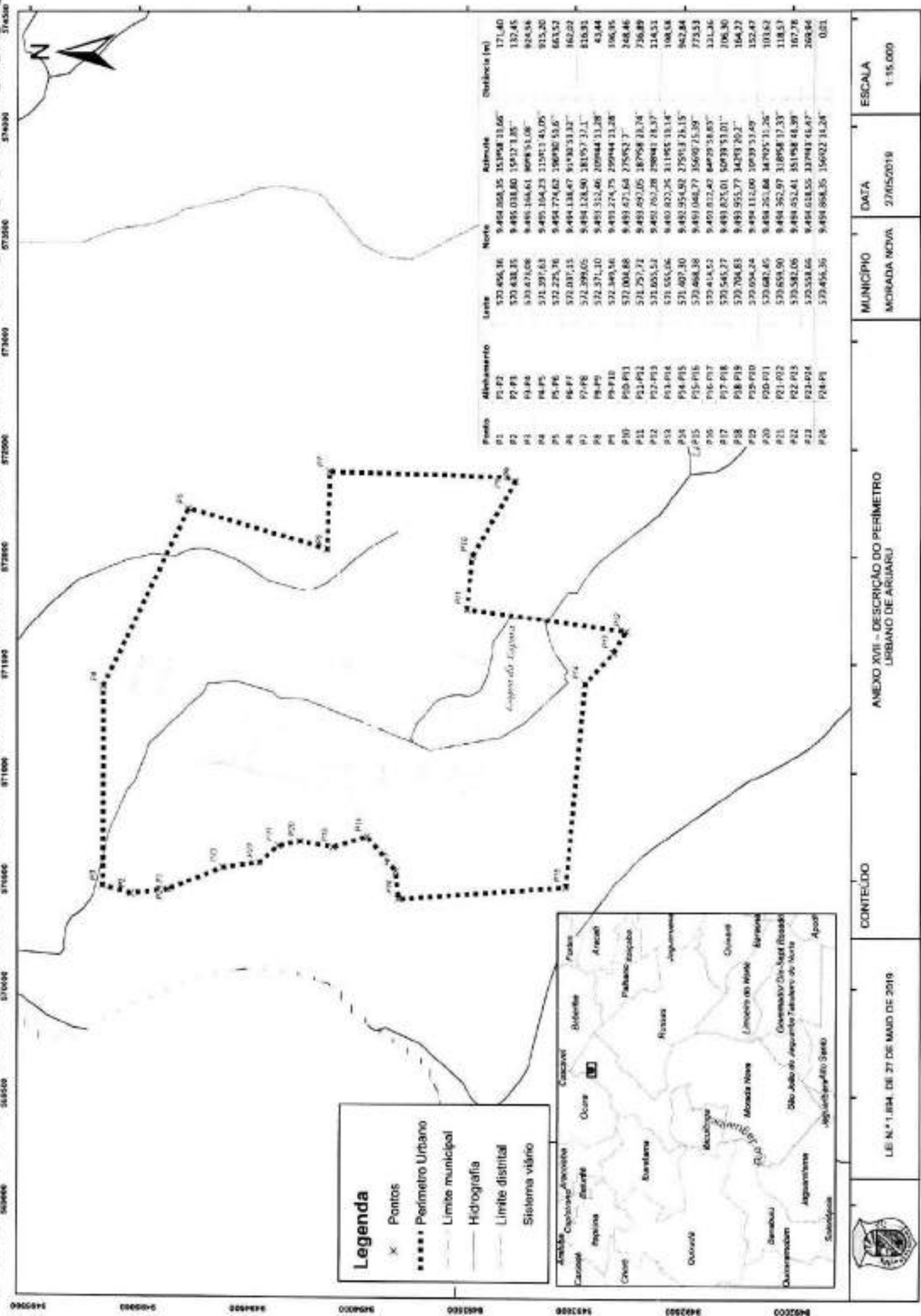
ZONA: 24S

MERIDIANO CENTRAL (MC): 39°W

DESCRIÇÃO

Inicia-se no vértice denominado **P1**, georreferenciado com coordenadas plano retangulares Relativas do sistema de projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), fuso 24S: E= 570.456,36m e N= 9.494.868,35m; daí segue pelos vértices seguintes, em ordem crescente, com coordenadas, azimutes e distâncias descritos no Quadro de Coordenadas abaixo e na planta constantes deste Anexo, até o vértice **P24** (E= 570.456,36m e N= 9.494.868,35m); daí segue com azimute de 156°22'14,24" e distância de 0,01m até o vértice **P1** início desta descrição, fechando assim o perímetro da Zona Urbana, com área total de 3.411.042,92m².

Ponto	Alinhamento	Leste	Norte	Azimute	Distância (m)
P1	P1-P2	570.456,36	9.494.868,35	353°58'10,66"	171,40
P2	P2-P3	570.438,35	9.495.038,80	15°12'3,85"	132,45
P3	P3-P4	570.473,08	9.495.166,61	90°8'51,08"	924,56
P4	P4-P5	571.397,63	9.495.164,23	115°11'45,05"	915,20
P5	P5-P6	572.225,76	9.494.774,62	196°30'50,6"	663,52
P6	P6-P7	572.037,15	9.494.138,47	91°30'53,32"	362,02
P7	P7-P8	572.399,05	9.494.128,90	181°57'37,1"	816,91
P8	P8-P9	572.371,10	9.493.312,46	209°44'13,28"	43,44
P9	P9-P10	572.349,56	9.493.274,75	299°44'13,28"	396,95
P10	P10-P11	572.004,88	9.493.471,64	275°52'7"	248,46
P11	P11-P12	571.757,72	9.493.497,05	187°58'20,74"	736,89
P12	P12-P13	571.655,52	9.492.767,28	298°41'28,37"	114,51
P13	P13-P14	571.555,06	9.492.822,25	311°55'10,14"	198,58
P14	P14-P15	571.407,30	9.492.954,92	275°13'26,15"	942,84
P15	P15-P16	570.468,38	9.493.040,77	356°0'25,39"	773,53
P16	P16-P17	570.414,52	9.493.812,42	84°29'58,83"	131,36
P17	P17-P18	570.545,27	9.493.825,01	50°39'53,01"	206,30
P18	P18-P19	570.704,83	9.493.955,77	342°3'20,2"	164,22
P19	P19-P20	570.654,24	9.494.112,00	10°39'53,49"	152,47
P20	P20-P21	570.682,45	9.494.261,84	347°25'31,26"	103,62
P21	P21-P22	570.659,90	9.494.362,97	318°58'17,33"	118,57
P22	P22-P23	570.582,06	9.494.452,41	351°58'48,39"	167,78
P23	P23-P24	570.558,66	9.494.618,55	337°43'46,47"	269,94
P24	P24-P1	570.456,36	9.494.868,35	156°22'14,24"	0,01



LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

ANEXO XVIII – MARCOS MUNICIPAL

Data Medição Planimetria: 16 e 17/06/2017						Data Cálculo Planimetria: 03/07/2017					
Sistema de Referência	Estação	COORDENADAS GEODÉSICAS (FUSO 24 Sul)				COORDENADAS UTM (MC 39 WGr.)				Ondulação Geoidal	Altitude Ortométrica
		Latitude (S)	Longitude (WGr.)	Altitude Geométrica	σz	Norte	σz	Este	σz		
SIRGAS2000	VT01	5°06'52,43484"	38°21'56,69815"	38,101	0,036	9434637,133	0,008	570298,491	0,019	-8,11	46,211
Origem Planialtimétrica GNSS: CEEU, CEFT, CESS, RNMO e RNPF						Classe de Nivelamento: MAPGEO 2015 V1					
Observações: Os desvios padrão (σ) apresentados nesta monografia possuem nível de confiança de 95%.						Datum Vertical: Imbituba-SC / Rede Altimétrica SGB-IBGE Reajustada em 2011					

Data Medição Planimetria: 16 e 17/06/2017						Data Cálculo Planimetria: 03/07/2017					
Sistema de Referência	Estação	COORDENADAS GEODÉSICAS (FUSO 24 Sul)				COORDENADAS UTM (MC 39 WGr.)				Ondulação Geoidal	Altitude Ortométrica
		Latitude (S)	Longitude (WGr.)	Altitude Geométrica	σz	Norte	σz	Este	σz		
SIRGAS2000	VT02	5°06'52,15445"	38°21'54,38486"	38,190	0,034	9434645,866	0,007	570369,724	0,018	-8,11	46,300
Origem Planialtimétrica GNSS: CEEU, CEFT, CESS, RNMO e RNPF						Classe de Nivelamento: MAPGEO 2015 V1					
Observações: Os desvios padrão (σ) apresentados nesta monografia possuem nível de confiança de 95%.						Datum Vertical: Imbituba-SC / Rede Altimétrica SGB-IBGE Reajustada em 2011					

Data Medição Planimetria: 13/07/2017						Data Cálculo Planimetria: 28/07/2017					
Sistema de Referência	Estação	COORDENADAS GEODÉSICAS (FUSO 24 Sul)				COORDENADAS UTM (MC 39 WGr.)				Ondulação Geoidal	Altitude Ortométrica
		Latitude (S)	Longitude (WGr.)	Altitude Geométrica	σz	Norte	σz	Este	σz		
SIRGAS2000	VT03	5°06'13,33520"	38°21'44,52183"	41,757	0,035	9435037,383	0,007	570674,582	0,020	-8,11	48,867
Origem Planialtimétrica GNSS: CEEU, CEFT, CESS, RNMO e RNPF						Classe de Nivelamento: MAPGEO 2015 V1					
Observações: Os desvios padrão (σ) apresentados nesta monografia possuem nível de confiança de 95%.						Datum Vertical: Imbituba-SC / Rede Altimétrica SGB-IBGE Reajustada em 2011					

Data Medição Planimetria: 13/07/2017						Data Cálculo Planimetria: 26/07/2017					
Sistema de Referência	Estação	COORDENADAS GEODÉSICAS (FUSO 24 Sul)				COORDENADAS UTM (MC 39 WGr.)				Ondulação Geoidal	Altitude Ortométrica
		Latitude (S)	Longitude (WGr.)	Altitude Geométrica	σz	Norte	σz	Este	σz		
SIRGAS2000	VT04	5°06'13,80263"	38°21'46,96700"	40,875	0,035	9435823,111	0,007	570602,380	0,019	-8,11	48,985
Origem Planialtimétrica GNSS: CEEU, CEFT, CESS, RNMO e RNPF						Classe de Nivelamento: MAPGEO 2015 V1					
Observações: Os desvios padrão (σ) apresentados nesta monografia possuem nível de confiança de 95%.						Datum Vertical: Imbituba-SC / Rede Altimétrica SGB-IBGE Reajustada em 2011					

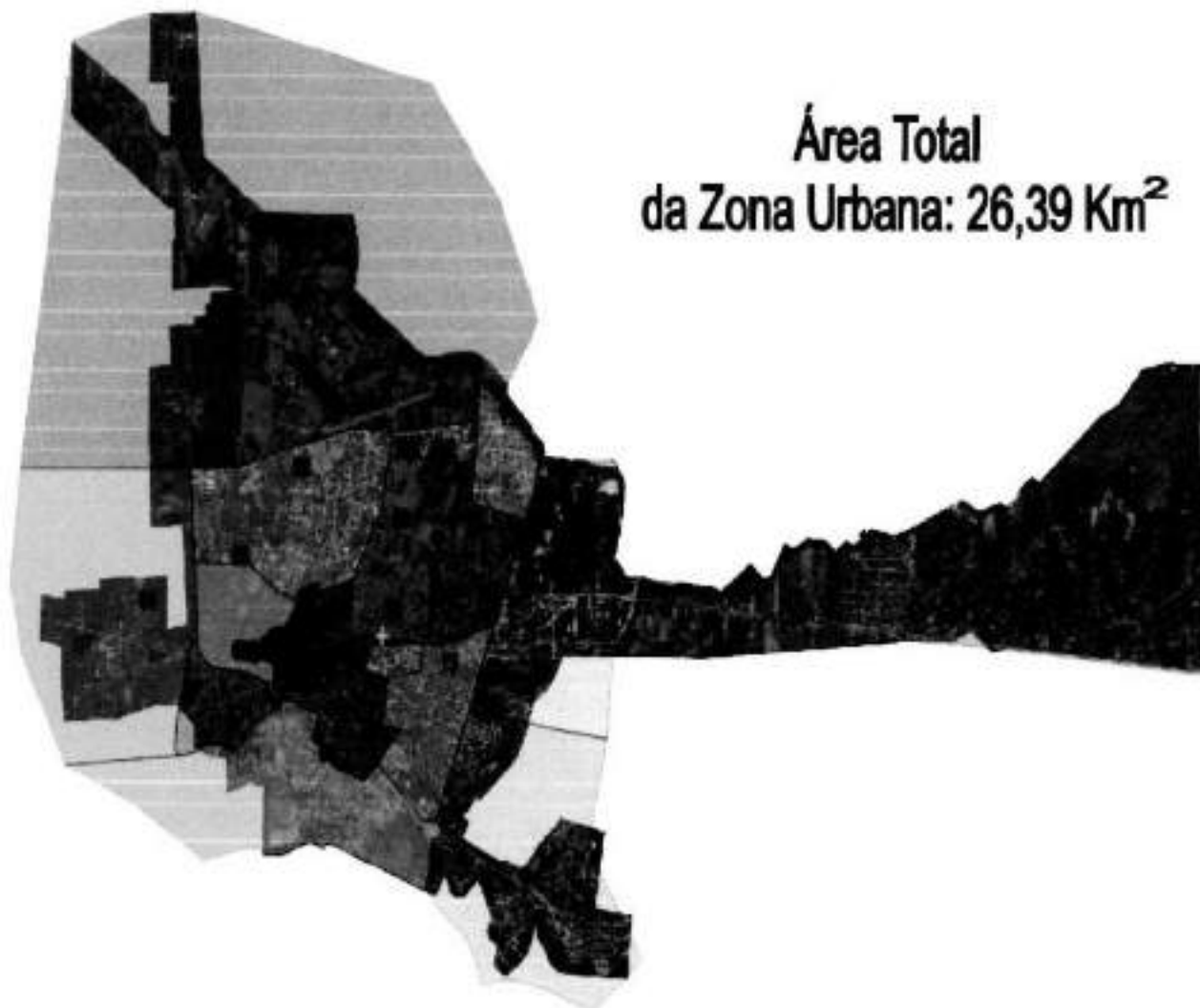
Data Medição Planimetria: 24/06/2017						Data Cálculo Planimetria: 10/07/2017					
Sistema de Referência	Estação	COORDENADAS GEODÉSICAS (FUSO 24 Sul)				COORDENADAS UTM (MC 39 WGr.)				Ondulação Geoidal	Altitude Ortométrica
		Latitude (S)	Longitude (WGr.)	Altitude Geométrica	σz	Norte	σz	Este	σz		
SIRGAS2000	VT05	4°34'33,88814"	38°21'53,05457"	52,292	0,025	9494169,850	0,006	570466,430	0,015	-8,24	60,532
Origem Planialtimétrica GNSS: CEEU, CEFT, CESS, RNMO e RNPF						Classe de Nivelamento: MAPGEO 2015 V1					
Observações: Os desvios padrão (σ) apresentados nesta monografia possuem nível de confiança de 95%.						Datum Vertical: Imbituba-SC / Rede Altimétrica SGB-IBGE Reajustada em 2011					

Data Medição Planimetria: 24/06/2017						Data Cálculo Planimetria: 10/07/2017					
Sistema de Referência	Estação	COORDENADAS GEODÉSICAS (FUSO 24 Sul)				COORDENADAS UTM (MC 39 WGr.)				Ondulação Geoidal	Altitude Ortométrica
		Latitude (S)	Longitude (WGr.)	Altitude Geométrica	σz	Norte	σz	Este	σz		
SIRGAS2000	VT06	4°34'35,45940"	38°21'54,34177"	53,380	0,025	9494115,496	0,006	570426,718	0,014	-8,24	61,620
Origem Planialtimétrica GNSS: CEEU, CEFT, CESS, RNMO e RNPF						Classe de Nivelamento: MAPGEO 2015 V1					
Observações: Os desvios padrão (σ) apresentados nesta monografia possuem nível de confiança de 95%.						Datum Vertical: Imbituba-SC / Rede Altimétrica SGB-IBGE Reajustada em 2011					

LEI N.º 1.894, DE 27 DE MAIO DE 2019

ANEXO XIX – NOVA DIVISÃO DOS BAIRROS DE MORADA NOVA

Área Total
da Zona Urbana: 26,39 Km²



- 01- CENTRO
- 02- GIRILÂNDIA
- 03- PADRE ASSIS MONTEIRO
- 04- HERMÓGENES HENRIQUE GIRÃO
- 05- SÃO JOSÉ
- 06- NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- 07- PLANALTO AEROPORTO
- 08- JÚLIA SANTIAGO
- 09- SÃO FRANCISCO
- 10- NOVA MORADA
- 11- DIVINO ESPÍRITO SANTO
- 12- ALTO TIRADENTES
- 13- CAPITÃO DIONÍSIO MATOS DE FONTES
- 14- IRAPUAN NOBRE
- 15- DOIS DE AGOSTO
- 16- CRISTO REI

01- CENTRO

Tem como Ponto Inicial (PI) o cruzamento da Rua Cel. José Ambrósio com a Rua José de Sousa Martins coordenadas [-5.100421/-38.371314]; desse ponto, segue a Rua Dr. Viana coordenadas [-5.103491/-38.371755] até Av. Manoel de Castro Filho, coordenadas [-5.104009/-38.366219], desse ponto, até coordenadas [-5.104083/-38.366226], daí, segue até a Rua Francisco Chagas Cavalcante, coordenadas [-5.104063/-38.370091], segue rumo Sudoeste até Rua Raul Nogueira coordenadas [-5.105553/-38.370546]; Av. Francisco Evangelista de Oliveira coordenadas [-5.105909/-38.368764]; segue Rua José Chagas Sobrinho coordenadas [-5.108595/-38.369149]; Rua Duque Rabelo coordenadas [-5.108830/-38.367764]; Rua João Evangelista de Oliveira, coordenadas [-5.111854/-38.370495]; segue até cruzamento com a Rua Raimundo de Castro coordenadas [-5.111106/-38.372361]; rumo Noroeste até a Rua José de Fontes coordenadas [-5.109439/-38.374380]; Rua Clovis Bevilacqua, coordenadas [-5.108034/-38.373885]; Rua Luiz Adail Chagas, coordenadas [-5.107134/-38.376611]; Av. Francisco Galvão de Oliveira, coordenadas [-5.106587/-38.376586]; rumo Noroeste coordenadas [-5.106350/-38.377260]; rumo Norte no canal de sangria da Lagoa Benício Chagas "Salina" coordenadas [-5.105292/-38.377182]; desse ponto segue rumo Noroeste até a Rua José de Castro coordenadas [-5.104733/-38.379969]; segue rumo Norte até coordenadas [-5.104022/-38.379945]; desse ponto segue margeando a Lagoa Benício Chagas até coordenadas [-5.100850/-38.373207]; Rua José de Souza Martins até Ponto Inicial (PI).



Área: 0,79 Km² / 792.265 m²

02- GIRILÂNDIA

Ponto Inicial (PI), Rua Paulino Maçaranduba com Rodovia CE-138, coordenadas [-5.103904/-38.382860]; daí, por toda extensão da Rua Coronel Tibúrcio, até coordenadas [-5.106641/-38.376609]; Rua Luiz Adail Chagas, coordenadas [-5.107655/-38.376657]; rumo Noroeste até coordenadas [-5.110141/-38.380057]; desse ponto segue até coordenadas [-5.110554/-38.384867]; em linha reta, rumo Norte até Rua Paulino Maçaranduba até o Ponto Inicial (PI).



Área: 0,35 Km² / 352,291 m²

03- PADRE ASSIS MONTEIRO

Tem início no Ponto Inicial (PI) no cruzamento da Rua Clovis Beviláqua com a Rua Luiz Adail Chagas, coordenadas [-5.107196/-38.376598]; segue em linha reta na Rua Clovis Beviláqua até a Rua José de Fontes, coordenadas [-5.108104/-38.373903]; Rua João Evangelista de Oliveira, coordenadas [5.109451/-38.374376]; daí por toda extensão Rua João Evangelista de Oliveira até cruzamento com Rua Duque Rabelo, coordenadas [-5.111847/-38.370495]; desse ponto, até Av. Manoel Castro de Andrade, coordenadas [-5.110781/-38.369522]; em linha reta, rumo Sudoeste até Praça Maestro Coutinho (inclusive), coordenadas [-5.114617/-38.365438]; desse ponto, segue rumo Sul até as margens do Rio Banabuiú, coordenadas [-5.118268/-38.365955]; segue rumo Oeste margeando o referido Rio até coordenadas [-5.116622/-38.382574]; desse local segue rumo Noroeste até coordenadas [-5.111186/-38.392643]; daí, segue em linha reta rumo Leste até coordenadas [-5.110357/-38.383632]; segue rumo Leste margeando a Lagoa de Baixo até as coordenadas [-5.107582/-38.376647], seguindo até o Ponto Inicial (PI).



Área: 1,58 Km²



04- HERMÓGENES HENRIQUE GIRÃO

Inicia-se o Bairro no Ponto Inicial (PI) Rodovia CE-138, no final do prolongamento da Av. Santos Dumont, coordenadas [-5.094158/-38.383393]; desse ponto, segue pela Rodovia CE-138, até cruzamento com a Rua Paulino Maçaranduba, coordenadas [-5.103894/-38.382870]; daí, ao ponto com coordenadas [-5.103854/-38.383301]; segue no sentido Sudoeste até coordenadas [-5.110375/-38.384182]; desse ponto, em linha reta rumo Noroeste até coordenadas [-5.110998/-38.392427]; desse ponto, por outra reta rumo Norte até coordenadas [-5.104666/-38.394244]; em mais uma reta, segue rumo Nordeste cruza com a Rua José Paulo Girão, até coordenadas [-5.094488/-38.393559]; daí, em linha reta rumo Leste até o Ponto Inicial (PI).



Área: 2,42 Km²

05- SÃO JOSÉ

Ponto Inicial (PI) do bairro, inicia-se na Rodovia CE-138; coordenadas [-5.099466/-38.383017]; desse local, segue por toda extensão da Rua Coronel Tibúrcio até a Av. Francisco Galvão, coordenadas [-5.106376/-38.377265]; em linha reta, segue rumo Nordeste até coordenadas [-5.105328/-38.377117]; desse ponto, margeando a Lagoa Benício Chagas "Salina", rumo Oeste até a Rua José de Castro, coordenadas [-5.104775/-38.379949]; daí, rumo Norte margeando a Lagoa Benício Chagas "Salina", até coordenadas [-5.104012/-38.379875]; desse ponto, segue margeando toda extensão da Lagoa acima citada até as coordenadas [-5.101734/-38.375454]; segue pelo cruzamento da Rua José Ribeiro Guimarães com Vila Andrade coordenadas [-5.101356/-38.376782]; em reta, segue rumo Noroeste até coordenadas [-5.099622/-38.378993]; por outra reta segue ao Ponto Inicial (PI).



Área: 0,40 Km² / 396.474 m²

Inicia-se o Ponto Inicial (PI) na Rodovia CE-138; coordenadas [-5.094158/-38.383393]; desse ponto, segue pela extensão da Av. Santos Dumont até o cruzamento com a Av. Agostinho Chagas, coordenadas [-5.091938/-38.368469]; desse ponto, segue pela Av. Agostinho Chagas até o cruzamento com a Rua José de Souza Martins, coordenadas [-5.100430/-38.371317]; segue por toda extensão dessa rua, até a margem superior da Lagoa Benício Chagas "Salina", coordenada [-5.101096/-38.373930]; daí, pela margem superior da referida Lagoa, segue margeando até coordenada [-5.101764/-38.375490]; desse ponto, segue até cruzamento da Rua José Ribeiro Guimarães com Vila Andrade, coordenadas [-5.101360/-38.376771]; em linha reta, segue até coordenadas [-5.099586/-38.379085]; daí, segue rumo Noroeste até coordenadas [-5.099648/-38.382965]; desse ponto segue em linha reta ao Ponto Inicial (PI).



07- PLANALTO AEROPORTO

Tem como Ponto Inicial (PI) próximo a Rodovia CE-138, coordenadas [-5.068350/-38.383167]; daí segue em linha reta rumo Leste, cortando o corredor de acesso a Fazenda Seleção até coordenadas [-5.072307/-38.365761]; em nova linha reta, segue rumo Sudoeste até coordenadas [-5.085675/-38.357784]; desse ponto, segue rumo Sudoeste até a Rodovia CE 265 coordenadas [-5.090143/-38.360762]; Rua Juscelino Kubitscheck, coordenadas [-5.088992/-38.362039]; desse ponto, segue para Av. Santos Dumont, coordenadas [-5.091467/-38.362223]; segue por toda extensão da Av. Santos Dumont, rumo Oeste cortando a Rodovia CE-138, até coordenadas [-5.094317/-38.395568]; no rumo Norte, segue em linha reta cortando a Rodovia CE-265 até coordenadas [-5.070020/-38.392194]; seguindo mais uma linha reta rumo Leste até coordenadas [-5.068396/-38.386469]; desse ponto segue ao Ponto Inicial (PI).



Área: 9,32 Km²

08- JÚLIA SANTIAGO

Tem como Ponto Inicial (PI), o cruzamento da Av. Agostinho Chagas com a Av. Santos Dumont, coordenadas [-5.091944/-38.368468]; segue pela extensão da Av. Santos Dumont até a Rua Juscelino Kubitscheck, coordenadas [-5.091442/-38.362204]; seguindo por essa rua até o cruzamento com a Rua Joaquim Vanderlei, coordenadas [-5.093833/-38.362417]; em reta pelo prolongamento da Rua Joaquim Vanderlei, segue até a Av. Agostinho Chagas, coordenadas [-5.093393/-38.368737]; daí segue essa Avenida até o Ponto Inicial (PI).



Área: 0,14 Km² / 1.410 m²

A handwritten signature in black ink, enclosed within a circular scribble.

09- SÃO FRANCISCO

Inicia-se no Ponto Inicial (PI), Av. Agostinho Chagas coordenadas [-5.093319/-38.368728]; daí, segue em linha reta rumo Sudeste até o cruzamento da Rua Ivo Freire de Brito com a Rua Joaquim Vanderlei, coordenadas [-5.093700/-38.363514]; desse ponto, segue em linha reta pelo prolongamento da Rua Ivo Freire de Brito até cruzamento com a Rua Dr. Roberto Hugo coordenadas [-5.098966/-38.364064]; prolongamento da Rua Juscelino Kubitscheck [-5.098567/-38.365198]; segue até coordenadas [-5.099405/-38.366050]; segue rumo Sul-Sudeste até coordenadas [-5.099666/-38.365552]; daí, segue por todo prolongamento da Rua Antônio Raulino coordenadas [-5.104067/-38.365763]; desse ponto segue Rua Dr. Viana até o cruzamento com a Rua Cel. José Ambrósio coordenadas [-5.103494/-38.371760]; daí, segue pela mesma Rua até o Ponto Inicial.



Área: 0,71 Km² / 714,56 m²

10- NOVA MORADA

Tem como Ponto Inicial (PI), o cruzamento da Rua Ivo Freire de Brito com a Rua Joaquim Vanderlei, coordenadas [-5.093707/-38.363515]; daí, cruzamento da Rua Juscelino Kubistchek com a Rua Joaquim Vanderlei coordenadas [-5.093835/-38.362420]; Rua José Ferreira Nobre "Zeca Nobre" coordenadas [-5.096099/-38.362576]; segue pelo prolongamento da Rua José Ferreira Nobre até Av. Vereador Paulo Rabelo – Rodovia CE-265 coordenadas [-5.096941/-38.358694]; segue pela Rodovia rumo Sul até coordenadas [-5.103006/-38.360980], Rua Manoel Castro Filho até cruzamento com a Rua Antônio Raulino coordenadas [-5.104029/-38.365767]; desse ponto, segue pelo o prolongamento da Rua Antônio Raulino até coordenadas [-5.099684/-38.365576]; Rua Manoel Patrício de Oliveira coordenadas [-5.099340/-38.366010]; Rua Dr. Roberto Hugo coordenadas [-5.098550/-38.365193]; cruzamento da Rua Dr. Roberto Hugo com prolongamento da Rua Ivo Freire de Brito coordenadas [-5.098961/-38.364065]; desse ponto segue em linha reta rumo Norte – Nordeste até o Ponto Inicial (PI).



Área: 0,50 Km² / 49.949 m²

11- DIVINO ESPÍRITO SANTO

Ponto Inicial (PI) Av. Vereador Paulo Rabelo no cruzamento com a Rua Juscelino Kubitscheck; coordenadas [-5.089022/-38.362025]; desse local, segue pela Av. Vereador Paulo Rabelo até cruzamento com a Rua José Ferreira Nobre "Zeca Nobre", coordenadas [-5.096941/-38.358719], Rua Juscelino Kubitscheck coordenadas [-5.096095/-38.362595]; desse ponto, segue em linha reta até o Ponto Inicial (PI).



Area: 0,30 Km² / 30.411 m²

A handwritten signature or stamp, possibly indicating approval or ownership. It consists of a stylized, cursive mark enclosed within an oval shape.

12- ALTO TIRADENTES

Tem como Ponto Inicial (PI) na Av. Vereador Paulo Rabelo – CE-265 coordenadas [-5.093772/-38.357640]; desse ponto, segue em linha reta rumo Sul cortando a confluência entre as Avenidas Manoel de Castro Filho e Presidente Geisel até coordenadas [-5.107907/-38.362814]; daí, em linha reta pelo prolongamento da Rua Benício Chagas no rumo Leste até as coordenadas [-5.109320/-38.351729]; desse ponto, segue rumo Norte até a margem direita do canal de captação do Projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas coordenadas - 5.104430/-38.352220]; segue margeando o canal até cortando a Av. Presidente Geisel até o limite da margem inferior do Açude Curral Velho coordenadas [-5.100606/-38.349960]; desse ponto, segue pela extensão da estrada para o Sítio Primavera até coordenadas [-5.093849/-38.352348]; daí segue em direção ao Ponto Inicial (PI).



Área: 1,53 Km²

13- DIONÍSIO DE MATOS FONTES

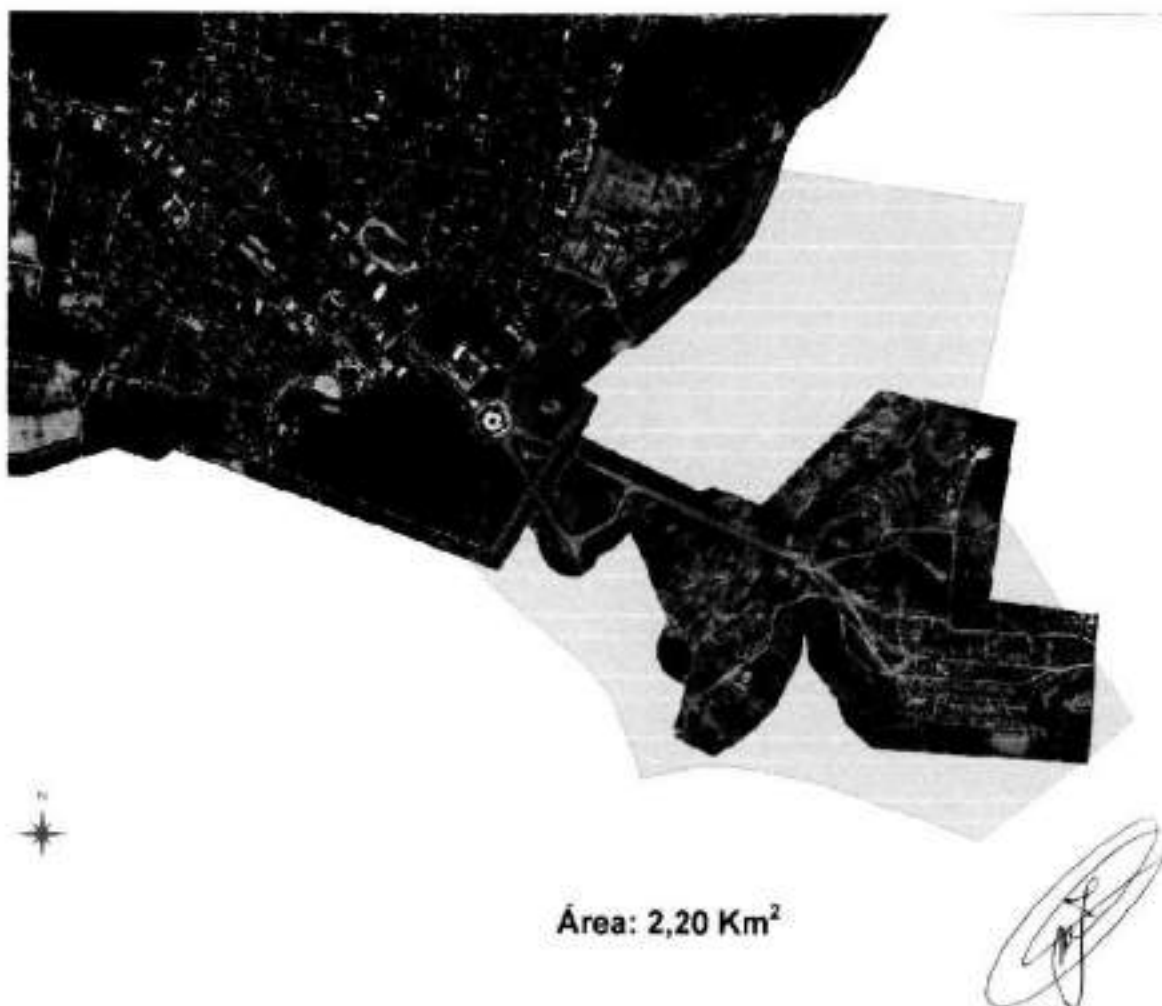
Ponto Inicial (PI) o final do canal de captação do Projeto Irrigado Tabuleiro de Russas, na margem inferior do Açude Curral Velho coordenadas [-5.100680/-38.349967]; desse ponto, segue para Leste margeando a extensão inferior do Açude Curral Velho até coordenadas [-5.088320/-38.309026]; desse ponto, segue em linha reta rumo Sul cortando a Av. João Andrade Dantas – CE-265 até coordenadas [-5.105494/-38.308775]; segue pela referida avenida rumo Oeste até coordenadas [-5.103743/-38.330551]; daí, em linha reta rumo Norte-Noroeste até o canal de captação do Projeto Irrigado Tabuleiro de Russas coordenadas [-5.104600/-38.352231]; desse ponto, segue margeando o referido canal rumo Norte até o Ponto Inicial (PI).



Área: 4,20 Km²

14- IRAPUAN NOBRE

Tem como Ponto Inicial (PI), Rua Martinho Lutero – CE-371 coordenadas [-5.107793/-38.362759]; daí, em linha reta rumo sudoeste pelo prolongamento da Rua Benício Chagas, passando pelo o canal do Projeto Irrigado Tabuleiro de Russas até coordenadas [-5.109418/-38.352505]; daí, em linha reta rumo Sul, segue até os galpões do DNOCS (inclusive) coordenadas [-5.115446/-38.353868]; desse ponto, por outra reta, segue até as proximidades casa Nº 103 (inclusive), coordenadas [-5.121849/-38.349605], daí em linha reta, rumo sudoeste, pelo limite urbano, vai até o canal do Projeto Irrigado de Morada Nova – PIMN, coordenadas [-5.124478/-38.352658]; segue por esse canal rumo Oeste até a margem esquerda do Rio Banabuiú, no início do canal de captação do Projeto Irrigado de Morada Nova - PIMN, coordenadas [-5.123468/-38.362042], as margens da Rodovia CE-371; desse local, segue margeando o Rio Banabuiú até início do canal de captação das águas do Projeto Irrigado Tabuleiro de Russas coordenadas [-5.117994/-38.365960], segue no rumo Norte pela praça Maestro Coutinho (exclusive) coordenadas [5.115100/-38.365474], desse ponto, circundando a praça Maestro Coutinho, segue rumo Nordeste coordenadas [-5.114154/-38.365063]; daí, segue em linha reta rumo Nordeste pela margem direita da CE-371 até o Ponto Inicial (PI).



15- DOIS DE AGOSTO

Inicia-se o bairro no Ponto Inicial (PI), no cruzamento da Rua Antônio Bezerra com a Av. Manoel de Castro Filho, coordenadas [-5.104055/-38.366212]; desse ponto, segue rumo Leste pela extensão da Av. Manoel de Castro até a rotatória de confluência entre a CE-265 com a CE-371 coordenadas [-5.102964/-38.360883], daí, Rua Martinho Lutero – CE-371 em linha reta até a Praça Maestro Coutinho (exclusive), coordenadas [-5.114111/-38.365230]; desse ponto, circunda a Praça Maestro Coutinho coordenadas [-5.114021/-38.366031]; daí, segue em linha reta pela Av. Manoel Castro Girão de Andrade até coordenadas [-5.110778/-38.369517]; Rua Duque Rabelo até cruzamento com Rua José Chagas Sobrinho coordenadas [-5.108831/-38.367767], desse local, Av. Francisco Evangelista de Oliveira, coordenadas [-5.108598/-38.369157], desse ponto, Rua Raul Nogueira coordenadas [-5.105912/-38.368762], Rua Antônio Bezerra, coordenadas [-5.105465/-38.366269], até o Ponto Inicial (PI).



Area: 0,60 Km² / 600.770 m²

16- CRISTO REI

Tem como Ponto Inicial (PI), o cruzamento da Rua Francisco Chagas Cavalcante com a Av. Expedicionário Moreno, coordenadas [-5.104065/-38.370113], desse cruzamento, segue ao longo da Av. Expedicionário Moreno, Rua Antônio Bezerra coordenadas [-5.104009/-38.366219]; daí, Rua Raul Nogueira coordenadas [-5.105475/-38.366280], desse ponto, segue pela Rua Raul Nogueira até o cruzamento com Rua Francisco Chagas Cavalcante coordenadas [-5.105560/-38.370548], até o Ponto Inicial (PI).



Área: 0,08 Km² / 80.836 m²

A handwritten signature or stamp, possibly indicating approval or ownership. It consists of a stylized, cursive script enclosed within an oval shape.

ANEXO XX - GLOSSÁRIO

AFASTAMENTO FRONTAL – menor distância entre a edificação e a testada do lote, medida perpendicularmente a essa testada.

AFASTAMENTO DE FUNDO – menor distância entre qualquer elemento construtivo da edificação e a divisa de fundo do terreno, medida perpendicularmente a essa divisa.

AFASTAMENTO LATERAL – menor distância entre qualquer elemento construtivo da edificação e a divisa lateral do terreno, medida perpendicularmente a essa divisa.

ALINHAMENTO – linha divisória entre o logradouro público e os terrenos ou lotes particulares ou públicos.

ALTURA MÁXIMA NA DIVISA – distância máxima vertical medida do ponto mais alto da edificação na divisa até o ponto médio do perfil natural do terreno no segmento da divisa à qual se acoste a edificação.

ÁREA EDIFICADA TOTAL – somatória das áreas construídas de uma edificação, medidas externamente, excluídos beirais, marquises e jardineiras.

ÁREA LIVRE – parte do terreno não ocupada pela edificação.

ÁREA PERMEÁVEL – área destinada a permitir a infiltração de água no solo, estando livre de qualquer elemento construtivo ou pavimentação impermeabilizante.

ÁREA REMANESCENTE – qualquer porção da gleba de origem não inserida no parcelamento.

ÁREA ÚTIL – somatória da área total edificada e dos espaços livres do terreno utilizados no exercício de uma atividade. Para os casos específicos definidos na legislação ambiental, devem ser considerados os conceitos dessa legislação.

ÁREA DE USO COMUM – espaço da edificação ou do terreno destinado à utilização coletiva dos ocupantes da edificação.

ÁREA VERDE – aquela destinada a garantir a manutenção da cobertura vegetal de qualquer porte, preservando a permeabilidade do solo, a fauna e a flora existentes.

BEIRAL – prolongamento do telhado ou cobertura além da cumada da parede. **COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÁXIMO** – parâmetro que, multiplicado pela área do terreno, determina a área máxima que pode ser construída nesse terreno.

CONCORDÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL – nome comum do ato administrativo que conferirá a licença, a permissão ou a autorização para que o interessado efetive o que este Plano Diretor e as demais leis urbanísticas regulam.

DECLIVIDADE – relação entre a diferença de altura entre dois pontos e a distância horizontal entre esses pontos.

DIREITO DE PREEMPÇÃO – Direito de preferência do Poder Público Municipal na aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, que esteja situado em área definida em lei, direito que poderá ser exercido pelo Poder Público sempre que necessitar de área para qualquer das finalidades expressas no Estatuto da Cidade.

DIVISA – linha que separa o terreno da(s) propriedade(s) confrontante(s).

DIVISA DE FUNDO – divisa que não faz interseção com o alinhamento do terreno.

DIVISA LATERAL – divisa que faz interseção com o alinhamento do terreno.

ECOSSISTEMA – conjunto formado por todos os organismos vivos e materiais de uma determinada área e pela troca permanente de energia entre eles.

EFLUENTE LÍQUIDO - resíduo líquido das diversas atividades humanas e descartado no meio ambiente.

ELEMENTO CONSTRUTIVO - qualquer elemento ou parte que componha a edificação ou modifique o espaço natural do seu entorno.

EMPREENDIMENTO ECONÔMICO DE CARÁTER URBANO: uso não residencial urbano admitido na Zona Rural de acordo com as normas sobre uso do solo;

EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO - equipamento público destinado a educação, saúde, cultura, lazer, segurança e similares.

EQUIPAMENTO PÚBLICO – equipamento urbano e comunitário definidos neste Glossário.

EQUIPAMENTO URBANO – equipamento público destinado a abastecimento de água, redes de esgoto sanitário, de energia elétrica pública e domiciliar, drenagem de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado e similares.

ESPAÇO LIVRE DE USO PÚBLICO – área verde, praça e similares, todos de acesso ao público e destinados a prática de lazer e esportes e a convivência.

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE – destino que deverá ter uma propriedade, conforme definido neste Plano Diretor, e que garantirá a sua correta coexistência com os interesses de todo o Município.

GLEBA – terreno que não sofreu processo de parcelamento do solo para fins urbanos.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – aquela destinada à população de baixa renda.

INCOMODIDADE – efeito negativo gerado por uma atividade sobre o bem-estar coletivo, em desacordo com os padrões ambientais considerados satisfatórios.

INFRAESTRUTURA URBANA BÁSICA – equipamentos urbanos, exceto os destinados ao serviço de telefonia, e sistema de circulação dotado de pavimentação e meio-fio.

INDÚSTRIA IMPACTANTE – indústria que causa poluição atmosférica, hídrica ou sonora, e representam perigo ou incômodo para a população vizinha, exigindo, no seu processo produtivo, instalação de métodos adequados.

INTERIORIZAÇÃO DE IMPACTOS – consiste na implantação de medidas que permitam absorver, no interior do terreno, os impactos provenientes do funcionamento de uma atividade.

LICENCIAMENTO – processo mediante o qual são concedidas pelo Poder Público as licenças relativas a parcelamento do solo, construção ou demolição e localização e funcionamento de atividade.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL – processo mediante o qual são concedidas pelo Poder Público as licenças ambientais, nos termos da legislação ambiental, a saber: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI), Licença de Operação (LO) e Licença de Operação Corretiva (LOC).



LOGRADOURO PÚBLICO – espaço livre destinado à circulação pública de veículos e de pedestres, constituído por ruas, travessas, becos, avenidas, praças, pontes etc.

LOTE – unidade imobiliária com frente para via pública oficial, resultante de loteamento ou desmembramento para fins urbanos.

MACROZONEAMENTO – divisão do território do Município em Zona Urbana e Zona Rural.

MEIO AMBIENTE – conjunto de condições, influências e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e política que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

MÓDULO RURAL – fração mínima de parcelamento rural, conforme determina a legislação vigente.

OCUPAÇÃO DO SOLO – expressão utilizada para designar o modo de implantação das edificações no território.

PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS URBANOS – subdivisão de uma gleba em lotes destinados à ocupação e ao uso urbanos, abrangendo duas modalidades – o loteamento e o desmembramento conforme este Plano Diretor as demais leis urbanísticas.

PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS/ IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO/ DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS – obrigações e sanções que incidem sobre o solo urbano não utilizado ou subutilizado, para coibir a retenção especulativa de imóvel urbano. São instrumentos de aplicação sequencial, a saber: 1 – Lei municipal específica para área incluída no Plano Diretor pode determinar parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados (Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios); 2 – Não sendo cumprida a determinação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel dentro do prazo estabelecido, é autorizada a majoração da alíquota do IPTU pelo prazo de 5 anos consecutivos (IPTU progressivo no tempo); 3 – Decorridos 5 anos de cobrança do IPTU progressivo sem que tenha sido cumprida a determinação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública (Desapropriação-sanção).

OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA – Conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação de proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, definido em lei específica, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental, sendo obrigatória a aplicação, exclusivamente na própria operação, dos recursos auferidos em sua realização.

PAVIMENTO – espaço de uma edificação situado entre dois pisos sobrepostos ou entre o piso e a face inferior da cobertura.

PÉ DIREITO – distância vertical entre o piso acabado e o teto ou forro de um compartimento.

PILOTIS – pavimento com espaço livre, destinado a uso comum, com área equivalente à do pavimento imediatamente superior, podendo ser fechado para instalações de lazer e recreação coletivas.

POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA – população composta por famílias com renda insuficiente para acessar um moradia adequada – não sujeita a situações de



risco, dotada de condições satisfatórias de salubridade e habitabilidade, funcional e com segurança na posse - no mercado imobiliário convencional.

SACADA OU VARANDA BALANCEADA – parte da varanda que se projeta para além da prumada da parede ou do alinhamento dos pilares ou colunas, sem qualquer apoio vertical.

SALIÊNCIA OU RESSALTO – elemento construtivo da edificação que se destaca em relação ao plano de uma fachada, como brises, jardineiras, elementos decorativos e/ou estruturais.

SISTEMA DE CIRCULAÇÃO – as vias necessárias ao tráfego de veículos e pedestres.

SUBSOLO – qualquer pavimento construído abaixo do primeiro pavimento da edificação.

TAXA DE PERMEABILIDADE – relação entre a área descoberta e permeável do terreno e sua área total.

TERRENO – porção do território que pode ser caracterizada como área, gleba, lote ou conjunto de lotes.

TERRENO NATURAL – superfície de terreno na situação em que se apresenta ou se apresentava na natureza ou na conformação dada por ocasião do parcelamento.

TESTADA – divisa do lote que coincide com o alinhamento.

USO DO SOLO – utilização de terreno e edificação para o exercício de atividade humana.

USO RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR – uso residencial em edificação destinada a habitação permanente, correspondendo a duas ou mais unidades residenciais por lote ou conjunto de lotes.

USO RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR HORIZONTAL – uso residencial multifamiliar em edificação de até 2 (dois) pavimentos.

USO RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR VERTICAL – uso residencial multifamiliar em edificação de mais de 2 (dois) pavimentos.

USO RESIDENCIAL UNIFAMILIAR – uso residencial em edificação destinada a habitação permanente, constituindo uma única unidade por lote ou conjunto de lotes.

USO CONVIVENTE – uso não residencial cujas repercussões no meio ambiente e na vizinhança são baixas ou têm condições de ser efetivamente mitigadas com medidas de fácil aplicação; é considerado compatível com a moradia, podendo ser instalado próximo à residência.

USO NÃO CONVIVENTE – uso não residencial que implica atração de grande número de veículos de carga, geração de efluentes poluidores ou de ruídos, e/ou envolve riscos a segurança, manuseio e estocagem de produtos tóxico, venenoso, explosivo ou inflamável. É considerado incompatível com a moradia, devendo ser afastado de área predominantemente residencial.

VIA – terreno destinado ao uso e trânsito de veículos e/ou pedestres.

ZONA – porção do território do Município caracterizada por funções sociais diferenciadas.

ZONEAMENTO – divisão do território do Município em zonas internas à Zona Urbana e à Zona Rural.

